

Mestrado em Ciências da Comunicação -
Variante de Estudos de Média e
Jornalismo

Do Poder à Queda - A cobertura da imprensa à queda do Governo de Passos Coelho

Célia Marlene Miguel
Fonseca

M

2016





UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

Do Poder à Queda

A cobertura da imprensa à queda do Governo de Passos Coelho

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Comunicação

Variante em Estudos de Média e Jornalismo

Célia Marlene Miguel Fonseca

Orientador: Professor Drº Fernando Zamith

Porto, setembro de 2016

Do Poder à Queda – A cobertura da imprensa à queda do Governo de Passos Coelho

Célia Marlene Miguel Fonseca

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação,
orientada pelo Professor Doutor Fernando António Dias Zamith Silva

Membros do Júri

Professora Doutora Ana Isabel Crispim Mendes Reis
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Rosa Caldeira Sampaio
Universidade Fernando Pessoa

Professor Doutor Fernando António Dias Zamith Silva.
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Relatório de Estágio

Célia Marlene Miguel Fonseca

Relatório de estágio, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do 2º ciclo de estudos, variante de Média e Jornalismo, sob a orientação do Professor Drº Fernando Zamith.

Porto, setembro de 2016

Agradecimentos

Tenho a plena noção que o fim desta etapa se deve graças ao apoio de todos os que estão presentes, diariamente, na minha vida. Portanto, é o momento ideal para agradecer a todos eles.

Agradeço à minha mãe, Fátima Fonseca, por todas as horas que ouviu os meus desabaços, sentiu comigo os meus medos, mas com a força de uma verdadeira guerreira sempre me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu pai, José Fonseca, que me animou nos dias mais cinzentos com um sorriso inspirador que me dava garra para vencer mais uma batalha. Aos dois pilares da minha vida, muito Obrigada!

Um bem-haja ao meu namorado, André Cardoso, que sempre esteve do meu lado e me incentivou a progredir na minha vida académica. Nos momentos de maior nervosismo nunca me deixou desistir do que realmente fazia sentido.

Não posso esquecer a minha querida avó, Marcia Mendonça, com a experiência e sabedoria de uma vida, vivida em pleno, me aconselhou os passos a tomar ao longo da minha vida académica e nunca desistir de nada. A ela, obrigada!

Agradeço aos meus familiares, Martina Rodrigues, Lina Rodrigues e Irineu Rodrigues, que me apoiaram na decisão de ingressar pelo mestrado. Este apoio, é a prova de que não é preciso estar perto fisicamente para que os laços familiares se mantenham fortes.

À minha amiga, Jéssica Caetano, que me apoiou nos momentos mais difíceis e sempre me encorajou a alcançar esta meta final. Obrigada!

Ao meu orientador, Fernando Zamith, agradeço os conselhos de como estruturar o relatório de mestrado e pelo tempo que me cedeu para esclarecer as minhas dúvidas.

De forma geral, agradeço a todos os jornalistas da secção Nacional, do Jornal de Notícias, que me ensinaram práticas jornalísticas e, rapidamente, fizeram com que me sentisse integrada. Mais especificamente, agradeço à minha Coorientadora do JN, Helena Norte, pela paciência, pelos sorrisos nos momentos mais difíceis, pelos conselhos e pelos ensinamentos que sempre se preocupou em transmitir.

A todos, muito obrigado!

Resumo

O presente relatório é o resultado final do estágio curricular de cinco meses no Jornal de Notícias, no âmbito do segundo ano de Mestrado em Ciências da Comunicação na variante de Media e Jornalismo. Para além de partilhar a experiência enquanto estagiária no JN, este relatório inclui pesquisa científica fundamentada com bibliografia.

Durante o estágio iniciou-se uma situação política atípica que contrariou o “arco da governação” até então em Portugal, e daí surgiu o estudo de caso presente neste relatório. Foi, então, realizada uma análise às notícias do *JN* e do *Público* com o intuito de avaliar o destaque dado pelos dois jornais à queda do segundo Governo de Passos Coelho devido ao acordo dos partidos da ala esquerda. A análise de conteúdo foi o método usado na observação das notícias dos dois jornais, de forma a comparar as diferenças e semelhanças entre um jornal popular e um jornal de referência.

A crescente relação entre média e políticos tem levado vários autores a falar em jornalismo político. Os políticos adotam estratégias para captar a atenção dos jornalistas. Por outro lado, os jornalistas querem a todo o custo novas informações de querelas políticas entre partidos para serem os primeiros a dar a notícia, tal como se corrobora no enquadramento teórico através de estudos de investigadores de Ciências da Comunicação.

Palavras-Chave:

Estágio; Jornal de Notícias, Queda do Governo de Passos Coelho, Política, Jornalismo

Abstract

This report is the result of a five months' traineeship in the Jornal de Noticias, within the second year of the Masters in Communication Sciences in the area of Media and Journalism. In addition to sharing the experience as an intern at JN, this report includes scientific research based on literature.

During the internship, began an unusual political situation that contradicted the "arc of governance" that existed until then in Portugal, and hence arose the case study in this report. Then, it was performed an analysis of news from JN and "Publico" in order to assess the importance given by the two newspapers to the fall of the Passos Coelho's second government due to the coalition of the left wing.

Content analysis was the method used in the news of the two newspapers in order to analyse and compare the differences and similarities between a popular and a reference newspaper.

The growing relationship between media and politicians made many authors talk about political journalism. Politicians adopt strategies to capture the attention of journalists. On the other hand, journalists want, at all costs, new information about political wrangling between parties in order to be the first to deliver the news, as evidenced in the theoretical framework through Communication Sciences researchers' studies.

Keywords:

Internship, Jornal de Noticias, the fall of the Passos Coelho's second government, Politics, Journalism.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Introdução	9
PARTE I – O ESTÁGIO CURRICULAR	11
Capítulo I	12
O estágio no JN	12
1.1. Um Jornal com História...JN	12
1.2. “O Pote” - Secção Nacional	15
1.3. O estágio Curricular	17
1.3.1 Dificuldades e obstáculos	32
PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	37
Capítulo II	38
2. Os média e o jornalismo	38
2.1. Critérios de Noticiabilidade: Valores-Notícia	42
Capítulo III	44
3. A relação entre Média e Política	44
3.1. Spin doctoring	49
3.2. Informação e cidadania	52
PARTE III - ESTUDO DE CASO	56
4. Aspectos Metodológicos	57
4.1. Objetivos e hipóteses	57
4.2. O Corpus	58
4.3. Metodologia	59
Capítulo IV	63
5- As eleições legislativas de 2015	63
5.1- Campanha eleitoral	63
5.2- As decisões do Presidente	66
5.3- Do poder à queda	70
5.3.1- As hipóteses do Presidente da República	72
Capítulo V	74
6. A cobertura da “queda do Governo” de Passos Coelho pelo JN e pelo Público	74
6.1. As notícias no JN	75
6.2- Análise das Fontes	77
6.2.1- Fontes oficiais	78
6.2.2- Fontes especialistas	79

6.2.3- Fontes documentais	80
6.2.4- Fontes anónimas	81
6.2.5- Os média como Fontes	82
7.1. As notícias no Público	82
7.2- Análise das Fontes	85
7.2.1- Fontes oficiais	85
7.2.2- Fontes especialistas	87
7.2.3- Fontes documentais	88
7.2.4- Fontes anónimas	89
7.2.5- Os média como Fontes	90
Conclusões	92
Bibliografia	95
Anexos	103
Notícias realizadas no JN entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016	112

Índice de Tabelas

Tabela 1- Recolha de dados e categorias de análise do JN

Tabela 2- As fontes, JN

Tabela 3- Recolha de dados e categorias de análise do Público

Tabela 4- As fontes, Público

Introdução

Depois de dois semestres de reflexão acerca das componentes jornalísticas no Mestrado em Ciências da Comunicação, variante de Media e Jornalismo, a vontade de conhecer todas as rotinas de uma redação cresceu rapidamente. Foi no Jornal de Notícias que vi a oportunidade de concretizar o estágio curricular, estar em contacto com jornalistas de um jornal reconhecido a nível nacional para consolidar conhecimentos. O presente relatório conjuga, assim, as aprendizagens teóricas e práticas adquiridas ao longo desta etapa.

Um dos objetivos deste relatório é descrever as atividades realizadas no *JN*, refletir sobre determinadas práticas jornalísticas bem como as dificuldades associadas à profissão. Deste modo, este trabalho está dividido em três partes: na primeira expõe-se o percurso no *JN*, na segunda, é realizada uma revisão da literatura que fundamenta o estudo de caso que aqui se propõe, e na terceira, onde consta a análise detalhada do tema estudado: “A queda do Governo de Passos Coelho”. Mais precisamente, a primeira parte, da qual faz parte o capítulo I, inclui um pouco da história do *JN* e da secção Nacional, onde estive durante cinco meses, segue-se a descrição, de forma genérica, das atividades realizadas e das dificuldades sentidas. Visto que o tema deste estudo de caso, em geral, é a política, na segunda parte, no capítulo II, procurou-se estabelecer uma ligação entre jornalismo e opinião pública, já que os média tiveram um papel importante na disseminação de informação e de esclarecimento sobre uma situação política totalmente nova em Portugal. Já no capítulo III é demonstrada a relação entre média e política à luz das teorias e definições de vários estudiosos de Ciências da Comunicação especializados na área da política. No sentido de perceber melhor esta relação do jornalismo e política foi efetuada uma pesquisa sobre spin-doctoring. Rapidamente se percebe que os grandes objetivos dos spin-doctors é filtrar as informações que saem para os média sobre os políticos para quem trabalham. Este capítulo é complementado ainda por uma pesquisa que relaciona: informação, cidadania e política. A relação entre estes três elementos torna-se aqui pertinente devido ao tema do estudo de caso. É através do direito ao voto que cada indivíduo exerce a sua cidadania, para que este ato seja executado de forma consciente, é necessário que, previamente, os media tenham veiculado informação verdadeira e fidedigna.

A queda do Governo de Pedro Passos Coelho foi o tema escolhido para realizar uma análise às notícias dos jornais do *Jornal de Notícias* e do *Público*, concretizada na terceira parte deste trabalho. O motivo desta escolha prende-se com o facto de ter sido um acontecimento inédito em Portugal, e conseqüentemente por existirem poucos trabalhos de análise acerca desta temática, o que requer mais pesquisa e enfoque para encontrar bibliografia que suporte e fundamente o tema, o que se tornou um desafio estimulante. Para além disto, a sucessão de acontecimentos que levaram à queda do Governo foram durante o estágio no *JN* (lembra-se que o estágio decorreu entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016, e a queda do Governo se deu em novembro de 2015). Acompanhei, na secção Nacional, a azáfama e a tensão sentida em cada acontecimento inesperado que a política portuguesa apresentava diariamente. Desta forma, foi estabelecida uma ligação entre o estágio realizado e uma componente científica, que se materializou neste relatório.

A análise aos jornais (supracitados) tem como objetivo avaliar a cobertura dada a uma situação política complexa. Assim, nasce a pergunta de partida para este trabalho: “Como foi realizada a cobertura da queda do segundo Governo Pedro Passos Coelho pelo JN e pelo Público?”. O povo elegeu o PSD para governar Portugal, e normalmente quem ganha as eleições governa. Contudo, esta vitória, por maioria relativa, não foi suficiente para Passos Coelho se manter como Primeiro-Ministro. O PS abre, então, um novo capítulo na história da democracia portuguesa e opta por se aliar aos outros partidos que perderam as eleições, os da ala esquerda. Acaba com o Governo de Passos Coelho, e António Costa (líder do PS) torna-se Primeiro-Ministro. Na terceira parte deste trabalho estão expostas com mais pormenor e rigor todas as informações aliadas a este tema, desde a campanha eleitoral, às decisões de Cavaco Silva, à data Presidente da República, até ao dia em que Passos Coelho se viu obrigado a abandonar o cargo.

Os meios de comunicação assumem uma grande importância na divulgação dos acontecimentos políticos e também na explicação dos mesmos ao leitor. Mais concretamente, o *JN* distingue-se pelo seu estilo popular, que informa rapidamente o leitor sem aprofundar o tema. Em contrapartida, o *Público*, considerado um jornal de referência Nacional, aprofunda os temas de forma intensa, rigorosa e sistemática. Procura, no fundo, abrir os horizontes ao leitor e dar a conhecer os detalhes de cada tema. Por isto, este foi o segundo jornal escolhido para esta análise. Assim sendo, neste trabalho procurou-se perceber qual a cobertura dada por estes jornais, mas também analisar as principais diferenças entre um jornal de referência e um jornal popular no tratamento de informação com interesse Nacional.

De forma a avaliar concretamente os dados dos artigos dos dois jornais, optou-se pela análise de conteúdo das notícias de 1 a 15 de novembro de 2015 (período em que se fez sentir uma grande tensão política). Neste sentido, considerou-se que o método mais adequado seria a análise de conteúdo, qualitativa e quantitativa. Pretendeu-se saber de que forma o *JN* e o *Público* trataram a queda do Governo de Passos Coelho e se lhe deram destaque. Para além disto, pretendeu-se aferir se os partidos considerados mais pequenos (BE, PCP e PEV) usufruíram do mesmo protagonismo que os partidos do “arco da governação” (PSD/CDS e PS). No que diz respeito à análise quantitativa, foram contabilizadas as notícias que cada diário publicou no período definido.

PARTE I – O ESTÁGIO CURRICULAR

Capítulo I

1. O estágio no JN

1.1. Um Jornal com História....JN

“Entre as muitas dúvidas, apenas uma relativa certeza: a de que um jornal da grandeza do JN é um indutor poderoso de energias criativas, capaz de surpreender as mais sombrias expectativas de laureados analistas”. (Mendes, 2008:347)

Antes de passar a uma apresentação sucinta daquilo que foi e é atualmente o *JN*, importa referir que as informações que se seguem fazem parte do Arquivo do mesmo, que me foram gentilmente fornecidas pelo responsável José Carlos Guedes e também parte integrante da pesquisa bibliográfica. Considero particularmente importante relatar com alguma exatidão a história do *Jornal de Notícias*, pois devido às fases importantes pelas quais este diário passou que se tornou o grande Jornal que hoje em dia é, pois, tal como afirmava Mahatma Gandhi, “o futuro dependerá do que fazemos no presente”.

A dedicação dos profissionais, a divulgação de informação com rigor e isenção que foram divulgadas ao longo dos anos fizeram com que o *JN* se tornasse num meio de comunicação com um grande número de leitores.

A informar desde 2 de junho de 1888, o *Jornal de Notícias* foi fundado por um grupo de políticos regeneradores, que desde então teve um crescimento notório no panorama nacional. Depois dos jornais “O Comércio do Porto” (1854-2005) e “O Primeiro de Janeiro” (1868-2009), o *JN* é o terceiro jornal da cidade Invicta, que ainda hoje se mantém ativo, contrariamente aos mencionados. Com apenas quatro páginas, a sua tiragem diária até setembro de 1888 era de 7.500 exemplares, passando para 10.500 em outubro. No ano seguinte, 1889, a publicidade passou a ser parte integrante do jornal e até 1907 foi a principal fonte de receita, com o “crescimento da publicidade (1888-1907) que suporta boa parte dos custos de produção do jornal garantiu a modernização do equipamento gráfico, sem alteração do preço (10 réis) do jornal”.

A história deste jornal é vasta, teve períodos políticos conturbados que levaram à sua suspensão, mas nunca ao seu desaparecimento definitivo, nomeadamente entre 1896 e 1899, passou de “Jornal de Notícias” a “O Jornal de Notícias”, e ainda “Notícias”.

O ano de 1907 foi marcante para este órgão de comunicação. Foi constituída a empresa “Jornal de Notícias” com todo o material necessário para constituir uma redação. Porém, nesse mesmo ano um desastre destruiu as instalações e provocou uma dezena de mortos e vários feridos. Ainda no ano de 1907 nasceu Manuel Pacheco de Miranda no Porto, que viria a ser, como explica Mendes (2008:51,52), ex-diretor do JN, “o maior português diretor de jornais (...)”, “figura mítica do JN, e que foi diretor durante quase meio século - de 17 de julho de 42 a 2 de julho de 78”. Estagiou na redação de “O Século” e foi estudante no curso de Direito. Manuel Pacheco de Miranda, na opinião de Mendes (idem:51), “percorreu, com sucesso e elegância de trato, todas as

patentes superiores, desde secretário de Redação a administrador-diretor, cargo que abandonaria, no pós-25 de abril”.

O número de tiragem diária cresceu rapidamente. Em 1910 eram impressos cerca de 42.000 jornais, atingindo em 1974 os 95.000 exemplares com a ajuda de um lançamento da Edição Internacional JN. Contudo, numa pesquisa mais aprofundada pela história deste jornal, verifiquei que o ex-diretor Frederico Martins Mendes (idem:52) afirma que “(...) havia combate à concorrência”: “E tanto lutámos que acabámos por ganhar, no pós-25 de abril, a guerra das vendas e audiências, com tiragens que rondariam os 120 mil exemplares”.

Após o 25 de Abril os jornais portugueses sofreram “consequências drásticas” (Lima, 2011:207). O *JN* foi transformado em “propriedade estatal”, mas manteve a mesma administração e os mesmos editores, contudo houve uma alteração drástica em relação àquela que era a sua linha editorial de marca” (Lima, 2011:208). Apesar da desventura do *Jornal de Notícias*, foi possível a recuperação e retornar à “sua vocação tradicional de jornalismo popular”.

A primeira filial do *JN* abriu em Lisboa em 1928, quatro anos depois em Braga, em 1945 em Coimbra, entre outras em vários distritos do país que entretanto fecharam. Com o passar dos anos tornou-se um jornal isento do poder político a que estava ligado desde a sua origem, amplo a todo o país e atento ao resto do mundo, mudou juntamente com os seus diretores que se foram sucedendo até aos dias de hoje e tornou-se o diário com maior audiência nacional logo em 1966, posição que manteve até 1978.

A evolução foi evidente. Em 1982 o “*Jornal de Notícias* passa a reger-se por novo Estatuto Editorial, definindo-se como uma «publicação periódica informativa e não doutrinária»”. Rejeita o sensacionalismo e compromete-se em seguir criteriosamente toda a “legislação à atividade jornalística”, salvaguardando ainda que “O *Jornal de Notícias* adopta como propósito uma informação rigorosa e competente (no sentido do mais completo possível apuramento dos factos), equilibrada (na audição dos interesses envolvidos) e objectiva (ainda quando interprete os acontecimentos)” (arquivo).

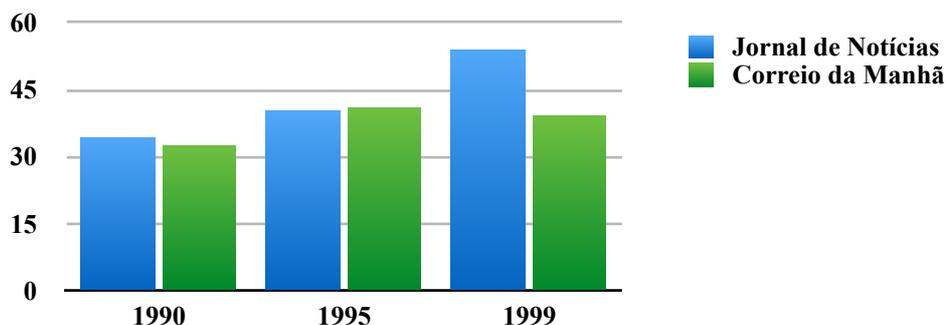
Os preços da aquisição do *JN* foram aumentando gradualmente, o que gerava lucro para a empresa. Assim, em 1981 o *JN* lançou o “Notícias da Tarde”, que foi de “efémera duração, uma vez que terminou em 1984” (Sousa, 1988:311). No entanto, em 1985 lançou o desportivo “O Jogo”, que ainda hoje se publica e pertence ao Grupo Global Media. Passado um ano (1986), o *JN* lança a sua primeira edição a cores, graças ao esforço de Frederico Mendes que orgulhosamente descreve no seu livro como “um acontecimento histórico na Imprensa portuguesa” (Mendes, 2008:70).

Em 1988, na comemoração dos cem anos de existência, o *JN* atinge uma tiragem considerada “recorde” de meio milhão de exemplares, e recebe a medalha de honra da cidade do Porto, em ouro.

A concorrência entre o *JN* e o *CM* teve início na década de 90, tal como se pode subentender numa leitura atenta do livro: “Memórias de Notícias do Jornal” de Frederico Mendes. Esta rivalidade (patente hoje em dia no *JN*) pode ser considerada um facto histórico. Numa breve análise aos dados constantes no site da APCT (Associação Portuguesa para o Controle de Tiragem e

Circulação), na década de 90 a circulação e tiragem de ambos os jornais andou sempre muito próxima, como se verifica na ilustração 1.

Ilustração 1- Circulação dos jornais diários. Elaboração a partir de dados da APCT



Como revela Helena Lima no seu estudo sobre o *JN* em época de revolução, em 1974 “o diário (*CM*) acabaria por se revelar o concorrente mais direto do *Notícias*. Dentro dos novos parâmetros de concorrência, este é o diário generalista que mais poderia afetar o *Jornal de Notícias*”. O novo milénio não alterou esta competição entre os dois diários. Frederico Mendes (2008:452) afirma, orgulhosamente, que: “Em Janeiro/Março de 2001 a percentagem de audiência média do *JN* era de 11,8%, contra 8,7% do 2º classificado, o nosso rival lisboeta “*Correio da Manhã*” (...).

A 26 de julho de 1995 o *JN* dá o salto para a edição online e fez notícia disso, “A Porta do *JN* para o Mundo. (...) Os internautas podiam consultar no *JN* electrónico notícias de primeira página, de desporto e de dados diversificados sobre o próprio jornal” (idem, ibidem:69). Portanto, o *JN* online passou a publicar e a fazer atualizações das notícias dadas, sendo que nos primeiros anos, como se sabe, as notícias do online eram a cópia exata da edição impressa. Dois anos depois houve uma renovação da edição eletrónica.

Com o esforço e dedicação de todos os que trabalhavam no *JN*, a evolução do diário foi constante. Mendes (ibidem:346) descreve este processo no 114º aniversário do Jornal: “Nascidos em 88, renascemos das cinzas em 50, agigantámo-nos em 90, e chegamos a 2002 na invejável posição de destacados líderes de tiragem, de audiência, notoriedade, de vendagem e, fundamentalmente, de afetos”. Numa análise atenta aos dados da APCT a tiragem do *JN* em 2002 foi superior a 135.000 e no que toca à circulação acima de 105.000. Este sucesso aconteceu graças à mudança realizada em janeiro de 1998, que transformou o jornal em formato “tablóide”. Neste sentido, Francisco Mendes reforça: “Renovamos e reforçamos a equipa diretiva, como iniciámos um processo permanente de renovação e rearranjo editorial, suporte fundamental da novidade gráfica (...)” (Mendes, 2008:350).

Não foi por acaso que o título deste capítulo contém as iniciais do *JN* a azul e vermelho, isto porque também lhe está associada história que se pode considerar uma curiosidade que muitos leitores desconhecem. Em 1988, aquando da reformulação do Jornal, decidiu-se que “o *JN* nacional teria cor azul na capa e na contracapa, toda ela consagrada ao Desporto, o que constitui um notável impacto inovador, enquanto a edição de Lisboa se coloria de encarnado. Idealizamos, assim, um *JN* à Porto-Benfica, como convinha a um jornal campeão de tiragens e de audiência” (idem:388). Com a passagem dos anos as iniciais do jornal passaram a ser de cor branca com o fundo de cor azul, tal como se conhecem hoje em dia, porém ainda se pode visualizar as cores vermelho e azul no cimo do edifício do *JN* no Porto, símbolo da sua história.

Ao longo dos anos as direções do jornal foram-se alterando, pois a dinâmica das empresas assim o exige, porém o estilo popular do *JN* tem-se mantido fiel a si mesmo e aos leitores por um conjunto de jornalistas que diariamente lutam para que assim seja.

Atualmente o diretor do *JN* é Afonso Camões, o cargo de diretor - executivo é ocupado por Domingos de Andrade e os subdiretores são Inês Cardoso e David Pontes. O *JN* é gerido pelo grupo Global Media, presidido por Daniel Proença de Carvalho. A Global Media Group possui outros órgãos de comunicação social nacionais conhecidos, é o caso do “Diário de Notícias”, “Diário de Notícias da Madeira”, o “Dinheiro Vivo” (jornal online e suplemento de economia do DN e do JN). Relativamente às revistas o grupo é detentor da “Evasões”, “Notícias Magazine” (semanais) e “Volta ao Mundo” (mensal), editadas com o JN, e “Notícias TV”. Marca presença na rádio com a “TSF”, na internet conta com “Buzz Media”, na área do desporto com “O Jogo”. A nível regional detém o “Jornal do Fundão” e o “Açoriano Oriental”.

A organização interna da redação do *JN* no Porto ainda se pode considerar “tradicional”, tal como descreve Gradim (2000:24). Divide-se em “quatro grandes áreas”: Administração, Redação, Sector Comercial e Oficinas (impressão e distribuição)” e ainda existe o Chefe de Redação, cargo ocupado, atualmente, por Rafael Barbosa. O espaço onde se situa a redação é amplo e subdivide-se nas secções Nacional, Justiça, Grande Porto, Norte-Sul, Desporto, e Etc., que engloba assuntos sobre celebridades, literatura, cultura, tecnologia, cinema, entre outros. Cada área tem um editor responsável pela publicação, localização das notícias e a sua paginação, agenda dos seus jornalistas, o que requer muita responsabilidade e agilidade na gestão do tempo. Para além disto, de acordo com Gradim (2000:30), “implica uma apreciação valorativa dos trabalhos que vão chegando à redação, e experiência suficiente para ajudar a definir ângulos de abordagem e rever peças jornalísticas”.

A secção Nacional do Porto onde estagiei tem como editor Nuno Marques e as editoras adjuntas Helena Norte e Ivete Carneiro. Todos eles delegavam tarefas e sempre que possível esclareciam dúvidas acerca da redação de uma peça.

1.2. “O Pote” - Secção Nacional

Tal como já foi referido na história do *JN*, o pós-25 de Abril foi muito conturbado para a imprensa portuguesa, inclusive o *JN*. O diário portuense recuperou o talento natural de jornalismo

popular, respeitando a filosofia de Pacheco de Miranda (diretor do JN entre 1942 e 1978), acerca da orientação social do JN, que é “do povo e para o povo” (Mendes, 2008:50). Aliás, segundo Francisco Mendes, Pacheco Miranda foi o “criador de uma escola ímpar na Imprensa Portuguesa, foi o revolucionário-mor do JN, ‘jornal das sopeiras, popularucho’” (idem, ibidem). Na perspectiva de Freitas Cruz, Pacheco de Miranda “não fazia distinção entre o leitor serralheiro mecânico e o amigo de uma classe superior” (JN, 2007). Assim sendo, verifica-se que o JN queria chegar a todas as classes sociais, ser “popular”, é ser de todos e de fácil leitura para todos. Deixando a ideologia do Jornal implantada, foi em 1979 que se iniciou “uma transformação gradual da redação e da forma de fazer jornalismo” (Lima, 2011:220). Segundo Helena Lima, “O *Jornal de Notícias* já tinha sido o primeiro diário portuense a organizar-se editorialmente em secções ou editorias, unidades de informação temática que nos anos 70 eram, por exemplo, a ‘Primeira Página’, ‘Grande Porto’, ‘De Norte a Sul’, ‘Internacional’ e ‘Desporto’ (...)” (Idem:220). Com o objetivo de incluir mais temas nesta nova “forma de fazer jornalismo” que fossem do interesse da população em geral, que retratassem o país, criou-se “o pote”. Manuel Neto Silva, ex-jornalista do JN, em entrevista a Helena Lima (2011:220), explica: “Criou-se o famoso ‘pote’ que era política, trabalho e sindicalismo, economia e, também crescentemente, educação”. Nasce então a secção “Nacional” que engloba todos estes temas de uma forma organizada e direcionada. Neto Silva (citado por Lima, 2011:220) explanou, relativamente ao “pote” que

“Em arrumação posterior, constituíram a grande secção ‘Nacional’, de que cada uma era uma espécie de subsecção, de maior ou menor dimensão, consoante a agenda de reportagem de cada dia. A educação por exemplo, que herdei consolidada, aí por 85, foi ao ponto de ter às vezes página ou páginas próprias. E sabíamos que tinha leitura: professores, escolas, sindicatos, pais e...poderes”.

O objetivo da secção Nacional era: ir ao encontro de um maior número de leitores, satisfazer-lhes as necessidades informativas de uma forma diversificada e ao mesmo tempo direcionada. As áreas da educação, da política e da saúde são as “chaves mestras” da sociedade retratadas diariamente no JN, desde os inícios da década de 90, por jornalistas atentos e dispostos a relatar os factos de forma verídica. Se estas áreas da secção Nacional são as chaves mestras, atrevo-me a dizer que a secção Nacional é: a “chave de ouro”. Como corrobora o jornalista Manuel Neto, (citado por Lima:ibidem) “Esta longa secção ‘Nacional’ equilibrou o *Jornal de Notícias*, geneticamente forte na cidade e ‘Grande Porto’, ‘Grande Lisboa’, ‘De Norte a Sul’, ‘Desporto’. O jornal tornou-se, digamos, mais generalista, no sentido de socialmente mais abrangente. (...) Este ‘Nacional’ era um harmónio onde cada subsector social em cada dia tinha mais ou menos notícia e reportagem, consoante os acontecimentos e expectativa dos leitores”. O “pote” beneficiou o jornal e os leitores. Os jornalistas Fernanda Gomes e Manuel Pina, também em entrevista a Helena Lima, recordam a importância de fazer peças para esta secção: “a jornalista lembra o entusiasmo que esse tipo de trabalhos suscitava nos profissionais, mas também nas pessoas que eram alvo das reportagens. As características de um jornalismo de interesse humano, profundamente ligado ao meio, foram a mais-valia do *Jornal de Notícias* (...)”.

1.3. O estágio Curricular

É do senso comum que todo o ser humano tem receio daquilo que desconhece... Foi inevitável o sentimento de apreensão dias antes do início do estágio. Sempre soube que a transição da teoria para a prática seria difícil, pois tudo é bem mais fácil quando durante a licenciatura e o mestrado os professores falam da pirâmide invertida e na organização de uma entrevista enquanto tiramos apontamentos. Contudo, a evolução académica e pessoal exigem a presença de conhecimentos e de experiências, no fundo de vivências para que mais tarde tudo se complemente num bom profissional. Acredito que a concretização do sonho de ser jornalista se materializou, em parte, neste estágio curricular, e me deu ânimo para superar e contornar as dificuldades e obstáculos que encontrei, dos quais falarei no presente relatório.

Deste modo, o relato que se segue do estágio em jornalismo de imprensa no *Jornal de Notícias (JN)* é baseado numa observação participante e direta (método de pesquisa para reunir as informações que vão fazer parte deste relatório), que revela reflexões, opiniões e experiências pessoais ocorridas durante cinco meses na redação do *JN* no Porto. A observação participante tem a vantagem, de acordo com Peruzzo (2006:126) de uma “presença constante do observador no ambiente investigado (...)” e ainda, aliando o facto de participar nas “atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado, de modo consciente e sistematizado, ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar interesses e factos”. A presença no *JN*, de uma forma genérica, deu-me a hipótese de estar próxima e em contacto com jornalistas com longos anos de carreira e, como tal, estimular o gosto pela profissão. Como salienta Peruzzo, uma boa observação participante é “baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado” (2006:132). A troca de ideias com jornalistas da secção “Nacional” sobre matérias jornalísticas, não só noticiadas pelo *JN* mas por outros meios de comunicação, abriram-me novos horizontes para a perceção de algumas práticas e rotinas jornalísticas, bem como o funcionamento interno da redação. A experiência destes jornalistas tornava-os rápidos na resolução de questões práticas que aos meus olhos pareciam difíceis de contornar, mas com o passar do tempo e posterior integração na redação foi adquirindo conhecimentos que me ajudavam a arranjar soluções aos obstáculos diários.

Depois de ter sido definido pela direcção do Jornal que iria estagiar na secção Nacional, pensei que já tinha um certo caminho que iria ter de desbravar, ou seja, se antes de saber qual a área em que ia trabalhar era tudo muito abstrato, depois tornou-se ligeiramente evidente. O estágio realizou-se entre 14 de setembro de 2015 e 5 de fevereiro de 2016, num total de 800 horas estipuladas pela FLUP.

A primeira semana foi essencialmente para perceber as práticas diárias dos profissionais, o funcionamento da própria redação e conhecer os editores e jornalistas da secção Nacional. O dia no *JN* começa por volta das 10 horas, para a maioria dos jornalistas, e pode-se prolongar para lá das 18 horas, no caso dos editores, que só podem abandonar a redação quando a sua secção no jornal está terminada. Ou seja, os editores e o chefe de redação revêm todos os pormenores do jornal de maneira a que nada falhe. Qualquer engano (erro de escrita, informação imprecisa, falta de justificação ou fonte) é assumido por estes, que, de seguida, têm de chamar à atenção o jornalista

que errou. Alternadamente, entre os jornalistas de toda a redação, são realizados piquetes que se iniciam por volta das 14 horas, prolongando-se para lá das 21 horas. O dia de trabalho acaba quando a edição do jornal do dia seguinte está encerrada, o que significa que pode ir mesmo para lá da 00:00h.

A integração na redação foi feita com cautela e muito calmamente, visto que não podia começar a dar passos em falso num território desconhecido. O ambiente era de descontração e harmonia entre todos os profissionais, o que fazia com que nem sempre se sentisse a pressão de mais um fecho do jornal no final do dia. Os jornalistas da secção Nacional foram-se apresentando e tentando ter a mesma resposta da minha parte, e assim se foram alargando as interações consoante o “à vontade” de ambas as partes. A perceção do funcionamento das práticas jornalísticas foi assimilada rápida e facilmente.

Para se manterem atualizados, todos os profissionais lêem pela manhã os jornais e revistas diários. O principal objetivo centra-se em saberem quais são os acontecimentos que marcam o dia. Outro ritual que marca o dia-a-dia dos jornalistas é a consulta da agenda onde estão definidos os trabalhos para cada um, disponível à entrada da redação.

Verifiquei várias vezes na secção Nacional que os jornalistas eram contactados pelas fontes acerca de determinados acontecimentos e só depois de serem avaliados posteriormente pelos editores é que era decidida a noticiabilidade do caso. Segundo Wolf (1987:190), o critério de noticiabilidade é o “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias”. O autor explica ainda que as informações que não correspondam “às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional” são excluídas, não “adquirindo o estatuto de notícia”.

O dias que passava na redação concederam-me o direito a observar situações inesperadas, (talvez as chame inesperadas devido à inexperiência na área). Constatei que no *JN* cada jornalista trabalha para a sua área em específico, ou seja, na secção Nacional, existem as áreas de saúde, educação, política e sociedade, sendo que cada uma delas tem um jornalista específico. Logo, não há o “jornalista polivalente/multifacetado” como se esperava, mas cada um é especializado no seu tema em concreto. Isto não significa que não fizessem trabalho para outras áreas, porém encontravam-se muito direcionados para temas específicos assegurando o contacto com fontes com quem mantinham relações de amizade. De certo modo, esta situação remete-nos para as rotinas jornalísticas que, segundo Tuchman (1978), citado por Correia (2011:88), são “uma parte fundamental da produção noticiosa assente nas rotinas produtivas destinadas a produzir notícias”. Portanto, diariamente o *JN* divulga notícias, por exemplo, da área da saúde (por vezes exclusivos) porque, na maioria das vezes, as fontes ligavam para dar a informação à jornalista responsável desta área. Esta relação entre fontes e jornalista é benéfica para os meios de comunicação e para as fontes. Os meios de comunicação têm acesso a informações que querem divulgar e as fontes podem obter reconhecimento. Assim estas rotinas entre fontes e jornalistas, como defende Sousa (2000:54), “são também o elemento mais visível que permite mostrar que a maior parte do trabalho jornalístico não decorre de uma pretensa capacidade intuitiva para a notícia nem de um hipotético “faro”

jornalístico, mas de procedimentos rotineiros, convencionais e mais ou menos estandardizados de fabrico de informação de atualidade”.

Neste sentido, Bennett, Gressett e Haltom (1985), citados por Traquina (2007:121), defendem que os jornalistas e as fontes beneficiam de uma “troca”. Para os jornalistas as vantagens são: “eficácia, maior estabilidade no trabalho e autoridade que valida a notícia”; já para as fontes, os autores defendem que os benefícios são: “a publicitação dos seus actos, uma possível visibilidade social e o reforço da sua legitimidade”. Existindo esta ligação e um contacto constante não há uma busca pela notícia e o jornalista não vai ao terreno verificar/averiguar os dados que lhes são dados, é tudo através de ligações e à espera que algo aconteça e o telefone toque. Para além disto, também observei que quando o jornalista tem de fazer um trabalho numa área que não a sua, não tem contactos, a solução é pedir nomes e números de telemóvel ao colega, que rapidamente os fornece. No entanto há entraves com que os jornalistas se deparam numa situação destas, assim que fazem a ligação para as fontes estas não lhe fornecem dados porque não conhecem o jornalista e só dão informações ao “colega”.

Depois de dois meses na redação apercebi-me, mais uma vez, que a polivalência profissional tão falada durante a licenciatura e o mestrado exigida aos jornalistas não tinha espaço no *JN*. Portanto, o que me deixou impressionada foi a falta de conhecimentos dos jornalistas da secção Nacional (habituaados apenas a escrever para o jornal em papel) na escrita dos conteúdos online. Ou seja, a rotatividade dentro da redação exigia que, por vezes, um jornalista de imprensa escrita (papel) escrevesse artigos para o *JN* digital.

Na minha opinião, estes entraves referidos acabam por prejudicar o trabalho dos profissionais e o funcionamento do próprio jornal. Os jornalistas mais antigos não têm as valências desejadas no que respeita ao meio digital. De acordo com Correia (2011:88) “todos devem ser capazes de fazer o trabalho de qualquer um dos outros”, contudo nem sempre isso acontece. Quem refuta a ideia é Tuchman (1978), citada por Correia (idem), “Citando alguns repórteres, cada um tem de ser um profissional capaz de cobrir toda e qualquer coisa porque cada um deles pode ser indicado para proceder à cobertura de qualquer assunto em qualquer momento.

Deixando esta breve reflexão crítica, é importante voltar ao relato do estágio. Nos primeiros dias foram instalados no computador no qual iria trabalhar dois programas: o *Dam Ci Média* e o *Milenium Editor*, que eram duas das ferramentas de trabalho de toda a redação. O funcionamento de cada um deles foi devidamente explicado pela editora Helena Norte. O primeiro é um site de arquivo das notícias da Lusa e da Reuters, bem como fotografias do grupo Global Media e das agências referidas. O *Milenium Editor* é o programa onde é desenhado o jornal e os jornalistas escrevem no espaço que lhes é destinado, é previamente predefinido por editores de imagem, com o editor de cada secção, consoante as notícias e o destaque que lhes vai ser dado, por fim, é aprovado ou não pelo diretor de arte.

A primeira notícia surgiu no decorrer da primeira semana. Tinha chegado o momento de por o nervosismo de lado e dar lugar ao profissionalismo. Deixar que a responsabilidade fosse minha conselheira e não a inexperiência, e aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação académica. Setembro foi um mês fatal para milhares de refugiados sírios que fugiam do Estado

Islâmico e procuravam asilo na Europa. Em várias regiões de Portugal estavam a ser recolhidos bens essenciais para serem levados até à Croácia e ajudar os sírios. No Porto, um dos locais de recolha era a UPTEC (Parque da Ciência e da Tecnologia da Universidade do Porto), ao qual me dirigi com um fotógrafo da Global Media. Para além de ser a primeira notícia, foi sem qualquer apoio de um jornalista profissional, no entanto considero que, mesmo assim, não correu mal. Na correria do táxi que me levou ao local, pensei em algumas perguntas para fazer aos intervenientes, e lembrei-me do conselho que me tinha sido dado antes da saída do *JN* pela jornalista Alexandra Figueira: “pede os contactos aos responsáveis para que em caso de dúvidas na escrita da notícia lhes possas ligar”.

Na UPTEC, assim que anunciei que fazia parte do *JN*, os intervenientes mostraram-se disponíveis para ceder informações, fotografias e até mesmo contactos. Estava à espera de mais agitação em torno de uma causa solidária, como voluntários e algum representante da iniciativa. Contudo, havia apenas um segurança que trabalhava para a universidade a recolher as ofertas (o grupo 8 de seguranças aliou-se à causa), e a responsável do departamento de comunicação da UPTEC que me forneceu o press-release enviado pelos organizadores da caravana solidária para os locais de recolha. Obtive rapidamente os dados para escrever a notícia, de seguida voltei para a redação. Informar o editor acerca das informações que se conseguiam era o primeiro passo, depois este indicava o número de caracteres e o espaço do jornal onde iria constar a notícia. As informações recolhidas no local de angariação de bens precisavam de mais detalhes. Foi então que realizei a primeira ligação para obter mais dados acerca do assunto (contactar as fontes por telefone é uma prática recorrente de um jornalista). No press-release estava o contacto telefónico de uma das organizadoras da “Aylan Kurdi Caravan” (nome da caravana solidária), que se mostrou agradecida pelo contacto e forneceu vários dados. Para que pudesse fazer atualizações sobre o destino dos bens (estavam a ser fechadas fronteiras aos sírios e a qualquer momento o rumo da caravana podia mudar), pediu o meu email e contacto telefónico para enviar novos dados assim que surgissem. O nome da caravana era em memória ao menino sírio que morreu afogado no mar Mediterrâneo durante a fuga para o Canadá. A foto do falecimento desta criança, de três anos, foi capa na imprensa mundial, comoveu o mundo e não passou em falso para os organizadores desta ação de solidariedade. Todas estas informações tinham de constar na notícia. Foi redigida com atenção, empenho e determinação. Quando terminada, a correção foi efetuada pela editora-adjunta Helena Norte, que me explicou quais os erros cometidos. As falhas apontadas foram a nível da pontuação e na passagem das informações das fontes do discurso direto para o discurso indireto.

No dia seguinte, 18 de setembro, foi publicada a primeira notícia da jornalista-estagiária no *Jornal de Notícias*. Foi a primeira notícia e logo encontrei na minha maneira de ver, um senão. Depois de ter saído em papel, a organizadora da caravana enviou-me novos detalhes acerca da alteração do local de chegada e o número total de bens angariados para a ajuda aos refugiados. Na expectativa de fazer uma pequena notícia para o online, com os novos dados, avisei o meu editor (que ignorou a informação que lhe dei). Não percebi o motivo de não poder fazer uma atualização, quando era importante para os leitores e revelava a generosidade dos portugueses nas causas humanitárias. Aceitando a minha posição de estagiária, acabei por pesquisar se outros jornais online

tinham divulgado a notícia atualizada e constatei que sim. Para além de darem a notícia nos jornais em papel divulgaram-na com os novos dados nas plataformas digitais, foi o caso do *DN* e do *Público*.

Os dias na redação nunca eram iguais. As novidades que os acontecimentos do dia traziam faziam com que houvesse um ambiente de descoberta e pesquisa, de partilha e troca de ideias, por vezes até de discórdia quando as páginas do jornal não estavam desenhadas a tempo ou quando a redação ficava frenética com o constante som dos telefones. Porém, tudo isto é parte integrante do quotidiano de um profissional da área, que acrescenta capacidade de concentração aquando da agitação dos meios em que se insere durante a atividade laboral.

Inicialmente as saídas também se mostraram sempre diferentes. As expectativas cresciam cada vez que via na agenda o meu nome para ir fazer um trabalho. Não tinha a obrigatoriedade de redigir artigos direcionados para uma área específica, o que me permitiu algumas experiências diferentes. Em cada acontecimento que ia cobrir gostava de contactar com as fontes, de ouvir as histórias que tinham para contar e de conhecer sempre mais. Porém, o que é bom dura pouco. Após as primeiras semanas o entusiasmo desapareceu. O estágio revelou-se cansativo e sombrio, pois raramente tinha trabalho para fazer, o que me desmotivou rapidamente. Contudo, falarei deste assunto mais adiante.

Na segunda semana comecei por acompanhar a jornalista Inês Schreck, da secção Nacional, ao Complexo desportivo do “Monte Aventino”, com o objetivo de perceber em que consistiam as novas aulas de ginástica para pessoas oncológicas. Após uma autorização do médico, as pessoas em fase de recuperação de um cancro podiam participar nas aulas de ginástica gratuitamente. Existiam estudos que comprovavam os benefícios do exercício físico e também a recuperação dos tratamentos. No local, apenas observei o trabalho da jornalista e anotei todas as informações que foram dadas pelas pessoas com quem falava, nomeadamente o professor de educação física, um jovem em recuperação e o responsável da organização das aulas. Mesmo que a notícia não fosse minha encarei a situação como uma aprendizagem, pois tal como referi várias vezes durante o estágio: “estou aqui para aprender, não para publicar”. No regresso, em conversa com a jornalista ela referiu que assim que se acaba a recolha de informação no local é preciso começar a estruturar a notícia (mais um conselho que me ajudou a lidar com a pressão e a ganhar novos hábitos). Para minha surpresa, na redação, a pedido da jornalista que acompanhei, a notícia foi redigida por mim. Senti o peso da responsabilidade e ao mesmo tempo insegurança pelo facto de temer não estar à altura das expectativas de uma jornalista profissional. Numa corrida contra o tempo, iniciei a seleção de informação e redação da peça noticiosa que ia sair no dia seguinte. A falta de experiência foi notória. O excesso de informação dificultou a selecção do que era mais importante de uma forma rápida e concisa. A pressão que sentia estava a favor do relógio, e nada do que escrevia parecia fazer sentido. Com algumas dicas da jornalista e algumas correções a notícia adquiriu uma forma, uma história, em suma ficou pronta para ser lida pelo público.

Ainda na fase de adaptação ao ritmo da redação e com algum receio de falhar, no dia 22 de setembro fui incumbida de realizar dois serviços. Um de manhã, marcado na agenda, e o outro surgiu da parte de tarde. Estava na hora de me testar a mim própria. Como era lidar com a pressão

de ter duas notícias, embora pequenas, para saírem no dia seguinte. Ainda incrédula, perguntei: “as duas notícias são para sair amanhã?”... Ao que ironicamente o meu editor respondeu: “sim, somos um jornal diário, não mensal”. Posto isto, estava na hora de escrever sobre a greve dos docentes universitários do ensino superior do Porto que se tinha realizado pela manhã. O resto do dia seria para ir ao Hospital de Santo António falar com o diretor clínico. Foi impossível não me lembrar dos conselhos dados pela minha professora de licenciatura Anabela Gradim: “Têm de ser céleres a escrever as notícias. Quando forem trabalhar para uma redação vão ter de ser eficientes, vão ter o vosso editor a pedir as notícias para o fecho da edição”. Posso admitir que senti a pressão a apoderar-se de mim. Mas rapidamente tomei conta da situação. Trabalhei arduamente no texto das reivindicações dos professores, que exigiam melhores condições laborais, caso contrário admitiam rapidamente uma “degradação do ensino superior”. As horas voaram. Rapidamente chegou a hora de ir à unidade hospitalar entrevistar o Doutor Paulo Barbosa. O intuito era perceber qual o sentimento partilhado pelos profissionais depois de, mais uma vez, o Hospital de Santo António ter ficado no “Top 5” da “Excelência dos Hospitais Portugueses”. Este mérito que estava explícito no olhar do diretor clínico, era também uma mais valia para os doentes que se sentiam confiantes aquando da prestação de cuidados médicos. Após a entrevista, foi o momento do Drº Paulo Barbosa fazer pose para a objetiva do fotógrafo do JN, com o seu olhar triunfante e orgulhoso pela causa. De seguida foi o momento de uma visita ao interior do hospital para que se pudessem tirar fotos aos doentes (com as devidas autorizações) acompanhados por enfermeiros. De regresso à redação, sucedia-se o processo normal, ou seja, explicar ao editor o trabalho que fui fazer ao local para que ele definisse a estrutura da notícia aliada ao espaço no jornal. Comecei a transmitir para o computador os dados recolhidos e redigi a notícia de acordo com as indicações da jornalista Inês Schreck, visto que o meu texto foi um complemento da notícia principal dela, bem como da colega estagiária Ana Teixeira. Terminados ambos os textos, estava na hora da correção, que não foi feita comigo, mas quando assim era, no dia seguinte comparava o meu texto com o que tinha sido publicado para saber onde errei. Só assim poderia melhorar e diminuir as falhas. Confesso que me senti um pouco orgulhosa quando no dia seguinte vi as duas notícias assinadas por mim no jornal.

Com o passar dos dias fui progressivamente integrando a equipa da secção Nacional. Estava atenta ao que se passava à minha volta para aprender e tirar as minhas próprias ilações. Apesar de ser muito nova no que respeita às opções editoriais de um jornal verificava, nos pequenos trabalhos que fiz e nos dos outros jornalistas, que as preferências por certas matérias resvalavam para o sensacionalismo. Portanto, se o editor da secção acreditasse que determinada matéria ia fazer vender mais ou que outro meio de comunicação abordaria o assunto de uma forma menos alarmante e até menos crítica, era o ideal para o JN dar o seu toque de “espetacular”. Deste modo, como refere Correia (1997:205) na informação há uma luta “ligada a procura do espetacular e do sensacional, revela-se talvez como o mais evidente reflexo da concorrência, e o que mais diretamente condiciona o trabalho jornalístico”. Portanto, passo a explicar o que me leva a tais afirmações. Em plena época de campanha para as eleições legislativas (setembro) foi-me incumbido falar com Marinho e Pinto no Norteshoppinhg, em Matosinhos. Na entrevista que deu aos media o candidato pelo PDR (Partido Democrático Republicano), obviamente, não perdeu a oportunidade de mencionar as suas

propostas políticas e não faltaram as típicas querelas contra os seus concorrentes. Não era preciso ser muito experiente para saber que tudo aquilo ia dar uma notícia, o que não estava à espera era que me dissessem: “no texto só pode constar tudo o que Marinho e Pinto disse contra as outras forças partidárias e nada das propostas políticas que anunciou”. Ou seja, na minha perspetiva, iria escrever uma notícia sensacionalista. Após uma reflexão acerca deste assunto, coloquei-me no lugar não só do leitor mas também do eleitor. Quando fosse ler a notícia iria querer saber quais as soluções apresentadas por um partido que criticou os outros, e não apenas quezílias políticas. É através dos média que os políticos fazem valer as suas propostas, pois já desde “a queda do Estado Novo os vários actores políticos (partidos, sindicatos, movimentos sociais) intuíram a importância dos média na gestão das suas causas” (Santo e Figueiras 2010:81). Os média, são os principais transmissores das campanhas eleitorais e como tal é a partir daí que os eleitores vão decidir o seu voto, como defende Schwartzberg (1977), citado por (Figueiras e Santo 2010:83) “o que significa que o desempenho dos líderes políticos é permanentemente observado pela opinião pública e avaliado pelos eleitores, escrutinadores imperativos num jogo à sua medida que, nas palavras elege as melhores representações”.

Uma das rotinas diárias dos editores de cada secção era reunirem-se com representantes da direcção e com o chefe de redacção para discutirem os assuntos que marcavam a actualidade: as manchetes dos jornais, as informações que foram dadas pelo JN e por outros media e ainda os temas que iam ser trabalhados durante o dia. Quando existia algum trabalho que tivesse sido criticado por falta de objectividade ou por conter dados que desagradavam aos intervenientes por não serem bem justificados era nessa reunião matinal que se esclareciam. Quem responde pelas falhas das notícias veiculadas pelo jornal é a direcção, pois tem de “assumir as responsabilidades legais decorrentes dos textos não assinados que são publicados no jornal; e co-responsabilizar-se pelos textos cujo autor está identificado”, (Gradim, 2000:26). Porém, esta situação assume uma posição estratégica de hierarquia, depois do diretor se desculpar pelo erro dos seus trabalhadores (por vezes quando o assunto é mais grave decorrem processos judiciais, em que o jornalista tem de ir a tribunal), é chamado o editor da secção que por sua vez irá fazer um reparo ao seu jornalista (observei este ciclo hierárquico várias vezes).

Muitas outras funções são exercidas pela direcção, uma das quais, como exemplifica Gradim (idem:26), é supervisionar “a realização de reportagens e trabalhos de maior fôlego e importância para o jornal, ajudando a definir o ângulo de abordagem (...). No JN, durante o dia, os diretores dirigiam-se aos jornalistas com os trabalhos mais importantes (os que iam ser chamados à capa) sempre com o objetivo de saberem em que ponto estavam as notícias, ou então porque a novidade que iria dar origem à capa partiu deles. Por volta das 17h:30m, diariamente, havia outra reunião na qual estão presentes os mesmos membros, para decidirem qual será a manchete do jornal e o número de páginas. E são previamente definidos alguns serviços para o dia seguinte. Em ambas as reuniões, esporadicamente, era efetuada uma ligação via Skype com os editores da redacção de Lisboa, visto que o jornal também era organizado com os serviços efetuados pelos profissionais na capital. Só após a reunião da tarde é que os editores podem pedir as suas páginas e estruturá-las com os elementos que desenham o jornal. Em dias que a reunião acontecia mais tarde ou se prolongava,

consequentemente o jornal era desenhado mais tarde, o nervosismo sentia-se rapidamente aflorar na redação. Os jornalistas, ansiosos por acabarem o seu dia de trabalho, precisavam do jornal desenhado, bem como saber em que página iriam escrever, o que não acontecia enquanto as chefias não terminassem a reunião. Se havia dias calmos e descontraídos em que tudo corria bem, existiam outros em que só havia confusão, rostos exaustos e olhares descontentes.

Para um estagiário é normal que surjam momentos de dúvidas e de introspeção acerca do que é capaz de fazer, e se irá corresponder às expectativas em trabalhos que pedem mais esmero e um cuidado especial quando se trata de crianças doentes. Manter a calma e disfarçar os receios com um sorriso é essencial, lembrando sempre que o profissionalismo é um escudo de proteção para não deixar que tudo se resuma a um vale de lágrimas. Assim foi no trabalho que realizei na casa Ronald McDonald do Porto (casa que acolhe crianças com doenças oncológicas e os seus familiares). Foi a experiência que mais me marcou enquanto estagiária do JN, mas também que me fez crescer enquanto pessoa. Valeu-me umas noites mal dormidas e uma página com destaque no Nacional no dia 5 de outubro. Na Casa foi organizado um pequeno almoço temático onde se falou da importância da música para as crianças em tratamentos. Decorreu num ambiente acolhedor e familiar, onde estiveram presentes a psicóloga do hospital de São João, o pai de uma criança doente oncológica (já falecida) que viveu durante quatro anos na Casa, a diretora de comunicação e administradora da Fundação Ronald McDonald, e a maestrina e estudante de Medicina Ana Lúcia Dias, que tomou a iniciativa de realizar sessões musicais com as crianças. Tive ainda o prazer de realizar uma visita guiada pela Casa, mesmo antes de se iniciar o pequeno almoço, de forma a conhecer os espaços comuns partilhados pelas várias famílias. Escusado será dizer que enquanto percorria a Casa com um membro da Fundação Ronald Mc Donald, me cruzei com crianças em tratamentos de quimio e radioterapia, o mundo parecia pequeno para suportar tamanha dor. Um leve arrepio assombrou-me, lembrando a dor ali patente, mas ao mesmo tempo a luta constante para vencer uma doença que aquelas crianças ainda não sabiam bem como combater.

Durante o pequeno almoço, bastante informal, foram-se partilhando experiências vividas na Casa. A futura médica, Ana Lúcia Dias, falou na conclusão dos estudos que comprovavam os benefícios musicais para crianças vítimas de doenças prolongadas, e como tinham decorrido as primeiras experiências musicais dentro da Casa. Apesar das adversidades eram crianças que se entregavam ao ritmo da música e deixavam que a vida, por momentos, fosse como uma melodia que os alegrava e curava. Do outro lado da mesa, de olhar saudoso e brilhante, estava José Fuentes. Lembrava o filho que já partira. As recordações eram muitas. O seu passado fazia com que continuasse com ligações à casa para transmitir o seu testemunho e desta forma apoiar outros pais que têm o seu mundo do avesso. Depois de mais de 3 horas na casa regressei à redação com imenso para contar, mas com a cabeça em outro planeta e o coração apertado pela dor que aquelas pessoas partilharam comigo. Dizem que quando se dividem as tristezas cada pessoa vai carregar consigo um pouco das angústias do outro, e assim me aconteceu, trouxe comigo um pouco da dor daquelas crianças. Felizmente o tempo cura tudo e ajuda a minimizar os estragos que a dor causa nos seres humanos, tal como espero que aconteça com a dor não só daquelas crianças, mas as do mundo inteiro. É óbvio que foi difícil afastar a opinião pessoal e as emoções para redigir a notícia, mas

tinha informações e novidades preciosas para partilhar com o público. Revelando uma boa iniciativa por uma boa causa, porém as dificuldades e obstáculos serão mencionados com mais exatidão num subcapítulo reservado para tal.

Grande parte das notícias produzidas na secção Nacional não implicavam saídas em reportagem onde se davam os acontecimentos, tudo se fazia na redação através de chamadas constantes para as fontes. Foi desde o mês de novembro que o estágio se revelou entediante. Enquanto estagiária as tarefas eram muito poucas. Um dos meus editores explicou que não era por mal que não me davam trabalho, mas sendo estagiária não tinha “contactos de fontes de informação”. O meu coordenador de estágio, Nuno Marques, era muito ocupado tal como as editoras-adjuntas Helena Norte e Ivete Carneiro. Estas delegavam-me as breves para a área “Mundo”, a cargo da secção Nacional, mas que ajudaram a desenvolver a minha capacidade de interpretação e resumo, visto que o espaço era muito reduzido. Inicialmente as correções destes trabalhos eram feitas comigo, pelo que acabava por perceber os meus erros e fazia com que não se repetissem. Certo é, que depois de fazer breves todos os dias o entusiasmo passou. Queria realizar trabalhos que me despertassem interesse e me aguçassem a curiosidade, me fizessem pensar e ganhar experiência, entrevistar pessoas, ir à procura da informação, estar no terreno onde as coisas aconteciam, sentir a pressão do tempo sobre os ombros para acabar uma notícia... Mas tudo isto parecia remoto. Para complicar a situação, uma grave infeção levou-me a duas semanas de ausência do JN, o que significa que no mês de outubro só realizei a notícia da Casa Ronald McDonald.

Mesmo desmotivada pelo facto de não ter trabalho no Jornal, mantinha a esperança de que a qualquer momento pudesse surgir um serviço inesperado que me devolvesse o ânimo já perdido. Assim, no mês de novembro realizei duas notícias e mais uma enorme quantidade de breves.

A feira do empreendedorismo na Alfândega do Porto foi um dos trabalhos que me surpreendeu, não esperava que se revelasse tão proveitoso. Passo a explicar: inicialmente pensei que ia ser um daqueles trabalhos em que iria falar com os jovens que foram apresentar as suas criações, perceber quais as novidades que os levam à participação na feira e quais as expectativas da organização do evento (aliás foi isso que o editor pediu). As startups eram uma área nova para mim e, como tal, desconhecida. No dia anterior ao serviço fiz o “trabalho de casa”, analisei alguns termos para retirar o máximo de informações no momento da entrevista com um dos membros da organização da Feira. Contudo, insatisfeita com a teoria analisada, decidi recorrer a uma fonte com conhecimentos na área. Os dados que me forneceu foram bastante úteis. Revelou-me que apenas 10% das startups portuguesas conseguem ultrapassar o “vale da morte”, período de três anos necessário para que o projecto se torne viável no mercado, e só 1% se tornam em grandes empresas (não dei muita relevância a esta informação, porque na redação não me tinham pedido nada do género). No dia seguinte, falei então com um dos elementos da organização e responsável pela ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários), Rafael Rocha, que em mais de uma hora de conversa apenas destacou as vantagens de novas ideias e que todas tinham um futuro brilhante, sendo que as hipóteses de singrarem estavam ali presentes... Perante uma visão tão prometedora que me estava a ser “vendida” confrontei-o com a informação que a minha fonte me tinha dado. O pano caiu. O filme romântico em que todos tinham um lugar de sucesso no mundo empresarial tornou-se

rapidamente num filme de drama em que poucos sobreviviam ao “vale da morte”. O organizador confirmou os dados. No momento de escrever a notícia era preciso selecionar alguma da muita informação que tinha recolhido, até porque o espaço era curto. Porém, devido ao baixo nível de sucesso das startups os meus editores pediram que o título e o lead evidenciasse esse assunto. Assim fiz. Comecei por coordenar a notícia de modo a que o texto fosse no sentido de mostrar o baixo nível de sucesso das empresas recém criadas. Certo é que rapidamente me interroguei: “o objetivo da notícia seria dar a conhecer ao público o evento para que pudessem visitar e até quem sabe participar nas atividades? ou relatar a parte negativa da falência das startups?”. A resposta era evidente.

Quando já tinha a notícia quase terminada a editora do *Dinheiro Vivo* (a minha ida ao local tinha sido pedida pelos jornalistas do *Dinheiro Vivo*), aproximou-se para saber em que ponto da situação se encontrava a notícia, pedindo as informações que recolhi. Após uma curta conversa aconselhou-me a alterar o lead e o título (que continham a parte negativa) e salientou: “coloca-te no lugar do leitor, escreve o que gostarias de ler”. Assim foi, modifiquei o título, o lead e o corpo do texto, tinha de readaptar toda a notícia sem o conteúdo do “vale da morte”, pois tal como explica Sousa (2005:161) “(...) o lead é, em primeiro lugar o parágrafo que introduz o tema da peça e, em segundo lugar, o parágrafo que dá o tom ao resto da peça (...)”. Sentia-me confiante que o texto estava “tal como o leitor gostaria de ler”. Mas enganei-me. Já com a notícia alterada e praticamente terminada, a minha editora, Helena Norte, pediu para ler. Estupefacta, referiu que não tinha pedido aquela abordagem. Justifiquei as alterações, porém em vão. A editora sentiu-se contrariada por causa das alterações do texto sem a sua autorização. Ligeiramente irritada, disse que queria acompanhar o texto enquanto eu o escrevia. Senti-me confusa. Pela terceira vez ia modificar a abordagem da notícia. Percebi que os critérios de noticiabilidade variam de editor para editor, dentro do próprio jornal e na mesma secção. Percebi que na secção Nacional predomina a negatividade enquanto critério de noticiabilidade no momento de escolher a abordagem da notícia, pois já não era a primeira vez que a situação se repetia.

Os valores-notícia são objeto de estudo para muitos autores nos quais incluem a negatividade, como Traquina (2007), Sousa (2005), e Galtung e Ruge (1993). “Os valores-notícia são um elemento central da cultura jornalística”, tal como menciona Traquina (2007:171). Este autor vai ainda mais longe, explica que “A visão negativa do mundo criada pelos jornalistas radica nos valores-notícia que os profissionais do campo jornalístico utilizam na selecção dos acontecimentos do mundo real (...)” (Idem:171). Nelson Traquina criou uma classificação dos critérios, nomeadamente, os valores-notícia de selecção que podem classificar-se como substantivos e contextuais; e os valores-notícia de construção. Em ambos existe o critério de negatividade, designadamente nos substantivos a “morte”, contudo essa hipótese não se aplica ao caso em questão, porque é extrema, embora se aplique a muitas outras situações que os jornais exploram diariamente que incluem os dramas humanos. Porém, na selecção de Traquina (2007:199), o que mais se aplica é a “dramatização” incluída nos valores-notícia de construção, aqui há “um reforço dos aspetos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual”.

Sousa (2005:31) menciona também o critério da “negatividade” e explica que “quanto mais um acontecimento se desvia para a negatividade, mais probabilidades tem de se tornar notícia”. A mesma perspetiva é partilhada por Galtung e Ruge (1993), citados por Correia (2011:151): a “negatividade (bad news is good news), as más notícias tendem a ter mais impacto perante a audiência. Quanto mais negativo for o acontecimento, mais provável a sua transformação em notícia”. Perante tais argumentações verifica-se que a abordagem realizada à feira do empreendedorismo foi tendencialmente tratada de uma forma negativa.

Depois de tantas alterações, a editora Helena Norte acompanhou os parágrafos que escrevi, mas o que mais a agradou foi o lead. Leia-se: “Apenas 10% das startups portuguesas conseguem ultrapassar o “vale da morte”, período de três anos necessário para que o projeto se torne viável no mercado, e só 1% se torna em grandes empresas”. O título: “Apenas 10% das startups sobrevivem a três anos”, ficou a cargo da editora. Poderia dizer que tanto o título como o lead são desagradáveis para anunciar uma feira de empreendedorismo. Contudo, é preciso um conteúdo forte para prender o leitor. Tal como corrobora Sousa (2005:161) há notícias “que necessitam de um lead de impacto, ou seja, de um lead forte e incisivo, direcionado para a informação mais importante. O lead de impacto deve conter o núcleo duro da informação.” Para Spark e Harris (2011:49) a introdução da notícia é a “chave” da peça noticiosa, “The intro or opening sentence is the Key to a newspaper or a broadcast report - fromit everything else should flor. The intro should be crisp and clear; accurate, not just approximate”.

Os jornalistas têm um compromisso rigoroso com a verdade, como defende Gomes (2009) citado por Correia (2011:31): “o jornalismo é um sistema que atua no ramo da verdade. Os seus produtos se oferecem como verdadeiros, tendo a sua verdade garantida por procedimentos bem codificados de veracidade e certificação”. Os “procedimentos” que Gomes (2009) identifica são tarefas que o jornalista tem de incluir nas suas rotinas, isto é, submeter a contraditório o que as fontes revelam, ouvir as partes intervenientes num acontecimento e, estar atento às fontes que pretendem visibilidade. Neste sentido, Gans (1980), citado por Schmitz (2011:22), alerta que as fontes “tentam informar o que mais lhes convêm e sob a sua ótica”. O jornalista tem de se resguardar das fontes com interesses, tem de ser “cético por natureza e técnica”, tal como garante Schmitz (2011:32). Estes são alguns dos elementos fundamentais das boas práticas jornalísticas que se ouvem continuamente durante toda a formação académica, e que na prática ajudam a que não se cometam erros crassos. Deste modo, acabei por me deparar com uma situação em que era preciso ter a certeza do que se passava. A realidade diante de mim estava a ser deturpada por uma fonte. Passo a explicar. Duas adolescentes do secundário lembraram-se de mandar um press-release para o JN a informar de uma manifestação nas suas escolas (Escola Secundária Rodrigues de Freitas e Escola Secundária António Sérgio) por causa dos “problemas” e “necessidades” dos estabelecimentos de ensino. Fui incumbida de ir à Escola Secundária Rodrigues de Freitas e de ligar previamente à jovem para saber quais os motivos da manifestação. Ao telefone, a estudante garantiu que a escola tinha caído no “esquecimento”, a “biblioteca, o bar e a cantina estavam fechados, e a falta de limpeza e ausência de material para trabalhar” eram constantes. Com toda esta informação pensei: “pobres alunos, isto vai dar uma notícia fantástica”. Reservei a informação e segui para a

escola para recolher mais depoimentos dos alunos indignados. A surpresa foi grande quando me deparei apenas com cinco alunos a manifestarem-se. Rapidamente percebi que a situação era estranha. Desconfiei. Uma escola em estado de degradação, tal como me tinha sido dito, deveria ter mais alunos insatisfeitos e não só cinco alunos. Procurei a estudante e confrontei-a: “uma manifestação de 5 alunos?”. Ironicamente referi: “as manifestações já não são iguais ao tempo em que eu andava no secundário”. A aluna com quem tinha falado pela manhã ao telefone, mais uma vez começou a reivindicar melhores condições de ensino. Ainda desconfiada, perguntei se fazia parte da Associação de Estudantes, ao que respondeu afirmativamente (o que não era verdade). Nesse preciso instante apareceram dois elementos da Associação de Estudantes revoltados por andarem a usar a entidade para promover mentiras. Falei com uma professora da escola que me falou de outros estratagemas que a mesma aluna já preparou antes: “são alunos problemáticos”. Os alunos discutiram entre si e percebi que tudo aquilo não tinha passado de um passatempo da jovem que tinha mandado o press-release. Visitei o bar, a biblioteca da escola e falei com os membros da Associação. Tudo o que me tinha sido dito era mentira, a escola tinha ótimas condições. Assim que cheguei à redação, transmiti ao meu editor o quão caricata tinha sido a minha ida à escola. Mesmo tendo ficado sem notícia para escrever, o facto é que esta situação fez com que, posteriormente, ficasse mais atenta às informações das fontes e sentisse necessidade de confirmar todos os dados.

O tempo passava rapidamente e quando dei por mim o mês do Natal tinha chegado. Dezembro revelou-se bastante produtivo a nível de aprendizagens.

A UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) no dia 4 de dezembro homenageou as 27 vítimas de violência doméstica assassinadas nesse ano (2015), na Avenida dos Aliados. Foram 27 vasos de violetas que consagraram o tema “flores partidas nem uma mais”. Nesta iniciativa participaram mulheres que já tinham sido agredidas pelos companheiros e, como tal, pertenciam à instituição, algumas não queriam testemunhar por medo ou vergonha, outras sentiam necessidade de falar e dar a conhecer a sua história não se importando que parte da sua vida fosse revelada no JN. Há histórias verdadeiramente penosas de mulheres que sofreram agressões físicas e verbais dos companheiros. Foi arrepiante o olhar perturbado de uma mulher que lembrou o seu passado, revelando que outrora tinha sido feliz por instantes com aquele que a tentou matar. Algumas das vítimas contaram parte das suas vidas que as marcarão para sempre. No momento de escrever no pequeno bloco de apontamentos senti o peso da caneta e as pernas estremeeceram perante um relato surreal. Uma mulher que sofreu de tentativa de homicídio pelo companheiro, sentia-se desprotegida pelo facto de ele estar prestes a sair da prisão: “tenho medo que ele venha acabar o que começou”, advertiu. Então seguiu-se um pequeno momento em que tudo pareceu ficar suspenso à minha volta, deixei de ouvir a fonte e os pensamentos surgiram em catadupa: “o que será que posso fazer, para ajudar?”, “como será viver com medo diariamente?”... A voz da razão surgiu: “estás a fazer o teu trabalho, não podes fazer nada”... Continuei a escrever mais pormenores sórdidos que ouvia, mas a mente recusava-se a assimilar. Assim que cheguei à redação, como sempre, fui descrever o que tinha acontecido nos Aliados bem como os testemunhos de algumas vítimas, sendo que dois eram exclusivos para o JN (como era para jornal, as pessoas falavam sob o anonimato, ao contrário do que aconteceu com a RTP, que estava no local, e as mulheres não queriam aparecer na televisão).

Foi-me cedido o lugar do jornal para escrever. Quando a notícia estava terminada, a minha editora explicou que apenas ia ser utilizado metade do meu texto porque ia ser complementado com a de uma jornalista de Lisboa que tinha dados do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) acerca do número de queixas de violência doméstica.

O orgulho é enorme para um estagiário quando o seu nome aparece no jornal a acompanhar a notícia. Não é porque o nome é visível a nível Nacional, mas sim pelo facto de olhar para o jornal e aquele pequeno texto refletir trabalho, pressão, dedicação, entusiasmo, novas experiências e aprendizagens, mas acima de tudo um sonho tornado realidade. Apesar de tudo, o medo de errar e a falta de confiança perante uma situação inesperada podem ser entraves no caminho de um jovem que quer evoluir e aprender. Contudo, existia uma força interior que não me deixava vacilar e me trouxe um determinado desenvolvimento profissional e pessoal.

A notícia que se seguiu envolvia uma criança doente. Com apenas 14 anos, o Gabriel viu a sua vida mudar rapidamente após a descoberta de um tumor nos intestinos. A cirurgia, consequentes internamentos e tratamentos nunca retiraram a vontade e a alegria de viver ao adolescente. Ele tinha dois sonhos: ter o Iphone 6 e ser polícia quando fosse crescido. Viu na Make a Wish a hipótese de ter os seus desejos realizados. A Make a Wish é uma fundação que realiza desejos de crianças e jovens com doenças graves. Neste sentido, juntamente com o apoio dos polícias da esquadra da Bela Vista e da Wells, o Gabriel viveu um dia repleto de emoções.

O meu trabalho consistiu em ir até à esquadra para acompanhar a tarde do Gabriel enquanto polícia e num mundo que ele desejava que fosse o seu. No caminho pensei que ia encontrar um jovem triste e debilitado devido aos tratamentos. Felizmente enganei-me. O Gabriel tinha recuperado muito bem de todas as etapas através das quais a doença o enredou, encontrava-se em recuperação e sob vigilância médica. Durante toda a tarde acompanhei as simulações em que o jovem foi envolvido e tive a oportunidade de falar com os pais que sempre o acompanharam. Era visível a felicidade no olhar do filho. No final da tarde não cabia em si de tanta alegria descrevendo aquele dia como “inesquecível”. Tinha realizado mais um sonho e ia continuar a lutar por todos os outros, como qualquer pessoa na idade dele. A felicidade do Gabriel camuflou, por momentos, a fragilidade da sua saúde e a angústia dos pais temerosos pela vida do filho. Não consegui evitar, mais uma vez, o leve arrepio perante a história de um guerreiro que emanava força, mas tinha de me habituar a este tipo de surpresas más que a vida oferece. Expressar para o papel uma história de luta e ambição pela vida foi fácil. A correção foi feita pelo editor da secção Porto que colocou algumas questões acerca do conteúdo e reformulou algumas frases.

Assim que acabei de realizar a notícia do Gabriel, o meu editor mencionou que havia outra para eu fazer. Estranhei, visto que raramente me davam trabalho, porém esperei que me explicasse o que era.

Estávamos perto do Natal e o JN abraçou um projeto. “Sorrisos de Natal” foi uma iniciativa do Jornal, juntamente com os patrocínios dos grupos Clever House e LasKasas, para oferecerem um novo quarto a uma criança doente e carenciada, sinalizada pelo Hospital de São João. Foram dadas três páginas a esta história (eu fiz duas), que no fundo também foi uma política de marketing/promoção do JN. A responsável pelo departamento de marketing pediu, com a autorização da

direção, ao editor Nuno Marques para alguém fazer uma notícia acerca da boa ação do JN. As informações foram facultadas pelo departamento de marketing, as páginas foram estruturadas de forma a destacar os patrocinadores, no fundo não estava a identificar qualquer vertente jornalística naquele panorama. Mais tarde percebi que a única história era a da criança, tudo o resto era publicidade camuflada ao JN, à Clever House e ao grupo LaKasas. A estagiária era a pessoa indicada para fazer o trabalho pois não era jornalista e não incorria, desta forma, em nenhuma contra ordenação, isto porque segundo o estatuto do jornalista Artigo 1º, nº2, “Não constitui actividade jornalística o exercício de funções referidas no número anterior quando desempenhadas ao serviço de publicações de natureza predominantemente promocional, ou cujo objecto específico consista em divulgar, publicitar ou por qualquer forma dar a conhecer instituições, empresas, produtos ou serviços, segundo critérios de oportunidade comercial ou industrial”.

Com um olhar atento sobre as estratégias de marketing da imprensa, Paulo Faustino (2004:155) refere que o objetivo é “transmitir e projetar a imagem de uma empresa ou de um produto jornalístico”. Assim, o JN em época natalícia agiu de forma a promover o Jornal através uma ação de solidariedade. De acordo com Población et Garcia (citado por Faustino, idem:121) “a promoção é ‘o conjunto de acções tendentes a incrementar a procura de imprensa, através da manifestação explícita das suas qualidades, propriedades e vantagens’”. Os motivos do JN em publicar uma história de uma criança necessitada eram óbvios, dar visibilidade não só ao jornal mas também aos grupos que doaram os bens, isso traria rentabilidade financeira e visibilidade para todos. Para complementar a sua estratégia o JN ofereceu um cabaz de alimentos à família. No momento de escrever a notícia disseram-me que seria impensável esquecer-me desse “detalhe”. Assim sendo, Faustino (idem:121) menciona os objetivos do departamento (apenas são mencionados os que se aplicam a este caso): “chamar a atenção do cliente para o produto jornalístico, estimular o interesse pela aquisição do produto e valorizá-lo e induzir a acção concreta de compra”.

Apesar de todo o engenho havia a história de uma criança de um ano para contar. A Rita era muito doente e os pais tinham graves necessidades económicas. Contactei os responsáveis dos grupos que iam doar os materiais de pintura e as mobílias, queria saber se tinham ido à casa, se conheceram a criança e perceber o que os levava a ajudar. Contactei a mãe da menina para ir conhecer a casa que iria sofrer a intervenção. Juntamente com o fotógrafo dirigimo-nos para São Mamede Infesta, para retirar mais informações e saber ao pormenor que doenças atormentavam o anjo com um ano de vida.

Assim que entrei na casa os meus olhos contemplaram a desgraça. O estado degradado do apartamento e o frio eram visíveis. Conheci a criança, que era uma doçura, e a mãe. A Rita tinha trissomia 21, insuficiência cardíaca e respiratória, já tinha sido submetida a três cirurgias, é alimentada por uma sonda, não falava nem se sentava. Aliados a todos estes problemas de saúde, havia a humidade e o frio que se sentiam mal se entrava na habitação e não havia água quente. Na casa havia mais dois irmãos que dormiam num pequeno quarto, outros três irmãos tinham abandonado a casa por falta de espaço e a Rita dormia no berço ao lado da cama dos pais. Era uma família problemática que precisava de ajuda. Após o conhecimento da história voltei ao JN para

escrever a primeira página, descrever o que vi foi fácil, esquecer impossível. A página deu destaque à história da Rita, o subtítulo fazia referência aos patrocinadores e o conteúdo às ofertas dos mesmos (tinham de ser destacados).

Passados dois dias, escrevi a segunda página. Foi descrita a renovação dos quartos onde estive em contacto com os trabalhadores, bem como as opiniões deles quanto à ação solidária que estavam a realizar. Aceitaram ajudar no horário livre e sem remuneração: “só assim se torna uma causa solidária”, comentou um deles. Rapidamente descrevi os trabalhos efectuados e o sentimento partilhado por todos os que estavam na casa. O meu trabalho estava concluído. Juntamente com o meu editor decidi que não ia assinar as peças, havia factores na história que me levaram a tomar essa decisão e pelo facto de ser uma política de marketing do JN, tal como já expliquei.

Nas semanas do Natal e do Fim de Ano não pude ir ao JN por estar ausente do país de férias (por isso não fiz a terceira página dos “Sorrisos de Natal”). Avisei atempadamente os meus editores que perceberam e não houve qualquer problema (também não iam ter notícias para a estagiária).

Chegado o novo ano, no dia 4 de janeiro de 2016, regressei ao Jornal com novas energias e preparada para o último mês de estágio. O ano era novo, porém tudo continuou igual no Jornal. Raramente havia notícias para eu fazer, e de vez em quando pediam-me para fazer as breves da secção Mundo. Posso constatar que, pelo menos, a escolher as notícias na Lusa que dariam breves e posteriormente a resumi-las notei evoluções e as correções foram sendo cada vez menos. Nem tudo é mau, a capacidade de seleção de informação tornou-se mais rápida.

O final do estágio aproximava-se e com ele um sentimento confuso apoderava-se de mim. Um misto de tristeza pela etapa final que se aproximava, mas também de felicidade pois as horas mortas sentada sem nada para fazer iam acabar. Até ao final do estágio, 5 de fevereiro, realizei apenas três notícias.

No dia 20 de janeiro os alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto realizaram um protesto juntamente com um abaixo-assinado contra as condições da cantina. A pedido da editora da secção Porto, Margarida Fonseca, foi perceber quais os motivos do descontentamento dos alunos. A Faculdade de Ciências é enorme e com várias entradas, não foi fácil encontrar os estudantes indignados, pois eram apenas cinco, que estavam a pedir assinaturas para o abaixo-assinado. Rapidamente me lembrei da situação com os alunos da escola Rodrigues de Freitas e temi que a situação fosse semelhante. Felizmente estava enganada. Aproximei-me dos alunos e assim que me identifiquei como sendo do JN mostraram-se disponíveis para responder a algumas questões.

O responsável pelo abaixo-assinado rapidamente me esclareceu sobre a situação. Na hora de almoço as filas eram intermináveis devido ao curto espaço que a cantina oferece. Os alunos acabavam por chegar atrasados às aulas, ou mesmo abandonarem a fila sem comer porque a hora de almoço era muito curta. Alertou para as obras realizadas nas cantinas de outras faculdades da Universidade do Porto em prol dos estudantes, porém na Faculdade de Ciências os problemas mantinham-se. Por isto, pediam assinaturas a todos os alunos que concordassem com eles para melhorar as condições da cantina.

Precisava de saber a opinião de outros alunos. Entrei na cantina e falei com os estudantes que estavam a acabar de almoçar, perguntando educadamente se podia interromper por breves instantes e explicando o motivo. Ninguém se recusou falar, percebi que alguns alunos não sabiam da existência do abaixo-assinado e outros não assinaram por discordarem ou considerarem injusto. Já no JN, após ter relatado as informações recolhidas à editora, deu-me indicações de como escrever e o espaço na página do jornal. Com esta notícia tive a hipótese de ver o meu trabalho corrigido por uma editora que não os meus e assim perceber em que ponto me encontrava e confrontar opiniões. De facto, durante a correção as indicações eram: “diminuir as vírgulas” e “aumentar os pontos finais”. “O leitor percebe melhor”, aconselhou a editora do Grande Porto. Terminando, ainda disse “até escreves bem, mas atenção à pontuação”. Depois de cinco meses vi o meu trabalho reconhecido e com um pequeno elogio.

No dia seguinte, 22 de janeiro, realizei uma notícia que foi a primeira manchete juntamente com a editora Margarida Fonseca. Os utentes de um centro de saúde de Matosinhos estavam a receber mensagens escritas no telemóvel para pagarem consultas que nunca tinham acontecido. Estávamos perante uma burla. Inicialmente, pediram-me para ir até ao local e saber o que se passava, porém a fonte de informação recusou-se a falar por se vincular ao que ia ser descrito. Acabei por fazer contactos para a DECO, (para averiguar se havia alguma queixa, o que não se confirmou) e fazer uma pesquisa sobre o centro de saúde de Matosinhos, onde se situava exatamente e qual o número de utentes inscritos. Era fundamental denunciar a fraude que estava a decorrer. Esta notícia fez parte da manchete da primeira página e foi um exclusivo do JN, nesse mesmo dia também saiu online. O objetivo era chamar a atenção das pessoas que estavam a ser burladas e dar o alerta em casos semelhantes.

O fim do estágio ditou a última notícia, no dia 29 de janeiro. Nesse dia realizou-se uma greve dos funcionários públicos. Fui à escola Filipe de Vilhena verificar qual o ponto de situação relativamente à paralisação. Falei com a diretora da escola, que contou que mais de metade dos funcionários exerceram o seu direito de greve (apenas 10 dos 25 trabalhadores estavam na escola) e como tal não houve aulas. A escola funcionava a meio gás. Porém, pela primeira vez, os dois funcionários que se encontravam na portaria recusaram-se a prestar declarações sobre a greve e no fundo sobre o motivo que os levou a não aderirem. Tinha apenas as declarações da diretora e eram muito poucas. A editora Ivete Carneiro pediu que descrevesse o ambiente da escola, complementando com as declarações da diretora, o espaço para escrever era curto, o que facilitou a redação da notícia, a avaliar pelas poucas informações que dispunha.

1.3.1 Dificuldades e obstáculos

“Pedras no caminho?/ Guardo todas, um dia vou construir um castelo”. Fernando Pessoa

As sábias palavras de Fernando Pessoa traduzem como ultrapassar e crescer com os problemas que a vida insiste em nos colocar no caminho.

Em qualquer profissão há pressão, medo, nervosismo, imprevistos e obstáculos, que todos os trabalhadores devem gerir ou, de outra forma, contornar. A atividade jornalística não é diferente. Para um estagiário jornalista existem todas estas situações aliadas à falta de experiência que, no meu caso, se refletiu diariamente no período de cinco meses na redação do *JN*.

Houve muitas horas mortas durante o estágio, que eram colmatadas em leitura de notícias ou livros, os acontecimentos da agenda eram cobertos pelos profissionais remunerados para o efeito. Um dos meus editores explicou que não era por mal que não me davam trabalhos para fazer, mas sendo estagiária não tinha “contactos de fontes de informação” e raramente tinham trabalho para mim. Ao longo do estágio constatei isso mesmo, realizei poucos trabalhos, mas procurei sempre retirar o máximo de aprendizagens de cada uma deles. Considero que esta situação de inatividade dificultou a minha evolução de forma gradual na redação. Para se escrever bem é preciso errar primeiro, ter a ambição de aperfeiçoar e aprender numa luta diária e constante, como alega Randall (2008:227, 228):

“en general, cuanto más se escribe, mayor fluidez se adquiere. La escritura es como un músculo y se fortalecerá si se ejercita día tras día; así se llegará a perder menos tiempo con salidas en falso y siguiendo rutas equivocadas o escribiendo textos con un ritmo inadecuado para su longitud final; y se perderán menos energías tratando de idear frases retorcidas cuando puede quedar mejor una frase sencilla”

Quando se dava um acontecimento inesperado, que não fosse de grande importância é que seria para o jornalista estagiário. Certo é que sempre se falou da tarefa ingrata do estagiário, o que posso constatar ser totalmente verdade. São vistos como inferiores e com falta de conhecimentos, como tal, os profissionais aconselham os estagiários a que tenham iniciativas para se assumirem. Mas, mais uma vez, nem sempre é assim tão linear. Por iniciativa, comentei com o meu editor que tinha umas informações (fidedignas) de um determinado hospital que não estava a agir legalmente no que diz respeito às desinfecções obrigatórias. Considerando a informação interessante, comentou que a notícia não podia ser realizada por mim. Vi a hipótese de ter uma boa notícia correr pelo cano da água.

O estagiário pode até ter iniciativas, mas as suas expectativas rapidamente se desmoronam. De qualquer forma, independentemente de todas estas particularidades, todos os trabalhos que me foram propostos pelos editores tiveram o mesmo tipo de empenho e afínco com uma dose de responsabilidade ainda maior.

A única vez que redigi notícias com regularidade e, como tal, criei uma conexão entre teoria e prática, foi durante a licenciatura. Finda esta etapa, durante o primeiro ano de mestrado não houve a oportunidade de redigir notícias, mas foi-me proporcionada uma reflexão profunda sobre o jornalismo que complementava com trabalhos académicos (relatórios) que fizeram com que mantivesse presente os conhecimentos fundamentais da área. Contudo, o facto de não escrever notícias e de ter “deixado de lado” as práticas envolventes (estar no local, falar com as fontes, recolha e seleção de informação e transmitir o acontecimento para o papel) levou a que sentisse dificuldades no decorrer do estágio no *JN*.

Na minha perspectiva as dificuldades encadeavam-se rapidamente. Após o contacto com as fontes e de recolher as informações o próximo passo era a seleção da mesma, na qual perdia muito tempo. Tudo parecia importante para incluir no texto limitado pelo número de caracteres, que o editor definia. O espaço no jornal destinado aos textos dos estagiários era sempre bastante curto, pois as notícias não tinham um elevado grau de importância que merecesse mais atenção e podia ser contada em poucas palavras. Como afirma Randall (idem:259) “Los periodistas inexpertos se sentirán a veces desbordados por los problemas que plantea escribir algo e interesante que la gente dessee leer”. Mesmo que as notícias estivessem num local de menos relevância do jornal o estagiário foca-se essencialmente em escrever algo atractivo para o leitor, para os inexperientes há mais luta e afincos para conseguirem ser bons nas suas tarefas, como acrescenta ainda Randall (idem: 259): “(...) escribir puede ser una tarea ardua”.

O nervosismo e a ansiedade para redigir um texto que merecesse ser publicado entorpeciam-me, porém, com a ajuda de outros jornalistas acabava por escrever com mais facilidade. Apesar de tudo, encarei cada situação como mais uma aprendizagem pessoal e profissional, e que se devem superar obstáculos sem que estes me dominem e tomem conta das ações.

O contacto com as fontes quando havia mais jornalistas (profissionais de outros media) era mais difícil, pois faziam perguntas rapidamente sem que dessem tempo ou espaço aos colegas de profissão. Existe uma “guerrilha silenciosa” para ser o primeiro a adquirir informações. Inicialmente, todo este aparato sobressalta um estagiário inexperiente. Obrigou-me (e bem) a fazer “o trabalho de casa” antes de ir para o local, tal como nos foi ensinado tanto na licenciatura como no mestrado. Fazer uma pesquisa acerca das pessoas que vamos entrevistar, perceber atempadamente sobre o que vão falar e em que contexto, no fundo, recolher informações necessárias que levem à preparação de possíveis perguntas. Mesmo com estas soluções, só com o “à vontade” e o “faro jornalístico” característico de um bom profissional com longa carreira e experiência no terreno é que se conseguem realizar perguntas rápidas e eficazes de acordo com o seguimento que a conversa leva (já que a qualquer momento o rumo pode mudar quando são colocadas questões por diferentes jornalistas).

O jornalista é um ser humano como todos os outros, sente, ri e chora, tem os seus próprios valores e princípios. Porém quando se depara profissionalmente com pessoas que atravessam fases da vida duras e angustiantes é preciso saber gerir as emoções e resistir para não se deixar envolver. Manter a imparcialidade quando se transmite para o papel a história é um acto esforçado. De volta a casa, seria bom deixar à entrada da porta o que viu, mas por vezes é impossível. Escrever uma notícia inclui isenção, rigor, clareza e, acima de tudo, veracidade o jornalista tem de ser fiel aos factos. Desta forma, Randall (idem:240) sustenta que “Toda a noticia debe representar un esfuerzo consciente de equidad y fidelidad tanto al espíritu como al detalle de los hechos”. A ida à Casa Ronald Mc Donald do Porto foi uma das situações que me fez vacilar, e rescrever várias vezes alguns parágrafos do texto. Na casa habitavam crianças gravemente doentes com as suas famílias em plena harmonia mas, era visível a dor e o sofrimento no olhar de todos.

Foi difícil esquecer e gerir o que vi. Os sentimentos que aquelas crianças despertaram em mim eram inexplicáveis. As perguntas assombravam-me a mente: “como é possível que crianças tão

pequenas tenham de passar por tudo isto?”, “como se sentem os pais perante o abismo que lhes entrou pela porta da vida sem que dessem autorização?”. Tudo se complicou quando contactei com o pai de uma criança falecida, “como se recomeça após a perda ingrata de um filho?”, “como se gerem as saudades?”... Sabemos que o mundo tem histórias de vidas amargas, mas quando nos deparamos com a realidade é como se levássemos um choque, que nos faz despertar e ver tudo à nossa volta com um novo olhar. Por oposição à minha sensibilidade Randall (idem:190) diz que os bons jornalistas são duros, “como todo el mundo sabe, los buenos reporteros son duros; duros como el pedernal. Son cínicos, fríos, calculadores e incluso un poco crueles.”

Infelizmente, os sentimentos que me assombraram durante a escrita da notícia da Casa Ronald McDonald não tardaram em reaparecer em outras ocasiões, nomeadamente em trabalhos acerca do cancro da mama, violência doméstica e pobreza.

A Mama Help (centro de cuidados e apoio a doentes com cancro da mama no Porto), ganhou um prémio internacional pelo projecto que apresentou sobre o cancro da mama avançado. O meu editor, Nuno Marques, queria mais informações acerca do projeto, pediu para que entrasse em contacto com a presidente do centro. A conversa começou com a médica a explicar o que era o cancro da mama avançado, e saber que tipo de tratamentos existem para a doença. No decorrer da conversa, após algumas explicações por parte da doutora, a mesma sensibilidade e o calafrio reapareceram. “As doentes que sofrem desta patologia têm uma esperança média de vida de dois ou três anos, a informação bem como a investigação são muito poucas nesta área”, explicou-me calmamente a presidente. Talvez por inexperiência ou por me recusar aceitar as duras verdades, indaguei “mas porque é que a investigação é pouca?”. Do outro lado do telefone, a voz gentil respondeu tristemente: “parece-me muito nova para ouvir o que lhe vou dizer, mas... Ninguém gasta dinheiro em investigação para pessoas que vão viver só dois ou três anos”. Escusado será dizer que não tive palavras para proferir enquanto aquela frase me martelava, fortemente, na cabeça. A médica garantiu que estavam a fazer tudo para que essa situação se alterasse. O objetivo era proporcionar maior longevidade e melhor qualidade de vida às doentes com cancro da mama avançado. Foram estes os principais assuntos que conduziram a conversa, e foram cuidadosamente expostos no texto para uma notícia que nunca saiu. Estranhamente, devido ao conteúdo e ao que representava, a notícia acabou por ser esquecida e ignorada pelo editor e daí nunca ter saído. Mais uma vez, foi necessário gerir e distinguir os sentimentos e opiniões pessoais da imparcialidade profissional exigida. Tal como defende Correia (1998:164), os jornalistas “têm de ser capazes de invocar algum conceito de objectividade a fim de trabalhar os factos relativos à realidade social”.

Uma das tarefas dos jornalistas é escrever textos com informações de agências. Isto acontece quando são temas internacionais, e não há enviados para os locais, ou então se os detalhes que se conseguiram na redação não são suficientes. Foram várias as vezes que tive de completar textos com informações da agência Lusa, no site Dam ci media, ou então fazer notícias/breves a partir do mesmo. Era preciso conjugar as informações recolhidas com as da Lusa, e complementá-las, o que se tornava um trabalho minucioso. Exemplo desta situação ocorreu em outubro. No início das campanhas para as presidenciais, rumei à Câmara Municipal de Gaia para cobrir uma visita da candidata Maria de Belém. O país atravessava mais uma instabilidade política. Esperava-se a

decisão de Cavaco Silva sobre quem seria o Primeiro-Ministro, após várias reuniões com os partidos, indigitou Pedro Passos Coelho, contudo este tema será abordado mais a frente, visto ser o estudo de caso deste trabalho.

Em Gaia, estavam vários jornalistas que interrogaram a candidata sobre a situação política controversa do país. A derradeira pergunta era: “qual seria a decisão dela enquanto Presidente da República, indigitaria, ou não Passos Coelho?”. Maria de Belém recusou-se a responder a qualquer questão sobre o assunto, ou emitir opiniões (como já é hábito, segundo me informaram na redação). As únicas declarações consistentes, centraram-se no que pretendia fazer caso conseguisse ganhar as presidenciais.

Já na redação, pediram que construísse a notícia de acordo com as declarações que a ex-ministra da saúde tinha dado à Lusa uma vez que lhes tinha respondido às questões que todos ansiavam. Cedo verifiquei que o texto que redigi não era nada do que os editores queriam, pois o que saiu no jornal era diferente do que eu escrevi. O objetivo era obter um texto lato, onde respondesse a várias questões (que resumisse todo o texto da Lusa).

Acabei por perceber, ao longo do tempo, que era preciso recolher mais informações do que aquelas que os editores diziam querer. Antes de me mandarem para um serviço apenas diziam: “vê o ambiente, tenta perceber o que se passa, e fala com a organização (caso fosse um evento)”. No fundo, pensavam alto: “desenrasca-te estagiária”.

Na FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), foi divulgado um estudo que revelou as quantidades de radão e poeiras, nas creches e infantários da zona Norte. Deduzi que devia falar com a coordenadora da investigação, para perceber quais os malefícios para as crianças e quais as soluções. No local, a investigadora não revelou dados em concreto, mas conclusões superficiais. Assim que cheguei ao JN, pediram-me dados específicos, como percentagens de gases e poeiras, porque o jornal *Público* já os tinha. Incrédula respondi: “não os tenho. A investigadora não revelou nenhuns desses dados aos meios de comunicação que lá estavam”. Na redação chegaram à conclusão que foram informações só reveladas ao Público, e omitidas aos outros média.

PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo II

2. Os média e o jornalismo

“Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vê-las quando um século despertou ao clarão deste fiat humano; era a cúpula do seu edifício que desmoronava”, Machado de Asis (citado, por Vizeu, 2002:63).

Todos os gestos, atitudes e expressões são comunicação. É graças a ela que a vida em sociedade flui, a convivência torna-se possível, o Homem conhece-se e dá-se a conhecer, trocam-se ideias e opiniões de forma livre como é habitual numa democracia. A informação tem um papel indispensável nesta sociedade da comunicação, transmitida instantaneamente pelos média. De acordo com Pierre Nora, citado por Mar de Fontecuberta (1996:19), os media assumiram uma condição existencial, “en nuestras sociedades contemporáneas, es mediante esos médios que nos sorprende el acontecimiento, y no puede evitarnos (...). Prensa, radio, imágenes no actúan simplemente como médios cuyos acontecimientos seriam algo relativamente independiente sino la mismísima condición de su existência”. Neste sentido, Luhmann, (citado por Serra, 2007:160), defende: a “importância dos média na sociedade moderna”, e “o que sabemos sobre a sociedade e ainda o que sabemos sobre o mundo, sabemos-lo através dos meios de comunicação de massas”.

Portanto, neste capítulo vai ser realizada uma pesquisa que tem em conta os media enquanto veículos de transmissão de conhecimentos e informação. É através da informação que as pessoas agem, criam perspetivas, tomam decisões, definem ideias e formam opiniões e assim, se concretiza a opinião pública, que irá ser analisada no capítulo posterior. Como realça Fontecuberta (1996:15), através do ditado “una persona sin información es una persona sin opinión”. Com esta argumentação, poderíamos afirmar que os média têm o poder de construir, de certa maneira, a formação da sociedade bem como as opiniões individuais.

Nesta luta diária pela busca da verdade, e assumindo um papel fundamental na formação da opinião pública, “a imprensa atua como elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais” de forma a proclamarem justiça e contra a tirania (Traquina, 2007:32; por referência a George Boyce). Assim, na perspetiva de Traquina (idem:33), os média assumem um papel ambivalente, “como porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político, que protegem os cidadãos contra os abusos dos governantes”.

Espera-se informação verídica dos meios de comunicação, pois, tal como defendem Souza e Junior (2015:128), “quanto mais informação verídica os indivíduos possuírem, maior será o seu poder de discernir o que é verdadeiro e o que é falso, e como consequência, conseguir alterar as condições e a realidade em que vivem”. O media são conhecidos como o quarto poder que foi estabelecido na democracia, tal como explica, numa análise profunda, Nelson Traquina (2007:31): “com o princípio de ‘poder controla poder’, a imprensa (os media) seria o ‘quarto’ poder em relação

aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial”. O autor realça que esta designação de “quarto poder” deu-se para “justificar o seu lugar crescente na sociedade (os média)”.

Os media noticiosos não divulgam todos os acontecimentos que chegam diariamente às redações, é a partir de critérios de noticiabilidade jornalísticos, que serão abordados posteriormente neste estudo, que se seleciona o que vai ser notícia, e os jornalistas acabam por assumir a função de *gatekeepers*. Se a previsibilidade de um acontecimento for pequena “mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar o discurso jornalístico”, (Rodrigues, 1999:27). Este autor, Adriano Rodrigues, que explora profundamente o acontecimento jornalístico, num artigo com o mesmo nome, defende que “o acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência”, (idem, ibidem).

Para além do grau de previsibilidade de um acontecimento, é necessário ter em conta os valores-notícia do mesmo “pois terão mais valor potencial noticioso” (Hall, 1999:224). Ou seja, se o acontecimento reunir os vários critérios que definam uma notícia então esta fará parte do produto jornalístico. O jornalista seleciona o que considera mais importante para dar a conhecer ao público, o que para Max Weber, citado por Vizeu (2006:65), significa que os jornalistas têm “tanta inteligência quanto qualquer outro trabalho intelectual, lembrando ainda que o sentimento de responsabilidade de um jornalista honrado em nada é inferior ao de qualquer outro intelectual”.

Porém, antes de analisarmos os valores-notícia, cabe perceber primeiro o que é realmente uma notícia. No sentido lato, notícia para Gradim (2000:8) são: “factos gerais de interesse geral”, também Manuel Pieddrahita refere que notícia, “é o relato de uma ideia, acontecimento ou problema de atualidade que interessa ao público”, (Pieddrahita, 1993:30).

Para que um acontecimento seja notícia é preciso, segundo Fontecuberta (1996:21): “que sea reciente, que sea inmediata y que circule (...) que se dé a conocer en el mínimo espacio de tiempo posible, y que ese conocimiento circule entre un público amplio y masivo”. Tudo o que é de ontem, ou é atrasado já não é considerado notícia. Aliás, a notícia caracteriza-se pela sua efemeridade, isto é, pela rapidez com que o acontecimento se dá e por ter de ser rapidamente transmitido para o público.

O intelectual Stuart Hall define notícia como: “o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (Hall, 1999:224). As notícias na visão de Park, citado por Vizeu (2006:65), têm como objetivo “a construção da coesão social”, as pessoas tomam atitudes e constroem em “identidade comum”, e acrescenta: “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência sociedade”.

A partir destes conceitos, principalmente na definição social de Park, percebemos que é através das notícias que se dá a “coesão social”. Assim, rapidamente, compreendemos a importância das notícias na nossa vida, o que levou a vários estudos sobre os efeitos dos mass media na

sociedade. Nomeadamente a teoria do agendamento, ou *agenda-setting* e o *newsmaking*, que na opinião de Alfredo Vizeu (2006:77), estão “intimamente ligadas”.

O agendamento considera que os assuntos dos média determinam os temas de conversa das pessoas. Os teóricos McCombs e Shaw, citado por Vizeu, definem que o agenda-setting é:

Consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são os poderosos papéis do *agenda-setting*. McCombs e Shaw (1993), citado por Vizeu (2006:77),

Susana Borges analisa o agendamento correlacionando-o à comunicação política, e descreve -o como sendo “um efeito não-intencional do processo de construção da atualidade informativa na configuração do ambiente político em que se forma a opinião pública. Ao excluirmos, incluirmos e hierarquizarmos os acontecimentos diários, os jornalistas orientam a atenção do público para os assuntos destacados: a agenda dos *media* torna-se a agenda pública” (Borges,2010:137).

Com o *agenda-setting*, como indica Mauro Wolf, por referência a Shaw, os média fornecem mais do que notícias, “fornecem igualmente as categorias em que os destinatários podem, sem dificuldade e de uma forma significativa, colocar essas notícias” (Wolf, 1995:131).

Com uma consciência mais incisiva sobre esta temática Roberts, citado por Wolf (1995:137), revela que o indivíduo constrói uma imagem da realidade influenciada pelos media: “Essa imagem - que é simplesmente uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo tratou (...)”.

Esta construção da realidade concebida pelas pessoas através dos media é corroborada por Esteves (2012:114):

Os media podem não definir, exatamente, o sentido do mundo, mas através da sua agenda balizam com notável precisão os limites que esse sentido pode assumir, ou seja, em última análise, os limites do nosso pensamento sobre a realidade envolvente. (...) O poder dos efeitos sociais dos media, mais que uma intrincada questão técnica relacionada com dispositivos, deve ser equacionado à luz da alteração das condições da experiência simbólica do homem – no que respeita à forma como hoje estabelecemos uma relação essencialmente mediada com o mundo em geral que nos rodeia.

No que diz respeito ao *newsmaking* (produção de notícias), foi também estabelecida uma relação com o *gatekeeping*, ou seja, a forma como os jornalistas filtram as informações que incluem nas notícias. Esta conexão é justificada por Wolf (1995:170), da seguinte forma:

“a ligação entre características da reanimação do trabalho nos órgãos de comunicação de massa e elementos da cultura profissional, é absolutamente estreita e vinculativa, o que define, precisamente, o conjunto de características que os acontecimentos devem possuir para poderem ser transformados em notícias”.

Embora já se subentenda ao que os conceitos aludem, é essencial defini-los à luz das teorias de Alfredo Vizeu, em *Decidindo o que é Notícia*, de Mauro Wolf, em *Teorias da Comunicação*, e de Nelson Traquina, em *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*.

O *newsmaking* retrata as rotinas dos jornalistas que contribuem para a produção noticiosa. Segundo a perspectiva de Alfredo Vizeu (2006:80), o *newsmaking* procura responder a perguntas como: “Por que as notícias são como são? Que imagem elas fornecem do mundo? Como essa imagem é associada às práticas do dia-a-dia na produção de notícias, nas empresas de comunicação?”, as repostas são encontradas dentro da organização do trabalho e dos processos produtivos dos jornalistas. O processo de rotinização foi analisado por Mauro Wolf (1999:226), onde é descrito da seguinte forma: um “trabalho comunicativo dos emissores como um processo dentro do qual ‘há de tudo’ (rotinas viscosas, distorções intrínsecas, estereótipos funcionais, precedentes sedimentados, etc.). Nesta rotina diária João Carlos Correia (2011:88) faz uma breve análise ao estudo do *newsmaking* de Gans (1979), e sustenta que os factos noticiosos devem ser independentes das elites, ou dos grupos sociais mais altos, e que os jornalistas devem de ser pragmáticos, “evitando a incerteza, mostrando-se flexíveis, racionais e eficientes”. É do senso comum que estes valores raramente se encontram nos jornalistas de hoje em dia, cabe fazer investigações que denunciem as usurpações de poder nos media.

As rotinas jornalísticas foram desenvolvidas fortemente por Gaye Tuchman (1978), citada por Correia (2011:88) em que afirma:

sendo as notícias um método institucionalizado de tornar a informação disponível aos consumidores praticado por profissionais que trabalham em organizações (...) Uma parte fundamental da produção noticiosa assenta nas rotinas produtivas destinadas a produzir notícias. A organização narrativa acaba por reflectir uma espécie de profissionalismo anónimo, onde se inscrevem a marca de procedimentos rotineiros e de fórmulas consagradas e facilmente reconhecíveis. (Correia, 2011:88).

No que diz respeito à teoria do *gatekeeper* (papel que o jornalista assume) foi aplicada por Kurt Lewin aos estudos da comunicação de massas (White, 1999:142). Para Lewin, “a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependente do facto de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates*” (idem, *ibidem*).

O jornalista seleciona a informação como se de um filtro se tratasse. O catedrático Nelson Traquina descreve a teoria do *gatekeeper* como: um “processo de produção da informação” e onde é “concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (Traquina, 1996:77).

Perante esta argumentação, verificamos que após se dar o acontecimento que será notícia, há um processo complexo até que o produto final seja concebido. O jornalista profissional já com as rotinas inteiramente adquiridas e desenvolvidas, seleciona as informações e inicia a redação do texto jornalístico. A seleção dos elementos mais importantes que vão constar no texto é feita partir dos critérios de noticiabilidade, ou dos valores-notícia. Ficou também esclarecido que os indivíduos constroem a realidade através dos média, o que lhes concede uma importância ainda maior e uma

grande responsabilidade. Se um órgão de comunicação social veicular notícias falsas vai originar que as pessoas construam opiniões e ideias sobre uma mentira, e nenhuma sociedade segue em frente baseada em mentiras.

2.1. Critérios de Noticiabilidade: Valores-Notícia

“Os valores-notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais. Os valores-notícia são qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo” (Golding e Elliot, citados por Wolf, 1995:176).

Depois de fazer referência aos critérios de noticiabilidade chega o momento de percebermos quais são esses critérios, como são usados diariamente nas redações, e os que foram mais usados para noticiar a queda do Governo de Passos Coelho. Em primeiro lugar é necessário enquadrar os valores-notícia no contexto da noticiabilidade.

Os valores-notícia são uma componente da noticiabilidade, pois, é através desta que “o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Golding e Elliot, citado por Wolf, 1995:175).

É interessante a consideração que Jorge Pedro Sousa (2001:38) tece acerca dos valores-notícia. Para este autor, apesar dos avanços que têm ocorrido nos media, as tarefas dos jornalistas estão assentes em “funções tradicionais, tais como: selecção e hierarquização de acontecimentos susceptíveis de terem valor como notícia; transformação desses acontecimentos em notícias; difusão das notícias. A selecção é a pedra angular do processo, pois um jornal não pode ser um amontoado não criterioso de todo o tipo de informações”. A hierarquização dos acontecimentos é um factor muito importante, já que são colocados estrategicamente para que o leitor leia a notícia na totalidade.

Os valores-notícia são um pouco complexos, são flexíveis e dependem de jornalista para jornalista ou do tipo de acontecimentos, que são infinitos. Por isto, Jorge Sousa (idem:39) salienta:

Os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais. Por outro lado, são, frequentemente, de natureza esquiva, opaca e, por vezes, contraditória. Eles funcionam conjuntamente em todo o processo de fabrico e difusão das notícias e dependem da forma de operar da organização noticiosa, da sua hierarquia interna e da maneira como ela confere ordem ao aparente caos da realidade. (Sousa, 2001:39).

Com a experiência os jornalistas acabam por ser mais rápidos na selecção e definição de critérios, o newsmaking faz com que a rotina noticiosa seja executável e instantaneamente se reconheça os critérios de noticiabilidade. Portanto, os valores-notícia “são orientados para a eficiência, de forma a garantirem o necessário reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo dispêndio de tempo, esforço e dinheiro”, (Gans, citado por Wolf, 1995:177).

Após a exposição de teorias acerca do que são os valores-notícia, segue-se a caracterização e definição pormenorizada das reflexões e interpretações de Nelson Traquina (2007), Galtung e Ruge (1965) (foram dos primeiros autores a abordarem os critérios de noticiabilidade) e Mauro Wolf (1995). Cabe referir que vão ser mencionados apenas os valores-notícia que se adequam às notícias da queda do Governo de Passos Coelho, ou seja, os critérios que levaram a que este fosse um tema bastante noticiado.

Nelson Traquina (2007:179 a 182), explícita os valores-notícia de Galtung e Ruge, são eles: frequência, ou seja, a duração do acontecimento e seu significado, apesar de o período de análise ser de 15 dias a instabilidade da política portuguesa prolongou-se durante quase dois meses; a amplitude do evento, que reflete a extensão e proporções que o acontecimento atinge, era uma situação nacional, com a adjuvante de Portugal ter uma dívida externa e a Comissão Europeia, em Bruxelas, não via com bons olhos o que se passava por cá, (aliás em vários países da Europa Portugal foi notícia por causa da queda do Governo); aliado a este critério está a significância, para o autor este valor-notícia tem duas interpretações: relevância e proximidade. Portanto, quanto mais significado tiver o acontecimento maior será o impacto num grande número de pessoas, a isto alia-se o seguinte factor: a proximidade, pois quando se dá um acontecimento inesperado no país do leitor o sentimento de pertença e a importância dada ao assunto é maior. Ora, no dia 10 de novembro o Governo que ganhou as eleições foi derrubado com uma moção de rejeição por parte da esquerda, no dia 11 este tema foi capa na imprensa nacional, foi um acontecimento inédito que causou impacto em vários sectores portugueses. Por fim, a negatividade, que vende muito nos media portugueses, “bad news is good news”; “As más notícias tendem a ter mais impacto perante a audiência. Quanto mais negativo for o acontecimento, mais provável a sua transformação em notícia”. A queda do Governo pode ser vista pelo lado negativo já que afetou a economia do país (a bolsa de Lisboa entrou em queda quando se tornava mais evidente a possibilidade de um Governo liderado pela esquerda), para além disto a instabilidade política não é um factor positivo, ainda por cima quando há compromissos europeus para cumprir, como era o caso de Portugal.

Nas palavras de Correia (2011:152), Mauro Wolf realizou uma “arrumação nova” das tipologias dos valores-notícia. Aqui estão incluídos os critérios substantivos, associados à pertinência e ao interesse da notícia. Desta forma, a importância parece ser determinada por quatro variáveis que se enquadram no tema deste estudo: 1- “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”; 2- “impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3- quantidade de pessoas que o acontecimento (de facto ou potencialmente) envolve; 4- relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

Veja-se que estes critérios definidos por Wolf correspondem efectivamente ao tema que se vai analisar posteriormente. No que diz respeito ao nível hierárquico das pessoas envolvidas no tema foram: o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o líder do PS e outras figuras públicas, num assunto político complexo com interesse a nível nacional. Foi também um acontecimento com várias etapas, em que se criaram expectativas, dúvidas, polémicas, críticas de forma geral por todo o país, até que a política encontra o seu rumo.

Com uma visão mais ampla acerca dos valores-notícia, Nelson Traquina (2007: 187 a 200) estruturou os critérios de noticiabilidade de acordo com a sua experiência e considerou os valores-notícia de seleção, que podem ser substantivos ou contextuais, e os valores-notícia de construção. Tal como já foi referido apenas serão destacados os critérios que se aplicam ao estudo de caso.

Assim, nos valores-notícia de seleção substantivos, os critérios são os seguintes: a notoriedade do agente do acontecimento constitui um factor importante para os jornalistas, os actos das figuras públicas são quase sempre incluídos nas notícias; a proximidade, não só em termos geográficos mas também em termos culturais, a relevância é outro critério que “responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes, porque tem impacto sobre a vida das pessoas” (2007:189). Estes valores-notícia são semelhantes aos que Wolf enumerou, nomeadamente os critérios 1, 2 e 4, e aplicáveis da mesma forma. A novidade, é outro factor concetualizado por Nelson Traquina, constitui um elemento central no jornalismo, pois o que é novo desperta interesse. Podemos considerar ainda o critério tempo, no sentido em que há a comemoração de um acontecimento histórico e se torna notícia, o que leva a que se fale do mesmo assunto durante muito tempo. O acordo do PS com o BE e o PCP foi um facto inédito e histórico em Portugal, acontecimento este que se prolongou durante quase dois meses.

Capítulo III

3. A relação entre Média e Política

Esta autêntica transmutação de uma não acção numa (suposta) acção, de uma indecisão numa (suposta) decisão só é possível porque, ao contrário da política tradicional, assente no chamado “segredo de Estado”, a política moderna assenta na publicidade do Estado, na comunicação não apenas do que se faz mas também e sobretudo do que se pensa fazer; na observação dos efeitos dessa comunicação na “opinião pública” e na adaptação permanente dessa comunicação em vistas de uma opinião favorável. (Paulo Serra, 2005:73)

A estreita ligação entre média e política tem sido alvo de vários estudos. Os teóricos do jornalismo especializado falam mesmo em “jornalismo político”. A relação que mantêm é de dependência mútua, os média necessitam de acontecimentos para divulgarem, e assim obterem lucros, os políticos precisam de fazer chegar as suas propostas à sociedade. Gordillo (2013:101), por referência a Borrat e Llano, refere que “la importância de la información política en los médios de comunicación alcanza dimensiones cuantitativas y cualitativas, no sólo es la información que más espacio ocupa, sino la que se ubica en los primeros lugares”. Para Estrela Serrano (2006:33), esta ligação é íntima, pois os média “assumem um papel de participantes activos, influenciando uma parte importante do processo político (...) os jornalistas passaram a ter posições-chave na política”. A autora descreve ainda que: há “uma apertada interação entre políticos e jornalistas, no decurso da qual os dois lados constituem uma unidade (...)” (idem:34). Neste sentido, McNair (citado por Felisbela Lopes et al., 2012:65) estabelece uma influência recíproca entre média, política e cidadãos: “In political issues, the media are a fundamental piece for the mediation

between political organisations (parties, public organisations, pressure groups, governments) and the common citizen”. Para corroborar esta ligação, Stanyer indica que: “Os media noticiosos são um veículo muito importante através do qual os políticos procuram alcançar o público diariamente”.

Mas a relação entre média e política é mais complexa do que aparenta. É uma ligação em que, na visão de Estrela Serrano (2006:90), “é suposto o jornalismo actuar segundo determinadas normas de comportamento”, isto é, com controlo, com investigação, com justificação rigorosa dos factos e sob vigia constante à política, tal como se idealiza num sistema democrático. Assim, segundo a autora os “políticos e jornalistas desenvolveram uma relação simbiótica” (idem:89). Ou seja, há uma ligação que, de forma linear, pode ser traduzida pelo facto dos políticos precisarem dos média para divulgar as ações e, por sua vez, os órgãos de comunicação veiculam a informação para o público que, em épocas de eleições, vai definir o seu voto com base na informação que consome. Segundo Susana Salgado (2009:39), “os média influenciam, pelo menos a percepção dos contextos em que as decisões [eleitorais] são tomadas”. Neste sentido, a mesma autora (2007:236) salienta que os média são “uma importante esfera de representação política”. De igual forma Estrela Serrano (2006:92), perante os estudos de Blumler e Gurevitch (1995) afirma que existe “uma dependência dos políticos e dos votantes face aos média e às mensagens que eles fornecem”.

No livro intitulado “A máquina do poder”, de Miguel Pinheiro e Gonçalo Bordalo Pinheiro (2014), são identificadas as técnicas usadas pelos políticos para influenciar a imprensa. Em pré-campanha todas as ações dos políticos eram pensadas ao detalhe, e é mencionado o exemplo de António José Seguro que em 2014 concorria para as eleições do Parlamento Europeu:

“Seguro conseguiu atingir dois objetivos com apenas um gesto. Foi a uma prateleira, pegou num livro e dirigiu-se à caixa para pagar. Depois, para o caso de poder ter passado despercebido, explicou aos jornalistas o que tinha feito. Primeiro golpe de imagem: acabara de comprar o livro do jornalista Paulo Pena, do Público, que acompanhava a visita. Segundo golpe de imagem: o título do livro era Jogos de Poder e o tema eram as relações promíscuas entre a política e o sistema financeiro”. (Miguel Pinheiro e Gonçalo Pinheiro, 2014:62)

A complexidade da relação entre média e política aumenta se a mensagem partidária sofrer alterações durante o processo de mediatização. O que leva Susana Salgado (2009:40) a destacar a “impossibilidade de neutralidade dos média” e faz referência a Gerstlé, Lee e Sanders, que argumentam que “os jornalistas comunicam o significado da política”, porque enquadram “os acontecimentos e os protagonistas políticos em quadros narrativos próprios”. A seleção, a transformação e o enquadramento de determinados actos políticos pelos média leva a que os jornalistas se tornem “co-produtores da mensagem política” (idem:ibidem).

Ricardo Carvalheiro sustenta uma visão diferente da relação entre média e política. Para este académico existe um trio de ligações entendido “(...) num triângulo em que os *media*, os políticos e os cidadãos constituem os vértices, todos eles relacionando-se entre si e com ligações em ambos os sentidos” (2005:186). Na opinião deste autor, (idem: ibidem) os média não são “instância de mediação entre cidadãos e políticos”, pois para além de informarem tornaram-se “em actores cuja

presença e características têm implicações na própria configuração dos vértices da política e da cidadania”, (idem, ibidem).

Numa sociedade democrática os cidadãos socializam, trocam ideias, debatem questões em torno de uma variedade de temas, e assim se forma a “opinião pública” de cada indivíduo, isto é, forma-se opiniões pessoais e individuais em torno de assuntos gerais. O pioneiro deste conceito, Walter Lippmann, no século XX afirmava que “a opinião pública constitui a mola principal das democracias” (citado por Esteves, 2010:21). Contudo, Lippmann, sustenta Sousa (s/d:62), tinha uma “visão elitista da democracia”, pois as pessoas “ignorantes” deviam ser dirigidas “por uma classe política intelectualizada”, isto porque acreditavam em tudo o que os média divulgavam e assim, tinham “de ser guiadas pelas elites através dos média”. Note-se que a ideologia de Lippmann remete rapidamente, por um lado, para a existência de manipulação por parte dos média, mas por outro lado, para o facto de os média filtrarem e divulgarem certos acontecimentos. O que não é divulgado, ou, por outras palavras, o que fica oculto, acaba por não ser incluído na opinião pública, e não faz parte de tomadas de decisão de voto aquando, por exemplo, de épocas de eleições. Sousa (idem, ibidem) acrescenta que, “numa democracia que consente o sufrágio universal, a ‘manipulação’ da ‘opinião pública’ pelos meios jornalísticos é vista como benéfica por Lippmann, pois para ele, como vimos, a generalidade dos cidadãos são incompetentes para decidir a orientação da governação.

“Os *media* funcionam como auxiliares de um mecanismo - a opinião pública”, defende Correia (2005:49). Assim, em nome do interesse público e da formação de uma opinião pública sustentada em factos verídicos, é preciso que os media não manipulem a informação, mas sim relatem os factos tal e qual o são. Porém, Salgado (2007:247) salienta que: “o jornalismo é cada vez mais interpretação dos factos e cada vez menos a descrição simples dos acontecimentos”. O jornalista constrói a notícia de acordo com os acontecimentos, mas perante aquilo que viu, o que pode decorrer de um ligeiro afastamento da objetividade, dando lugar à subjetividade. Tal como afirma Fernando Correia (1998:161), “a noção de objetividade veio, mais recentemente, perder a sua aura” devido a todas as mudanças que se deram no jornalismo, em que se percebeu que “a medida proclamada objetividade se mostrava falaciosa”. Como indica Gordillo (2013:102), “cada informador tiene su propia idea de en qué consiste la objectividad porque cada uno contempla los acontecimientos desde su particular punto de vista”. Estrela Serrano explica (2006:93), que “políticos e jornalistas possuem visões diferentes acerca da realidade e da verdade (...)”: os jornalistas aderem a “uma ideologia mais empírica, céptica e, por vezes, cínica e plural da descrição da realidade”.

Segundo Pascual Serrano (2010:28), a função dos média em aproximar os cidadãos da vida política está a mudar e, devido a um “secuestro de la información política por parte de la prensa, los medios se han convertido en los dueños del mensaje emitido por el líder político. Lo pueden silenciar, amplificar tergiversar, transformar”. Este autor acrescenta que os políticos deixam de recorrer a conferências de imprensa onde haja questões porque não querem “que los medios mutilen, alterne o tergiversen su mensaje (Serrano, 2010:29). Já os estudos de Patterson (1994) na cobertura das campanhas, analisados por Estrela Serrano (2006:101), indicam que há um “jogo” de

estratégia usado pelos media. Assim, um “enfoque das notícias no ‘jogo’ eleitoral dirige a atenção dos cidadãos para certas atividades, afastando-a de outras, afectando, também, o significado inerente a essas atividades”. Neste sentido, neste critério apresentado por Patterson, o “jogo” pode ser visto como um elemento para os jornalistas definirem “o que é notícia”. O autor defende que “o ‘jogo’ “domina as notícias, em parte, porque corresponde às convenções jornalísticas que dão ênfase aos aspetos mais dramáticos e controversos da política” (idem, ibidem). Cada meio de comunicação tem critérios de noticiabilidade definidos e determina que matérias do sistema político vai divulgar, assim, “a actuação de cada *medium* por si pode tornar-se ela própria notícia quando não mesmo objeto de apreciação crítica ou de denúncia por parte de outros média” (Correia, 2010:154). Há, então, novas formas de fazer jornalismo que os políticos se concentram em acompanhar. Tal como explica Serrano (2010:33), “la dinámica de los medios de comunicación condiciona y domina la política atropellando a instituciones, líderes, partidos políticos y, sobre todo, a los ciudadanos. El mensaje de las campañas electorales se simplifica en titulares periodísticos vacuos (...)”.

Contudo, nesta interação entre políticos e média, também se verificam adaptações dos políticos aos média. Como afirma Correia (2010:145), “gerou-se uma consciência cada vez maior por parte dos agentes políticos da impossibilidade de fazer política sem ter em conta os média”. Este autor vai ainda mais longe: realça que se denota “uma profissionalização da política na sua relação com os média e o aparecimento de actores políticos com um elevado desempenho mediático” (idem:149). Pois, tal como menciona Gordillo (2013:104), os políticos arquitetam acontecimentos para terem a atenção dos meios, caso contrário, “aquello que no consigue verse representando en estos espacios públicos no ha ocurrido, no ha pasado”. Susana Salgado (2007:247) explica que a política está a adaptar-se às condições que os média “impõem” para terem a visibilidade que desejam:

Uma breve incursão pela forma como têm sido feitas as campanhas eleitorais em Portugal mostra que a política portuguesa tem sofrido algumas alterações, no sentido do que alguns autores denominam ‘americanização das campanhas’, com o intuito de fazer passar a sua mensagem nos órgãos de informação. Além disso, o tempo dos media é diferente do tempo da política. (...) Mas a política tende também a adaptar-se aos novos ritmos. No caso das eleições, as candidaturas e as estratégias dos candidatos são antecipadas para dar resposta a esta necessidade dos media. (Salgado, 2007:247).

Na perspetiva de João Carlos Correia (2005:57), os políticos marcam acontecimentos em função da agenda mediática: “o objectivo primordial da luta política consiste em fazer coincidir as suas necessidades de acontecimentos pragmaticamente motivadas com as dos profissionais do campo jornalístico (...). Assim, a luta política tem como palco central uma luta em torno das construções de acontecimentos”. Constata-se que um dos acontecimentos de que Correia nos fala são os diretos na hora dos telejornais, tal como exemplifica Salgado (2007: 237). “O caso das conferências de imprensa marcadas para a hora dos telejornais, para permitir a sua cobertura noticiosa em direto, é uma prova dessa atitude por parte dos políticos”.

Gerou-se, assim, uma relação de interdependência entre políticos e média. Rossana Gaia (2011:44) fala do surgimento do “político mediático”, um político que faz tudo para estar nos órgãos de comunicação social: “o político mediático é plenamente adaptado aos tempos da nova política, capaz de dominar as linguagens específicas de cada meio de comunicação”. Com uma análise mais acentuada desta relação politico-mediática, Gordillo (2013:98) defende que “sin política los médios se desploman, pêro sin médios la política también. Y sin ambos, la sociedad no tiene critério para ser libre, para avezar ni para decidir”. Mais uma vez verificamos a dependência da população face aos média para formar a opinião pública e consequentemente na tomada de decisões.

Com uma ideologia diferente da relação entre média e políticos, Paulo Serra (2005), no seu artigo “*Cataclismos e Catástrofes: Reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático*”, identifica esta ligação como sendo “mais problemática do que nunca” na “sociedade de comunicação”. O autor aponta o dedo ao sistema político pela incapacidade de se adaptar às práticas dos média, e revela que se “deveria reagir a esta incapacidade mediante a tentativa, mais ou menos explícita, de controlar e instrumentalizar o sistema mediático”, (2005:63). Quanto ao sistema mediático, Paulo Serra explica que por vezes “transforma a política num mero espectáculo, demitindo-se de apresentar aos cidadãos os problemas relativos à coisa pública, as soluções e as alternativas políticas em presença e apostando na divulgação dos pormenores relativos à baixa política, à vida privada e mesmo íntima, ao escândalo mais ou menos rasteiro dos agentes políticos”, (idem, ibidem).

Certo é que se verificaram estas incongruências na época das eleições legislativas. Exemplo disto foi a dívida à segurança social, noticiada em fevereiro de 2015, de Pedro Passos Coelho, à data Primeiro-Ministro. Apesar de estar a cerca de sete meses das eleições legislativas, o líder do PSD salientou várias vezes que esta infração à segurança social tinha sido divulgada para manchar a sua reputação em ano de eleições. Posto isto, Paulo Serra acredita que o caminho entre política, média e cidadãos pode sofrer uma revolução, e alerta para a “perda de confiança dos cidadãos no sistema político e a transformação de cada uma das sociedades em que vivemos e do seu conjunto em sistemas ingovernáveis. Tal não significa, necessariamente, o fim do mundo – mas quiçá a transição para um tipo de sociedade que nunca conhecemos, e que exige não só um novo tipo de políticos mas também um novo tipo de *media*” (idem:64). Este professor catedrático vai ainda mais longe, refere que as “más notícias” são o elemento de ligação entre média e sistema político e exemplifica:

se há acidentes de viação com mortos, feridos e danos materiais, é porque a estrada foi mal planeada e construída, as leis da condução não são as adequadas ou a repressão policial aos infractores não é suficiente – tudo coisas que, de forma mais ou menos directa, podem ser imputadas ao sistema político e à sua incapacidade de planificação, previsão e prevenção; uma incapacidade que, assumem implicitamente os *media* que dão as “más notícias”, seria ultrapassável se o sistema político tivesse tido devidamente em conta os avisos repetidos desses mesmos *media*. (Paulo Serra, 2005:77)

Esta visão, embora pareça ligeiramente “do contra”, já se tem notado em Portugal. Tem-se vindo a verificar uma acrescida responsabilidade imputada aos governantes em vários aspetos, a nível da

justiça, ou melhor, da falta dela perante casos de violação, assassinato ou roubos, e quando há demasiadas chuvas ou secas extremas os agricultores pedem ajudas económicas ao Estado para fazer face aos prejuízos.

Com uma visão semelhante à de Paulo Serra, Carey, (citado por Alejandro Ledo, 2004:488 e 489), indica que não se estabeleceu uma ligação adequada entre média e o sistema político devido ao desenvolvimento de uma “democracia sin ciudadanos”, em que os media assumiram um “papel valioso”, ao contrário dos políticos e dos cidadãos, o que leva a uma desconfiança do público face aos media: “a los ojos del público los médios se han convertido en los adversarios de todas las instituciones (...). Assim, isto leva a que as pessoas se desinteresem pela política por causa dos média, (idem, ibidem).

Também com uma visão oposta acerca do jornalismo político Sanmartí, (citado por Gordillo, 2013:103), foca quatro factores que ameaçam este tipo de jornalismo: “la fiabilidad de las fuentes” devido à influência na informação que transmitem. Também Castilla (2004:105) corrobora: “la intencionalidad de la fuente política es evidente y sólo facilitará la información que beneficie sus intereses, lo que permite deducir que su mensaje va a estar, genialmente, manipulada”. Outro factor indicado pelo primeiro autor é a “fuerza del poder”, no sentido de poder existir pressão sobre o jornalista para não publicar nada que seja desfavorável ao partido político; associado a este surge o terceiro elemento, “el riesgo de la censura”; por fim “el estado de animo de la opinión pública”, em certos momentos a sociedade não está preparada para assuntos delicados, o que pode levar a formular opiniões vinculativas desfavoráveis, entende-se por assunto delicado, uma crise económica que afeta vários campos da sociedade.

É certo que muitas empresas de media são controladas por poderes políticos (o que ambos os lados negam, mas todos sabem que existe), há a tentativa de silenciar alguns jornalistas para que não desvendem segredos ocultos dessas mesmas entidades. Há quem resista à pressão e relate o que descobriu, e quem acabe por ter medo e se mantenha em segredo. É graças ao jornalismo rigoroso, sem medo de represálias (por exemplo: processos judiciais), que se descobrem as atitudes menos corretas dos políticos, como sustenta Ledo (2004:481): “la prensa - y en la actualidad todos los médios de comunicación - desempeña un papel indispensable en el equilibrio de poderes en que consiste un Estado democrático de Derecho (...)”.

3.1. Spin doctoring

Em Portugal, desde a década de 1990 que se começaram a institucionalizar novas formas para os média divulgarem ações políticas. Contudo o conceito de “spin-doctor” teve início nos E.U.A. com Willian Safire, em 1984 (Ribeiro, 2015; Serrano, 2010; Stanyer, 2007). Desta feita, Bernays, Hertsgaard e Mueller, (citados por Ribeiro, 2015:227) constataam que esta “nova profissão” ganhou grandes contornos “com a atuação dos assessores de imprensa de Ronald Reagan - Michael Deaver e David Gergen e, mais tarde no Reino Unido, com os homólogos de Tony Blair - Peter Mandelson e Alastair Campbell (Ingham, citado por Ribeiro, 2015:227).

Os “spin- doctors” são especialistas de comunicação política que vieram trazer mudanças na maneira de transmissão de informação dos média face aos políticos, já não se dá uma mera relação entre jornalista e político, mas há mediadores entre ambos. De certa forma, acredito que esta nova estratégia política veio aguçá-la a complexidade existente entre estes. Tal como afirma Serrano (2010:91, por referência a Farrel, 1996 e Pfetsch, 1998), “de uma comunicação baseada em relações interpessoais entre políticos e jornalistas passou-se a um processo profissionalizado e especializado de comunicação estratégica na qual intervém um conjunto de actores que pretendem influenciar o fluxo das notícias”. Neste sentido, verifica-se que algumas das mudanças já referidas, tanto nos média como nos políticos, se alargaram, e há também um controlo aos media do que é dito acerca dos políticos. Os “spin-doctors”, no fundo, são fontes profissionalizadas que “são especialmente treinadas para comunicarem com eficiência com a imprensa e que geralmente colaboram com pessoas” (Correia, 2011:99). Vasco Ribeiro, autor de muitas obras acerca de comunicação política, acabou por considerar os *spin-doctors* como *Fontes Sofisticadas de Informação*, título dado ao artigo que analisava o tema na imprensa Nacional.

Segundo Vasco Ribeiro (2015:10), o precursor a definir o profissional de *spin doctoring* em Portugal foi Nelson Traquina, que afirmava: “o velho mas agora renovado, modernizado e totalmente indispensável trabalho propagandístico de querer influenciar a cobertura jornalística, certificada pela recente designação dos chamados *spin-doctors*”.

O principal objetivo do *spin doctoring* é que os partidos tenham uma cobertura positiva e que os aspetos negativos não sejam publicados ou então que sejam favoravelmente justificados (Stanyer, 2007:55; Serrano, 2011:92). Vasco Ribeiro (2015:227), por referência a Ericson, Baranek, & Chan (1989), aponta que esta profissão é “uma forma de proteger as instituições políticas das investidas dos jornalistas”.

É necessário juntar uma dose de atenção às iniciativas dos partidos rivais, e de seguida passar uma imagem favorável dos políticos para quem o *spin-doctor* trabalha, como corrobora Stanyer (2007:56): “com os partidos rivais relegados para as notícias à margem, a presença maciça dos média nas conferências proporciona aos partidos uma oportunidade para vender a sua agenda política e projectos com uma imagem positiva (...)”. Assim, Estrela Serrano explica a função desta fonte profissionalizada relativamente aos meios de comunicação:

A sua acção exerce-se sobretudo em situações em que o que conta não são os factos mas a sua interpretação. Na prática, o *spin doctor* funciona a dois níveis: a) ou é citado pelos jornalistas como fonte, com menção do nome e função; b) ou os jornalistas assumem as suas análises e interpretações sem o citar e sem revelarem a origem da informação. (Serrano, 2011:92).

Para esta autora os *spin-doctors* “provêm da política ou do jornalismo”, isto porque ambos conhecem o funcionamento interno das práticas políticas e jornalísticas (Serrano, 2011: 93). Um estudo realizado pela autora em 2006, relativamente a alguns jornais, demonstrou que em Portugal não há a presença direta de “spin doctors” nas notícias, mas há “um volume significativo de fontes não atribuídas na cobertura da política, indicador da presença de *spin doctors*” (Serrano, 2011:95). No entanto, o mesmo tipo de estudo entre 1995 e 2005 efectuado por Vasco Ribeiro (2010:231)

indicou que “mais de 60% das notícias resultam de uma acção de indução por parte de assessores de imprensa, relações públicas, consultores de comunicação, porta-vozes e outros peritos de *spin doctoring*”.

É de assinalar que o jornalismo político não se realiza apenas em épocas de eleições; é nesta altura que, provavelmente, ocupa mais espaço nos media e apela a atenção redobrada dos mesmos, porém são veiculadas diariamente notícias acerca de política, graças à ação dos *spin-doctors*. Esta situação leva alguns estudiosos do assunto a dizerem que existe uma “campanha permanente orientada para os média” (Santo e Figueiras, 2011; Serrano, 2011; Stanyer, 2007).

Neste contexto, Stanyer (2007:56) constata que “os profissionais de comunicação são hoje um tipo de quadro essencial nas sedes dos partidos. (...) E são muito trabalhadas as estratégias para garantir o domínio da agenda e impedir as tentativas rivais de assalto à agenda noticiosa”. Certo é que a maioria das estratégias utilizadas pelos *spin-doctors* para divulgar a imagem de um partido ou só de um político são vistas como “técnicas de relações públicas” (Stanyer, 2007:63; Serrano, 2011:91).

Um *spin-doctor* controla e manipula as informações que saem acerca do partido ou político para quem trabalha, desta forma verifica-se que para além de só deixarem passar o que lhes interessa fazem com que se forme uma opinião pública, também ela positiva, acerca do sistema político em questão. Como afirmam Esser et al (2007), citados por Serrano (2011: 92), o *spin-doctor* é “alguém, sobretudo em política, que tenta influenciar a opinião pública através de enfoques favoráveis na informação apresentada ao público”.

Segundo enfatiza Gisela Gonçalves (2007:8), “em Portugal, embora numa dimensão menor, as RP (Relações Públicas) também têm sido alvo de críticas ferozes por parte dos que associam a profissão (*spin-doctor*) a estratégias de manipulação da opinião pública e de jogos do poder dos *spin doctors*”. Por sua vez Michelle Grattan (citado por Ribeiro, 2015:227), vai mais longe e considera o *spin-doctor* “como a venda altamente profissional da mensagem política que envolve a manipulação e a máxima gestão dos meios de comunicação”, por parte de ‘um exército’ de técnicos que atuam “atrás das cortinas do Governo”. Com uma visão ainda mais negativista acerca destes especialistas de comunicação política, Brooks (citado por Ribeiro, 2015:9) argumenta que: “Os spinners induzem em erro por meios que vão desde as omissões às subtis mentiras. Pintam um retrato falso da realidade por enviesamento dos factos, descaracterizando as palavras, ignorando ou negando provas cruciais, ou apenas ‘spinning a yarn’”.

Um caso interessante sucedido em Portugal que envolveu os media e a política foi o de Emídio Rangel na sua liderança na SIC. O jornalista proferiu algumas palavras que haviam de o seguir e ser alvo de várias interpretações por jornalistas, políticos e estudiosos de comunicação política:

No fundo, eu volto à minha velha e permanente tese: uma estação que tem 50% de *share* vende tudo, até o Presidente da República! Vende aos bocados: um bocado de Presidente da República para aqui, outro bocado para acolí, outro bocado para acolá, vende tudo! Vende sabonetes! Esta ideia não está ainda contida na vida da SIC, a SIC tem de ser, do meu ponto de vista o *pivot* para lançar outros projectos que não sejam só a incorporação de publicidade! (Rangel, 1997)

Portanto, a pertinência do descrito prende-se com o facto de “vender o Presidente da República” ou até “sabonetes”. Segundo a notícia do jornal “Público” (2014), com esta frase Emídio Rangel foi acusado de “arrogância e poder desmesurado”. Queria marcar pela diferença no que diz respeito à relação dos média com os políticos, e aparentemente conseguiu. Aliás, Arons de Carvalho, político e vice presidente da ERC, reitera que “Rangel marcou a forma de fazer jornalismo e, por consequência, a forma de fazer política” (Lourenço, 2014). Na mesma notícia, o ex Primeiro - Ministro José Sócrates realça que “com ele passou-se, de um momento para o outro, de uma política a preto e branco para um política mais viva”. Passou a existir “mais oportunidade, maior diversidade, mais pontos de vista”. E acrescenta que se verificou “uma mudança que resultou também do ‘gosto pelo debate político’ que Rangel tinha” (idem, ibidem). Relativamente à opinião pública, as mudanças também foram visíveis com o espírito de abertura de Emídio Rangel. Tal como afirmou Paquete de Oliveira ao “Público”, houve “a emergência de uma opinião cada vez mais livre: uma estação com um poder desses [50% de audiências] é influenciadora da opinião pública e pode ser influenciadora na escolha de um candidato político x ou y” (Lourenço, 2014). Já Vasco Ribeiro constata que “a SIC tinha um poder incrível. Há um antes e um depois da SIC de Rangel. Antes dela tínhamos uma televisão controlada pela tutela política. Chega a televisão privada, sem esse filtro, com um alinhamento mais agressivo, e consegue comunicar com o eleitor de outra forma”. Afirmando que concorda com a frase de Rangel, Vasco Ribeiro estabelece ainda este momento com o surgimento do *spin-doctor* em Portugal (década de 90), e conta que “aumenta a partir desse período a contratação de assessores de imprensa. Os políticos pressentiram a necessidade e os benefícios de ter alguém com “facilidade de contactos e capazes de filtrar a informação” (Lourenço, 2014). Desta forma, podemos dizer que a realidade vivenciada hoje em dia entre média e políticos foi progressiva e de que a sociedade desfruta, por vezes com algum receio, mas na maioria das situações como forma de ter acesso a tudo o que diz respeito ao sistema político e assim formar a opinião pública.

3.2. Informação e cidadania

“in fact, journalism is usefully understood as another name for democracy”. (Schudson, 2011, 189)

Com apenas 42 anos “a democracia portuguesa é muito jovem”, tal como afirma Vasco Ribeiro (2015:226). Desde o dia 25 de Abril de 1974, que Portugal tem vindo, gradualmente, a estabelecer vários parâmetros legislativos para alcançar a tão desejada “democracia”. A liberdade de expressão dos cidadãos bem como a liberdade de imprensa até àquela data não existiam.

A história da censura na imprensa portuguesa tem vindo a ser alvo de estudo por vários autores. Para Salazar era “inconcebível a liberdade de imprensa em política externa (...)” (Baptista, 2012:99). Esta autora afirma que Ele controlava os media e fazia com que a sua mensagem política fosse transmitida de forma discreta, nomeadamente na RTP e na Emissora Nacional (idem:100). Porém, engana-se quem acredita na liberdade dos meios de comunicação logo após a Revolução dos Cravos: o “panorama mediático português só começa, realmente, a libertar-se dos espartilhos

políticos e do Estado na passagem da década de 80 para a de 90, com a reprivatização de vários órgãos de comunicação social, acompanhando igual processo noutros sectores da atividade económica” (Ribeiro, 2015:226).

Para o ditador não existia a ideologia de “opinião pública”, mas de “consciência pública”, pois a primeira poderia gerar “a eclosão de uma discussão política” e “que esta alastrasse à massa dos cidadãos” (Baptista, 2012:99). Portanto, estávamos perante um regime controlador e manipulador, onde reinava apenas uma vontade que tinha de ser servida, caso contrário havia punições. Graças ao espírito de luta e sacrifício dos portugueses, a democracia venceu e, aparentemente, vivemos numa sociedade livre onde é permitida a liberdade expressão bem como a de imprensa.

Desta forma, percebemos que a opinião pública livre, fundada e formada através da informação dos media em democracia, tal como argumentava Lippmann, que já foi alvo de análise no capítulo de jornalismo e política, tem como base a participação dos cidadãos na vida social e política exercendo atos de cidadania. Assim, uma democracia só faz sentido quando “as decisões têm de ser percebidas como representando de uma forma justa os interesses de todas as partes afectadas e não apenas as que podem constituir uma maioria cultural ou numérica” (Silveirinha, 2005:147).

Neste contexto, convém que se definam alguns conceitos para se perceber a ligação existente entre cidadania e política, o que nos levará, certamente, a compreender o peso que os média têm nesta relação. Segundo a Enciclopédia Polis (1983:824, 825, 826), cidadania é “o vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um Estado, o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações”. Consoante a evolução da sociedade evolui também a relação entre cidadão e Estado e deixa de existir “uma relação de subordinação e dominação para conter também, como lado positivo, uma relação de participação (...) onde há um participante ativo e determinado”. Assim, tal como menciona Mário Pinto (2011:27), “o conceito esteve sempre fortemente ‘ligado’ à noção de direitos, em particular políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direcção dos negócios públicos do Estado”. Este autor descreve também que “cidadania é não apenas um estatuto, definido por um conjunto de direitos e responsabilidades, mas também uma identidade, uma expressão da nossa pertença a uma comunidade política” (idem, ibidem).

Com um duplo sentido da noção de cidadania, Dahrendorf (citado por Martins, 2010:63) indica que há “o reconhecimento dos direitos de participação dos cidadãos bem como dos modos e graus do seu exercício e, por outro, o que aponta para os mecanismos de relacionamento entre cidadãos e as instituições públicas e sociais”.

Neste sentido, é de realçar que o conceito de cidadania acima descrito pode-se considerar uma “cidadania ativa” onde há um envolvimento recorrente na vida política, contrariamente à “cidadania passiva”. Como defende Arblaster (citado por Martins, 2010:17), “o envolvimento máximo do povo nas decisões públicas, a todos os níveis”. Na sua argumentação em defesa da “cidadania activa”, acrescenta ainda que “a participação política relaciona-se não só com a partilha

de valores comuns mas, sobretudo, com ‘experiências compartilhadas’, uma espécie de mecanismo que permite a identificação total dos cidadãos com o sistema político em que se inserem”.

Percebidos os termos: democracia e cidadania, neste sub-capítulo de reflexão teórica, cabe de momento estabelecer a relação entre eles.

Portanto, para que os cidadãos exerçam em pleno as funções de cidadania que lhes são inerentes, é crucial que os media nunca deixem de lado a independência, o rigor, a imparcialidade e o pluralismo. Tudo o que os cidadãos sabem acerca do sistema político é a partir dos média. Deste modo, na perspectiva de Correia (2004:9), “o jornalismo escrito desempenhou um papel decisivo de estruturação da vida pública: constituindo um dos suportes essenciais de dinamização de cidadania”. Segundo este autor, a vida social está intimamente ligada aos meios de comunicação, levando a uma “construção de sentido” (idem:33)

Ricardo Carvalheiro reflete sobre este tema e usa a expressão “cidadania mediatizada para designar o conjunto de práticas pelas quais se articulam o uso dos média e os direitos dos cidadãos”. Para este intelectual académico é impossível conceber os direitos e deveres inerentes à cidadania sem os media, e defende que “sem os média não é possível ao cidadão de uma sociedade complexa concretizar adequadamente os direitos e liberdades de expressão, associação, reunião e intervenção em assuntos públicos (cidadania cívica), assim como avaliar e eleger os seus representantes ou adquirir, ele próprio, capacidade para ser eleito (cidadania política)” (Carvalheiro, 2000:2).

Para Gentilli (citado por Murilo Soares, 2012:25, 26), “a imprensa é uma instituição política da sociedade civil, capaz de exercer um protagonismo nos processos políticos”. Na visão deste escritor, “o jornalismo, primeiramente, se relaciona à cidadania como direito à informação, um direito civil, derivado da liberdade de expressão, traduzido na liberdade de difundir informações sem censura, de criar jornais”. Murilo Soares (2012, 26) continua a análise sob a visão de Gentilli e corrobora, dizendo: “(...) a ‘sociedade dos cidadãos’ é a ‘democracia do poder visível’, ou ‘o governo do poder público’. Ora, a visibilidade da democracia exige a publicidade dos fatos relativos à esfera pública”. Deste modo, Soares (idem:ibidem), por referência a Gentilli, “deduz que os cidadãos precisam de acesso à informação pública para exercer seus direitos de reivindicar o poder político e o exercício pleno do conjunto dos direitos da cidadania”.

Já de acordo com Pinto (2011:27), “é imperioso o jornalista ter a coragem de assumir a informação como um direito do cidadão que, como tal, tem de ser isenta e independente, ou seja, não pode estar subalternizada a qualquer poder (político, económico ou outro)”. No entanto, este autor lembra factores que interferem no rigor e objetividade dos jornalistas:

“mormente a dependência económica (seja devido ao seu endividamento à banca, seja em relação aos grandes grupos de cuja publicidade precisam para subsistir) factores que condicionam a isenção no relato de casos com essas entidades directa ou indirectamente relacionados (são consabidos os casos de corte de receitas publicitárias quando notícias veiculadas não agradam) e as repercussões daí resultantes na pressão sobre o jornalista”, (idem:28).

Por tudo isto, podemos dizer que “a cidadania concede, portanto, ao próprio direito à informação, traduzido em questões como acesso aos meios, comunicação pública e inclusão

digital”, (Soares, 2012:27) que se traduz numa participação social e política. Os jornalistas não se podem deixar manipular pelo poder, como já vimos no caso do *spin doctor*; para que os cidadãos tomem as atitudes certas, votem com a plena consciência de que estão bem informados e pelo bem da opinião pública. Uma sociedade bem informada é sinal de que a democracia está a exercer a sua função, como refere Schudson, na primeira frase que encabeça este subcapítulo: “o jornalismo é normalmente entendido como o outro nome da democracia”.

PARTE III - ESTUDO DE CASO

4. Aspectos Metodológicos

“A relação entre o pesquisador e seu objeto de análise é de distanciamento, mediada por uma abordagem metodológica que garantiria a desejada neutralidade. Além disso, a metodologia assume lugar de destaque, uma vez que as técnicas de validação dos resultados obtidos estão centradas sobretudo na garantia de neutralidade conferida pelo método” (Décio Rocha e Bruno Deusdará, 2005:318).

4.1. Objetivos e hipóteses

O tema deste estudo de caso é a queda do Governo de Pedro Passos Coelho em 2015. Aqui torna-se pertinente perceber até que ponto se estruturou uma coligação improvável em Portugal com o intuito de derrubar o Governo eleito pelo povo, ainda que sem maioria absoluta. Assim, a questão fulcral é: “Como foi realizada a cobertura da queda do segundo Governo Pedro Passos Coelho pelo *JN* e pelo *Público*?”

No sentido de responder a esta pergunta, os objetivos específicos são:

- 1- examinar as diferenças de cobertura mediática entre um jornal diário popular (*JN*) e um jornal diário de referência (*Público*) num assunto político complexo;
- 2- descobrir qual a perspetiva dos dois diários face à coligação da ala esquerda;
- 3- perceber se ambos os diários deram tanta visibilidade aos partidos do “arco da governação” como aos partidos considerados “mais pequenos”, pela importância que tiveram na queda do Governo de Pedro Passos Coelho.

De forma a orientar este estudo surgiram as seguintes hipóteses:

O *JN* realizou uma cobertura menos extensa e menos interpretativa, por ser um jornal popular, contrariamente ao jornal *Público*, um jornal de referência. Esta hipótese é sustentada, no que diz respeito ao *JN*, pelo facto de ter observado algumas opções editoriais enquanto estagiária e verifiquei que essas escolhas passavam por noticiar muitos acontecimentos em pouco espaço, sem que houvesse um aprofundamento na história. Deste modo, como afirma Estrela Serrano (2005:270), os jornais populares aumentam o “espaço dedicado à imagem, encurtando os artigos, desinvestindo na investigação e no aprofundamento das notícias, num processo de “tabloidização” progressiva”. Quanto ao jornal *Público*, Paquete de Oliveira (citado por Serrano, 2005:270) defende que os jornais de referência “distinguem-se pela sua própria ‘configuração espácio-temporal’. Não se limitam a noticiar o ‘acontecimento em bruto’, mas ‘procuram explicá-lo’. São ‘fonte de saber’ e suporte mediático desejado e escolhido pelos *leaders* de opinião, em especial do campo político.

Ao conceber esta hipótese, de certa forma, surgiu a segunda. Ambos os jornais anteciparam que António Costa ia ser indigitado Primeiro-Ministro com base na legislação (Constituição da República, Lei Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos). “A lei suprema do país é a Constituição da República”, as leis têm de obedecer aos princípios fundamentais nela instituídos e os partidos políticos têm o dever de atuar em função dela. A Lei Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos são decretadas na Assembleia da República por imposição do artigo 161º da Constituição. Para além disto, Susana Salgado (2007:232) argumenta que hoje em dia estamos diante de um “jornalismo interpretativo” que realiza “construção de cenários e antecipação de situações e realidades”. A autora acrescenta ainda que “são publicadas notícias sobre o que poderá acontecer”.

Para que as conclusões deste estudo de caso sejam mais precisas, surge a nossa terceira hipótese. O *JN* e o *Público* deram tanta visibilidade ao BE, PCP/PEV quanto ao PSD/CDS e PS. O pluralismo e igual acesso dos políticos aos meios de comunicação é defendido na Constituição e na Lei da Imprensa, no entanto sabe-se que os partidos com mais visibilidade normalmente são o PSD e o PS, por serem os principais partidos. Já o BE e o PCP/PEV (considerados partidos mais pequenos) não têm o mesmo espaço e destaque. Contudo, neste caso foram pilares fundamentais para a queda do Governo, supõe-se que tenha sido dada a mesma visibilidade que ao PSD e ao PS pelo *JN* e pelo *Público*. Segundo Joana Antunes e Marco Lisi (2015:13), a maior visibilidade dada aos partidos de “centro” é um padrão. Cabe agora perceber se no contexto de uma expectativa política completamente nova esse “padrão” se alterou.

4.2. O *Corpus*

Perante os objetivos já explanados e as hipóteses provenientes dos mesmos, cabe agora definir o *corpus* dos média que serão analisados para serem obtidas respostas claras e conclusivas.

Como já foi referido a análise será aplicada à imprensa escrita. Os dois jornais diários em questão são o “Jornal de Notícias” e o “Público”, e o período de análise é entre os dias 1 e 15 de novembro de 2015. Entre os dias 1 e 9, as querelas políticas adensaram-se, bem como se concretizaram os acordos entre os três partidos (PS, BE, PCP). No dia 10, “Dia D”, o Governo cai, e tudo fica em aberto. O cenário político fica, literalmente, do avesso, e a decisão de um novo Governo estava nas mãos do Presidente da República. Consideram-se, então, mais 5 dias após a queda do Governo para uma análise de possíveis soluções apresentadas pelos dois diários, tal como as fontes que usavam para explicar o tema. Esta quinzena reflete os momentos mais tensos da vida política portuguesa no que diz respeito a este tema, pois já se viveram outros. Os portugueses sentiam-se confusos com as alternativas políticas que surgiam para o Governo e encontravam nos media as explicações deste acontecimento.

Os partidos que aqui se vão ter em conta são: o Partido Social Democrata e o Partido do Centro Democrático Social (PSD/CDS), coligação concretizada em 2011 pelos líderes dos respetivos partidos Pedro Passos Coelho e Paulo Portas (hoje em dia quem lidera o segundo é Assunção Cristas, por auto-demissão do antigo cabeça de lista Paulo Portas); o Partido Socialista (PS) liderado por António Costa que, para surpresa de muitos portugueses, chegou a acordo com o

Partido Comunista Português (PCP) de Jerónimo de Sousa, o Bloco de Esquerda (BE) liderado por Catarina Martins e o Partido Ecologista os Verdes (PEV) com a cabeça de lista Manuela Cunha.

A escolha destes diários prende-se com o facto de, no caso do *JN*, ter realizado o estágio curricular na secção Nacional no Porto, em que a Política é parte integrante. Não realizei qualquer trabalho ligado a este tema enquanto no *JN*, mas observei de perto a azáfama das jornalistas que elaboraram artigos políticos onde previam os próximos acontecimentos políticos recorrendo às suas fontes. A pergunta que se impunha era: qual seria o próximo Governo a liderar após a queda do dia 10 de novembro?

No dia “D”, o dia em que o líder do PSD abandona a cadeira de Primeiro-Ministro para se sentar junto aos deputados do Parlamento, a redação do JN parou. O silêncio que se fez ouvir aquando da segunda conferência de imprensa de Cavaco Silva (24 de novembro) para comunicar a sua decisão, é indescritível. Os olhos de todos os jornalistas estavam cravados nas televisões para se saber a decisão final (o suspense acabou, quando uma fonte ligou ao editor-executivo-adjunto Pedro Ivo Carvalho, e disse em primeira mão que Aníbal Cavaco Silva ia indigitar António Costa). Estes momentos foram considerados para a escolha do tema, mas, essencialmente, devido à importância desta mudança política invulgar em Portugal. Todas as estratégias que levaram ao inesperado acordo de esquerda e os aspetos legais subjacentes, (muitos acreditavam que era ilegal a coligação após as eleições) despertaram-me um grande interesse e curiosidade.

Quanto à escolha do jornal *Público*, esta deve-se por ser um jornal de referência em Portugal, tal como já foi mencionado, e por ser um diário que aprofunda todas as questões de uma maneira criteriosa, justificada e, normalmente, realiza uma vasta cobertura dos assuntos políticos importantes.

Cabe referir que a escolha destes dois diários se deve também ao simbolismo e à influência que têm na imprensa generalista portuguesa.

4.3. Metodologia

“ (...) há um ‘discurso aparente’ que precisa ser desvendado, mas agora a interpretação deverá ser guiada ‘por processos técnicos de validação’” (Décio Rocha e Bruno Deusdará, 2006; por referência a Bardin).

Definidos estes parâmetros essenciais: perguntas de partida, objetivos e corpus do estudo de caso, cabe agora especificar qual o melhor método para analisar de forma científica os artigos jornalísticos que nos permitam passar das suposições a resultados rigorosos. A metodologia assume um papel importante nos trabalhos de pesquisa que envolvem os meios de comunicação. Assim sendo, de seguida vão ser estruturados e definidos os melhores métodos para aplicar ao estudo de caso.

Na revisão bibliográfica abordou-se a relação complexa entre média e políticos (Capítulo III), neste sentido, Susana Salgado (2009:48) salienta que “a complexificação das relações entre jornalistas e políticos torna a análise da cobertura noticiosa das campanhas eleitorais e das eleições

particularmente interessante nos nossos dias. Uma das metodologias mais empregues no estudo académico na forma como os jornalistas noticiam a política e as suas manifestações tem sido a análise de conteúdo”

Originalmente, em traços gerais, a análise de conteúdo começou a ser usada após a Primeira Guerra Mundial, em várias áreas das ciências e inclusive em estudos dos meios de comunicação. Desde 1915 que a análise de conteúdo tem sido utilizada nos estudos de comunicação política. Um dos pioneiros, a aplicar esta metodologia às palavras-chave dos discursos políticos na imprensa francesa, russa, alemã, entre outros, foi Lasswell (Krippendorff, 2004:11; Salgado, 2009:49). Desde então o interesse por este tipo de análise foi crescente, passando a ser muito utilizado.

A análise de conteúdo permite interpretar uma grande quantidade de informação, e discernir exatamente qual a perspectiva subjacente no conteúdo. Tal como defende Laurence Bardin (1995) (citado por Rocha e Bruno, 2006), “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Segundo Reto e Pinheiro (2013:45), “a análise de conteúdo é uma metodologia que toma em consideração as significações (...) e procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. Portanto, é através da aplicação desta metodologia que vamos interpretar o que está implícito nos textos, assim, podemos dizer que há “o enriquecimento da leitura, pela ‘descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens” (Rocha e Deusdará, 2006; por referência a Bardin).

A análise de conteúdo fornece duas técnicas objetivas que garantem a “descoberta do verdadeiro significado” (idem, ibidem), são elas a análise qualitativa e a análise quantitativa. A primeira caracteriza-se por fornecer sentido às palavras, personagens, isto é, facilita a codificação de um texto (Rocha e Deusdará, 2006; por referência a Bardin; Viana Correia, 2007:99). Relativamente à análise quantitativa “o que pesa mais na pesquisa é a frequência com que determinados eventos aparecem no discurso (Viana Correia, 2007:99). Considera-se esta metodologia a mais adequada pelo facto de facilitar a avaliação e dedução das notícias de forma qualitativa, tal como a sua quantificação. Luís Reto e Augusto Pinheiro, por referência a Bardin, (2013:141), indicam que a análise qualitativa “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”. No que toca à análise quantitativa os autores argumentam que é mais rígida, “obtem dados descritivos (...) é mais objetiva, mais fiel e mais exacta, visto que a observação é mais bem controlada (idem, ibidem). No momento de aplicar a quantificação será utilizada uma contagem simples das notícias onde conste a queda do segundo Governo de Pedro Passos Coelho.

Posto isto, dentro da análise de conteúdo as notícias vão ser avaliadas de forma qualitativa e quantitativa. Em primeiro lugar, de forma a perceber como foi realizada a cobertura da queda do Governo por cada diário serão contabilizadas as notícias do período de análise. Para o efeito foi criada uma tabela para cada um dos jornais, onde serão integrados os seguintes parâmetros: data (dia do lançamento do jornal); manchete, chamada à capa, “Primeiro Plano” (no caso do *JN*) e “Destaque” (no caso do *Público*), (conceitos usados por cada jornal nas primeiras páginas para dar

visibilidade ao tema que ali se aborda), cabe referir que em ambos os casos é sempre dedicada uma página inteira, ou duas; uma página inteira (há notícias de página inteira que não são de “primeiro plano” ou de “destaque”); meia página, (contam-se as notícias que só ocupam metade de uma página); um quarto de página, estes critérios vão evidenciar a importância e o aprofundamento dado ao tema; por fim, o partido mais destacado (será realizada uma interpretação dos partidos com mais destaque a partir dos títulos e respetivas fotos).

Já no que diz respeito às fontes, serão também contabilizadas por parágrafos. Isto é, se a mesma fonte for mencionada no parágrafo seguinte será novamente incluída. Parte-se do princípio que o jornalista recorre a várias fontes para contextualizar e explicar os novos contornos da política portuguesa. Com o objectivo de saber quais as fontes mais usadas para relatar a queda do Governo de Passos Coelho vão ser analisadas e contabilizadas as seguintes categorias definidas por Rogério Santos (2006): fontes oficiais, que incluem o Presidente da República, cabeças de lista dos partidos e outros elementos políticos que façam parte dos partidos já mencionados; fontes especialistas, “que possuem um conhecimento específico de uma área”, como politólogos, constitucionalistas e professores catedráticos, por fim, as fontes documentais, que integram o recurso a documentos escritos como a Constituição da República, Lei Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos. Note-se que estes documentos são considerados pelo facto de fazerem referência à coligação dos partidos após as eleições, num momento em que muitos portugueses viam os acordos entre a esquerda como ilegais ou impossíveis. Neste caso, assume-se que os diários tenham usado os documentos já mencionados para explicarem a situação política aos leitores e como se daria a queda de um Governo eleito pelo povo. Para além destas fontes vão ser ainda contabilizadas as fontes anónimas, ou seja, quando a fonte não for identificada ou quando se verificarem alusões como “ao que o Público conseguiu apurar junto de fontes da coligação”, ou “o *JN* soube...”; por fim, os dois diários recorrem ainda a outros média para retirarem informações, que serão contabilizadas e discriminadas de igual forma.

Para contabilizar as fontes foi criada uma tabela de análise para cada um dos diários onde são identificadas as fontes oficiais que predominam nos artigos, pressupõe-se que as mais mencionadas sejam: Aníbal Cavaco Silva (na época ainda em funções de Presidente da República), Pedro Passos Coelho, Paulo Portas, António Costa, Catarina Martins, Jerónimo de Sousa. No que diz respeito às fontes especializadas constam: investigadores, politólogos, professores universitários. As fontes documentais para análise são: Constituição da República, Lei Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos, Programa do Governo e comunicados dos partidos. Ao contabilizar as fontes será possível apurar a importância que os diários deram ao tema, isto é, se usaram fontes variadas para explicar o tema, visto que era um caso inédito em Portugal e existia a necessidade de explicar isso aos leitores, ou pelo contrário, se usaram poucas fontes e não aprofundaram o tema.

De forma a refutar ou não a terceira hipótese serão contabilizadas as notícias que façam referência aos partidos (PSD/CDS, PS, BE, PCP/PEV) nos títulos e nas fotos, com o intuito de perceber se todos tiveram a mesma visibilidade.

Sempre com o objetivo de perceber como foi realizada a cobertura da queda do Governo de Passos Coelho pelos dois diários, considera-se relevante para este estudo a análise, ainda que de

forma subtil, das primeiras páginas. A primeira página é o rosto do jornal que destaca os temas principais. É a capa do jornal que vai fazer com que um leitor o compre ou não. Rudim e Ibbotson (2008:79) definem três objetivos principais acerca dos atributos do layout das capas dos jornais, são eles: “atrair a atenção do potencial leitor criando um aspecto visual atraente; Indicar as diferentes notícias e sinalizar a sua relativa importância; Estabelecer um carácter visual identificável”. O valor informativo está na capa do jornal, isto é, aquilo que editorialmente foi concebido como o mais importante e é a grande novidade. Como refere Carla Cardoso (2012:38), a capa “é uma janela de contacto com o exterior”. Nas capas dos jornais a manchete é o que normalmente dá ênfase e o grande destaque a um determinado acontecimento. Como explicam Rudim e Ibbotson (2008:82;83), “as manchetes expressam a importância dos textos aos quais se referem (...) contém uma mensagem para o leitor”. Assim sendo, vai ser realizada uma contagem simples das manchetes (serão consideradas as manchetes principais com as letras garrafais), as chamadas à capa (blocos de texto) que digam respeito à saída de Pedro Passos Coelho do Governo.

Capítulo IV

5- As eleições legislativas de 2015

“A política Nacional vive num cenário totalmente novo: com novos protagonistas, com métodos de discurso e estilos muito diferentes”. (José Alberto Carvalho, 2016)

5.1- Campanha eleitoral

Antes de passar à análise propriamente dita, é necessário contextualizar o tema em questão, parte fundamental para se perceber a situação política de emaranhamento que Portugal atravessou. Não que fosse a única, como se sabe, mas por ter sido um caso isolado e com diferentes contornos.

“Portugal é uma democracia representativa” (Comissão Nacional de Eleições, 2016), quer isto dizer que, o poder de eleger os representantes políticos, de quatro em quatro anos, reside no povo através do voto. Em 2015 ocorreram as eleições legislativas em Portugal. Segundo António Rubim e Leandro Colling (2005:15), as eleições “são um rito periódico e complexo, instituído de modo significativo a partir da modernidade, através do qual a sociedade democrática, no caso de eleições competitivas: legitima seu sistema político; escolhe seus governantes – do poder executivo e legislativo e, por vezes, do judiciário – e seus programas de Governo”.

A pré-campanha para as eleições legislativas começou em agosto de 2015, de forma calma e serena, o que levou Cavaco Silva, à data Presidente da República, a afirmar com grande orgulho e admiração que o período pré-eleitoral se realizava com “serenidade da parte dos diferentes partidos, sem agressividades verbais, sem insultos e sem grandes crispações” (Lusa, 2015). Os candidatos às legislativas foram muitos, cerca de 20, porém vou apenas referir os que ficaram nos cinco primeiros lugares dos resultados eleitorais e tiveram assento parlamentar: PaF (Portugal à Frente), coligação dos partidos de Paulo Portas e Pedro Passos Coelho que desde 2011 lideravam uma coligação de Governo criada após as eleições, conseguindo assim uma maioria acima dos 50% (o PaF, no fundo, é uma recandidatura). Os outros candidatos foram o PS, o BE, o PCP/PEV e o PAN. Os resultados dos restantes candidatos foram muito baixos, pelo que não vão ser aqui considerados, até porque nem sequer têm influência no tema que se aborda.

O período calmo da pré-campanha revelou-se temporário, e no decorrer da campanha eleitoral a tensão entre partidos fez-se sentir, notava-se que se queriam aniquilar politicamente uns aos outros e assim vencer. O líder do PS, António Costa, já cantava aos quatros ventos a derrota do seu maior rival partidário. Nos seus discursos na corrida para o Governo entoou uma frase curiosa, que vários meios de comunicação noticiaram: “É altura de lhe [Passos Coelho] dizer: não venha com pieguices porque ninguém o aguenta mais. E no próximo dia 4 vai ter a resposta que merece (...) porque não pode mais continuar a governar o país”. E reclamava a “vitória urgente do PS” (JN, 2015). Todos queriam visibilidade, ansiavam que a sua palavra fosse a mais eficiente, mas nem todos tinham o dom da retórica.

As personagens principais de toda a encenação política foram desde o início Pedro Passos Coelho (PSD) e António Costa (PS), papel que mantêm até aos dias de hoje. Os dois confrontaram-se, num “debate histórico”, transmitido em direto e em simultâneo pelos três canais generalistas, SIC, TVI, RTP, com jornalistas dos respetivos canais, a 9 de setembro, facto inédito em Portugal. Passada uma semana (16 de setembro), o cenário repete-se, mas desta vez o debate ocorre na rádio (TSF, RR, ANTENA 1). Os duelos foram marcados por acusações mútuas de demagogia. António Costa acusou Passos Coelho de “má governação”, “cortes de salários e pensões”, “aumento da dívida pública” (...), já o ex Primeiro-Ministro acusou António Costa de um programa eleitoral que levaria o “país ao desastre”. Politiuques à parte, estes duelos nos media vêm corroborar a ideia, já mencionada na revisão bibliográfica, da relação íntima entre políticos e média, onde os partidos PSD e PS têm mais saliência. Em contrapartida, no dia anterior ao primeiro debate, Catarina Martins (BE) e Paulo Portas (PaF), realizaram um debate para a SIC Notícias e as repercussões não foram iguais às de Passos Coelho e de António Costa, tal como aconteceu com outros debates de partidos minoritários.

Apesar de o período oficial da campanha eleitoral só ter começado no dia 20 de setembro (a lei estabelecida autoriza a campanha eleitoral aproximadamente 12 dias antes do dia das eleições, recorde-se que as eleições se realizaram no dia 4 de outubro), os partidos têm direito de antena nos meios de comunicação e direito à propaganda em espaços públicos (Comissão Nacional de Eleições, 2016). No dia 11 de setembro Pedro Passos Coelho anuncia oficialmente a sua recandidatura nas redes sociais.

Ainda fazendo uma retrospectiva dos debates das campanhas eleitorais, num duelo entre Catarina Martins e António Costa (14 de setembro) que teve algumas acusações recíprocas, o que é perfeitamente natural, a cabeça de lista do BE deixou patente que no dia 5 de outubro estaria disponível “para conversar (com os socialistas)” sobre um governo que pudesse “salvar o país” e acrescentou, dirigindo-se diretamente a António Costa: “se me disser que sim ou que vai pensar, este encontro já valeu a pena”. O líder do PS não respondeu, mas já diz o ditado “quem cala consente”. Certo é que o acordo que mais tarde se veio a concretizar já poderia ser uma carta na manga dos partidos, visto que já pairava no ar a dificuldade de uma maioria absoluta revelada através das sondagens. Neste sentido, foi realizada uma breve análise às sondagens do jornal *Público*, unicamente para contextualizar neste estudo de caso a situação política durante a campanha. Verifica-se que o PaF tinha vantagem sobre o PS. No entanto a diferença que separava os dois partidos era baixa; a título de exemplo: a 23 de setembro o PaF obtinha 40,1% e o PS 38,9, já no dia 30 a coligação (PaF) liderava com uma vantagem de 38,8% sobre 31,6% dos rivais PS. Portanto, apesar de os cabeças de lista de ambos os partidos pedirem maioria absoluta, era previsível que essa hipótese estava longe.

Voltando à possibilidade de acordo da esquerda no pós-eleições, mesmo que remota, pairava no ar. Era vista como uma hipótese de desfecho no dia 4 de outubro na ausência de vitória por maioria absoluta do PSD/CDS-PP. No dia 29 de setembro um dos títulos que o *Público* na sua versão em papel destacava era: “PaF e o fantasma da coligação da esquerda” (a campanha eleitoral foi uma constante rivalidade entre PaF e PS sem que os media falassem nos outros candidatos). Na

notícia assinada por Sofia Rodrigues, é referido que, “na PaF, há quem admita que o líder do PS se prepara para oferecer uma solução de governabilidade com o PCP e assim ultrapassar a coligação em número de mandatos de deputados”. Pode-se ler que para alguns militantes da PaF a coligação da esquerda não tinha “legitimidade política” e “apesar de o cenário de aliança com o PCP ser admitido, há quem chame a atenção para a falta de legitimidade de António Costa nessa ‘insólita’ circunstância”. No dia seguinte, 30 de setembro, o *Público* destaca os possíveis cenários no dia após as eleições face a uma vitória por maioria absoluta ou por maioria relativa. E mais uma vez a coligação da esquerda é um cenário previsível insinuado pelos partidos BE e PCP.

Porém, antes de avançar mais neste enquadramento teórico do sistema político português, cabe conceptualizar o que é a “maioria absoluta” e “maioria relativa” e a importância de cada uma para a governação. Nas eleições legislativas “o vencedor de maioria absoluta necessita de obter mais de 50% dos votos (basta 50% mais um), (Martins, 2008:217), para ter uma legislatura sólida de quatro anos sem grandes restrições por parte da oposição. Já no caso de ser um vencedor com maioria relativa, isto é, que ganha as eleições mas fica a baixo dos 50%, a constituição do governo torna-se frágil, pois o partido que lidera não tem maioria parlamentar para que o programa do Governo seja aprovado. Pois, tal como consagra o Artigo 192º, alínea 3, da Constituição o programa do governo apresentado dez dias após a sua nomeação pode sofrer uma moção de rejeição por parte dos partidos da oposição, que, se for aprovada pela maioria, o Governo cai. O Governo pode ainda solicitar um voto de confiança ou moção de confiança à Assembleia da República que poderá ser recusada o que leva também à queda do Governo. Nestas situações a última palavra será sempre a do Presidente da República.

Chegado o derradeiro dia, 4 de outubro, os resultados foram os seguintes: O PaF ganhou por maioria relativa, com 38,55%, contra o PS que obteve 32,38 %, o BE com uma percentagem de 10,22 e o PCP com 8,27%, e o PAN estreou-se no parlamento com 1,39% (JN, 2015). Perante estes resultados a incerteza pairava no ar sobre como seriam os próximos dias do sistema político português e quem iria liderar. As cartas estavam lançadas. Na noite eleitoral Passos Coelho disponibilizou-se para tentar acordos com o PS admitindo reajustar algumas medidas do Orçamento de Estado para que a coligação acontecesse. Enquanto Passos Coelho e Paulo Portas tentavam reajustar medidas para um acordo liderado pelo primeiro, António Costa já estava ansioso por saber até que ponto o Bloco e PCP estavam disponíveis para um Governo de esquerda e por ser ele o líder.

No dia seguinte às eleições (5 de outubro, dia de comemoração da Instauração da República em Portugal) estava previsto que Cavaco Silva se pronunciasse acerca dos resultados das legislativas, mas tal não aconteceu. A indecisão política já pairava no ar após o rescaldo dos resultados eleitorais. A título de curiosidade, só entre 1995 e 1999 é que António Guterres conseguiu uma legislatura através de uma maioria relativa (Pereira, 2015). Este cenário torna-se ainda mais interessante pelo facto de Cavaco Silva, à data Presidente da República, estar a cumprir o seu último semestre do mandato e não poder convocar novas eleições legislativas. Em janeiro iriam decorrer as eleições presidenciais e só um novo Presidente da República poderia convocar

novas eleições após seis meses de ocupar o cargo, logo, teria de existir uma solução governativa estável, pelo menos até junho de 2016.

5.2- As decisões do Presidente

Contestadas por muitos, aplaudidas por outros tantos, as decisões de Cavaco Silva foram ponderadas de acordo com o “supremo interesse do país” que marcou o seu último mandato.

O Presidente da República não realizou o discurso previsto no dia 5 de outubro, por ter de se “concentrar na reflexão sobre as decisões a tomar” (Observador, 2015), dados os resultados do dia anterior. Contudo, Cavaco Silva no dia 6 de outubro, após uma reunião com Pedro Passos Coelho, rompeu o silêncio e revelou que queria um acordo entre a coligação [PaF] e PS. Não posso deixar de fazer uma comparação às capas dos jornais, usados para este estudo, do dia 7 de outubro, mesmo que este dia não faça parte do período em análise. O *Público* dá destaque ao tema usando uma foto de grandes dimensões no centro da capa, e salienta que “Cavaco encarrega Passos de formar um governo estável”; em contrapartida o *JN* realiza uma pequena chamada à capa, dando destaque a uma tragédia de pescadores na Figueira da Foz e a manchete salienta um caso de rede de TV piratas. Verifica-se que as opções editoriais do *JN* se basearam numa tragédia marítima, onde se destaca uma foto de mulheres a chorar pelos maridos pescadores que rapidamente se detecta um elevado grau de sensacionalismo e uma manchete acerca da ilegalidade das TV por cabo. Cabe perguntar onde está o interesse político do *JN* num momento em que Portugal estava de olhos postos nas manobras partidárias de Cavaco Silva, Passos Coelho e António Costa?

Prosseguindo com as declarações do Presidente da República do dia 6 de outubro, e não esquecendo as ligações de Cavaco Silva ao PSD: foi presidente do partido a partir de 1985 e Primeiro-Ministro entre 1985 e 1995. Devido às suas escolhas, que serão posteriormente explanadas, foi criticado pelos partidos de esquerda por defender os interesses do PSD e um governo de direita. Pode-se ler na versão impressa do *Público* de 7 de outubro que Cavaco Silva encarregou Passos Coelho de formar um Governo “com estabilidade política e uma governabilidade consciente”, frisando que era um “tempo de compromisso” e que estava perante um ciclo com “cultura de diálogo e da negociação” (Almeida, 2015). Neste comunicado ao país, o Presidente da República deixou nas mãos de Passos Coelho as negociações com outros partidos salvaguardando a importância de uma maioria parlamentar para a aprovação do programa do Governo (Orçamento de Estado para 2016 a apresentar em Bruxelas).

Contudo, nas declarações de Cavaco Silva ficou subentendido que as portas estavam fechadas a negociações com partidos como o BE e o PCP por serem partidos anti-euro, anti-União Europeia e anti-Nato (ambos os partidos em questão defendiam a reestruturação da dívida, e o PCP ambicionava a saída do euro e a rejeição de Portugal fazer parte da NATO).

Cabe agora fazer um ponto de situação e considerar as hipóteses. Portanto, o PaF ganhou as eleições por maioria relativa, o equivalente a 107 deputados com assento parlamentar. Para ter uma maioria absoluta e a garantia de que o programa de Governo era aprovado precisava de 116 deputados, mais de metade do total de políticos da Assembleia da República. Neste caso, a moção

de rejeição ao Orçamento de Estado do PSD começou a ser anunciada pelas forças partidárias de extrema esquerda e o Governo cai. As soluções passariam por um entendimento PaF e PS (este último com 85 deputados eleitos), os dois partidos mais votados pelos portugueses, e era alcançada a maioria parlamentar (192 deputados), sendo aprovado o programa do Governo, tal como aconselhou Cavaco Silva. Estava descartada a hipótese de uma coligação apenas entre PS e BE, como foi anunciada durante a campanha pela líder bloquista Catarina Martins, insuficiente para ganhar uma maioria parlamentar, porque o BE só conseguiu eleger 19 deputados. Nasce então a hipótese de uma coligação histórica de PS, BE, PCP (este último com 15 deputados eleitos), rompendo totalmente com as políticas de direita. No entanto, antes desta última hipótese ganhar forma antecederam-se momentos de grande tensão e expectativa, em que Cavaco Silva foi chamado a tomar decisões em nome da estabilidade política do país.

Sendo assim é pertinente perguntar o que poderia dar mais “estabilidade” governativa: um Governo de minoria PSD/CDS ou uma coligação PS, BE e PCP? Ora veja-se, o PS era a “solução” para a coligação PaF e para o BE e o PCP; só assim se conseguiria uma maioria parlamentar.

Começaram mais uma vez as querelas políticas. O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, alertou para que, caso o PS apoiasse o PSD/CDS, seria uma atitude com que “muitos eleitores de esquerda e muitos socialistas” se sentiriam “defraudados” (Lopes, 2015). Os líderes do PCP e do BE não perderam a oportunidade de garantir uma moção de rejeição ao Orçamento de Estado do PSD/CDS. Além disto, via-se o acordo entre PS, BE e PCP como uma forma de dar oportunidade a estes partidos de aplicarem as suas medidas e de acabar com ideias pré-concebidas acerca da esquerda. Uma fonte socialista (anónima) disse ao Público que havia “um cinismo da extrema-esquerda que” era “preciso desmontar” e que “António Costa tem a função histórica de o expor” (Almeida, 2015).

As críticas aos acordos entre PS e a esquerda não tardaram. Políticos do PS, nomeadamente Francisco de Asis, Álvaro Beleza, entre outros, sustentavam que “sem o PS ter ganho as eleições”, o acordo à esquerda “politicamente é legítimo”, assim como “juridicamente” e “constitucionalmente”, mas “eticamente não é”. Se as críticas se davam dentro do próprio partido, é óbvio que a direita gritava diariamente a “aversão” a tal pacto da esquerda. Acusaram o PS de um “golpe de estado”, de querer o “poder a todo o custo”, de “jogadas políticas de baixo nível” e até de “desonestidade política e intelectual”. Mas nada disto travou a “geringonça” (nome que Paulo Portas deu à coligação de esquerda) que assinou três acordos no dia 9 (um para cada partido BE, PCP, PEV com o PS) derrubando o governo que ganhou as eleições por uma maioria relativa.

A “solução governativa estável e credível” que Cavaco exigiu deu início a um número infundável de reuniões entre partidos, onde não se via uma solução plausível em cima da mesa. Cada vez que terminavam os encontros partidários os jornalistas imploravam por informações concretas que tardavam em aparecer. O primeiro encontro deu-se no dia 7 de outubro entre PCP e o PS. Nesta reunião o tema principal foi “apenas a forma como a esquerda pode impedir um Governo PSD/CDS” (Lopes e Lourenço, 2015). Simpatizantes e militantes de esquerda faziam-se ouvir dizendo que “António Costa só não governaria se não quisesse, e que era fundamental impedir “a minoria da direita de formar Governo” (idem, ibidem).

Os encontros partidários foram-se sucedendo. No dia 9 de outubro foi a vez de o PS se reunir com o PSD/CDS, para que se encontrassem pontos de convergência em nome de um Governo estável para o país. Em vez disso, a reunião foi descrita como sendo “altamente inconclusiva” e as divergências mantiveram-se. Pode ler-se no *JN* que ambos os líderes, do PS e do PSD, estavam à espera de propostas para o acordo, e que as expectativas de ambos foram defraudadas: “Só se desilude quem tem ilusões, mas não correspondeu às expectativas que tinha”, afirmou António Costa aos jornalistas (Ropio, 2015). Do outro lado, Passos Coelho com alguma indignação, sublinhou: “o PS não apresentou nenhuma proposta em concreto” (idem, ibidem).

O impasse era sentido por todos. Os políticos continuavam em reuniões constantes e “inconclusivas”, o país sem Governo formado enquanto atravessa por uma crise económica e mergulhava numa crise política. Sucederam-se encontros entre o PS e o PEV, bem como entre PS e PAN e ainda PS e BE na semana pós-eleitoral. Após esta última reunião as hipóteses de uma coligação à esquerda cresceram, e Catarina Martins corroborou no final do encontro com a célebre frase: “o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas acabou hoje”. Ainda não se tinha repetido a reunião com PSD/CDS (que tinha enviado propostas ao PS para um entendimento), e já estava pintado um quadro governativo pela esquerda para derrubar a direita. Supunha-se ser uma semana decisiva, até porque António Costa teve uma reunião com Cavaco Silva onde se mostrou célere em encontrar uma solução.

Os cidadãos perguntavam-se como e quando iria acabar esta situação, já que a última coligação a que tinham assistido em 2011 entre PSD e CDS se tinha concretizado rapidamente (as eleições realizaram-se no dia 5 de junho e a coligação aconteceu a dia 16 do mesmo mês), contrariamente ao impasse que observavam diariamente em 2015. A segunda reunião entre PS e PSD/CDS (13 de outubro) foi pior que o expectável. Para Passos Coelho a reunião foi “absolutamente inconclusiva”, as hipóteses da coligação com a direita eram cada vez menores e queixava-se pelo facto de as propostas do PS serem “vagas e generalistas”. Apesar de tudo, e com uma maioria relativa que lhe conferia poucas certezas, o líder do PSD acreditava na hipótese de ser indigitado Primeiro-Ministro (Pereira e Ropio, 2015).

Segundo o artigo 11º, alínea 1, da Lei dos Partidos, “é livre a constituição de coligações de partidos políticos”, portanto um acordo totalmente à esquerda pode soar estranho e inédito em Portugal, mas é legal. Uma coligação efectiva-se através de um documento escrito onde permaneçam as adaptações de cada um dos partidos em causa e asseguram um governo estável e duradouro. António Costa sempre defendeu que o acordo independentemente de ser à esquerda ou à direita, teria a duração de uma legislatura (4 anos). Por ser um caso insólito em Portugal, quando se falava num acordo à esquerda após as eleições o primeiro pensamento era: “isso só pode ser ilegal”. Mas não. A Lei Eleitoral da Assembleia da República consagra no artigo 22º, alínea 2, que “as coligações deixam de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições”, mas “podem transformar-se em coligações de partidos políticos”, tal como prevê ao artigo 11º da Lei dos Partidos, que refere: “As coligações têm a duração estabelecida no momento da sua constituição, a qual pode ser prorrogada ou antecipada”; quer isto dizer que há a possibilidade de prolongar a coligação e após as eleições criar uma coligação para efeitos eleitorais.

O cenário estava aberto e a decisão nas mãos de Cavaco Silva. Passos Coelho recusou mais reuniões de “faz de conta” com o PS, esperou por uma contraproposta do líder socialista onde fossem apresentadas medidas concretas para uma coligação a três (PSD, CDS e PS), que chegou por carta mas sem uma única proposta para um compromisso com a direita. Aliás o líder do PSD argumentou que “a carta não faz mais do que repetir a linha que o PS tem usado para evitar esse entendimento com a coligação Portugal à Frente” (Almeida, 2015). No mesmo documento estava também, embora de forma implícita, expressa a vontade de António Costa de se coligar com a esquerda: “o PS procurará assegurar as melhores condições de estabilidade e governabilidade que garantam esta reorientação, no quadro plural da nova representação parlamentar” (Lourenço e Rodrigues, 2015). A única solução era aguardar pela decisão do Presidente da República que acabaria por ser no dia 22 de outubro.

Na terceira semana pós-eleitoral, ainda se realizavam negociações entre os partidos. Paralelamente o Presidente da República começou a reunir-se com os políticos que ganharam assento parlamentar para saber quais as propostas que apresentavam e assim ponderar o veredicto final e nomear um Governante, tal como prevê o artigo 187º da Constituição. A Constituição manda que o Presidente da República ouça os partidos, mas que nomeie o Primeiro-Ministro “tendo em conta os resultados eleitorais”. Vejamos, os resultados eleitorais dão a vitória a Passos Coelho, contudo a maioria dos partidos com assento parlamentar ouvidos por Cavaco Silva são de esquerda que querem uma derrota da direita, logo a decisão cabe exclusivamente ao Presidente da República sendo que a constituição não o obriga a ter uma escolha em concreto.

António Costa perdeu por “poucoquinho” e por isso queria a cadeira do poder a qualquer custo. Passos Coelho ganhou por “poucoquinho” e recusava-se a aceitar que a esquerda lhe roubasse o lugar de Primeiro-Ministro. Ambos apresentaram as suas propostas a Cavaco Silva. O líder do PSD defendeu um Governo de minoria “mas sólido” argumentando que “quem ganha as eleições governa”. Uma “regra constitucional que tem 41 anos”, defendeu Paulo Portas, (citado por Lourenço e Rodrigues, 2015). O líder socialista levou a Cavaco um entendimento com a esquerda assumindo uma “maioria estável”. Catarina Martins afirmou que as “divergências foram ultrapassadas” e que indigitar o PSD para o Governo seria “perda de tempo” que “só atrasa o país”. (idem, ibidem). O PCP e os Verdes (PEV) reiteraram uma política de esquerda. As tensões entre esquerda e direita agudizaram-se. O cenário político tornou-se previsível e já se sabia como seriam os próximos tempos. No dia 22 de outubro Cavaco Silva indigitou Passos Coelho Primeiro-Ministro e teceu críticas à alternativa de Esquerda que lhe foi proposta: “Considero serem muito graves as consequências financeiras, económicas e sociais de uma alternativa claramente inconsciente sugerida por outras forças políticas”, argumentou Cavaco Silva, (citado por Silva, 2015). Para além disto, lembrou que em 40 anos de democracia a responsabilidade de governar foi sempre atribuída a quem ganhou as eleições.

A composição do Governo de Passos Coelho foi apresentada cinco dias após a sua indigitação, “foi o executivo com a formação mais rápida em Portugal” (Soares e Silva, 2015). Pode-se já dizer que este executivo foi tão rápido a formar-se quanto a dissolver-se, pois só durou 11 dias. Os líderes do BE e do PCP, respetivamente, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa

garantiram uma moção de rejeição ao programa do Governo de Passos Coelho, que precisava de uma maioria absoluta (116 deputados) para ser aprovado, porém como já referimos caso isto aconteça o Governo cai. E caiu.

É de salientar que esta contextualização bem como as análises efetuadas são meramente explicativas, de forma a criar uma linha condutora que nos levará à análise proposta, o real objetivo deste estudo de caso. Porém isto não impede de tirar ilações da análise das notícias que até aqui foram feitas. O jogo político que se prolongou durante quase um mês entre os partidos para a coligação foi única e exclusivamente para retirar o PSD/CDS do poder. Aliás as reuniões do PS com PSD efectuaram-se devido ao pedido de Cavaco Silva e para que Portugal “pensasse” que o PS estava aberto a todas as propostas e para que isso não manchasse a imagem política do partido. Foi, inclusivamente, acusado por João Proença “de nunca ter pretendido um acordo com a coligação e de ter tido em mente um acordo à esquerda” (citado por Lourenço, 2015). As adaptações das propostas de cada partido para uma coligação forte e duradoura foram executadas com o intuito de derrubar o Governo de Passos Coelho já que o PS tinha nas mãos o poder de escolher com quem queria legislar. Esse poder concretizou-se, António Costa foi indigitado Primeiro-Ministro.

5.3- Do poder à queda

“O *direito da maioria* é sempre um *direito em concorrência* com o *direito das minorias* com o conseqüente reconhecimento de estas se poderem tornar maiorias” José Gomes Canotilho (s/d:329)

A ideia de queda do Governo era fortemente sentida e veiculada pelos meios de comunicação, a esquerda ameaçava a moção de rejeição, mas Passos Coelho mantinha-se firme alegando que “quem ganha as eleições governa”.

As negociações entre PS, BE e PCP/PEV prolongaram-se até 6 de novembro. No final deste dia o BE anunciou a coligação com o PS, restava a confirmação da comissão política do PCP (órgão máximo de direção comunista), para a obtenção da maioria tão desejada. O líder socialista anunciou que se recusava a apresentar uma moção de rejeição ao PSD/CDS sem o apoio da comissão política, pois só formaria um Governo “com um conjunto de condições” que permitissem “a estabilidade na perspectiva de uma legislatura” (citado por Gaspar e Ropio, 2015). Dois dias depois a resposta dos comunistas chegou: “estão assim preenchidas, pela parte do PCP, as condições que asseguram a derrota do Governo PSD/CDS e possibilita a formação de um Governo de iniciativa de PS”. Porém, o *Público* conseguiu “apurar” que o PCP assinou um acordo “delimitando a coisas concretas e as medidas por si defendidas. Ou seja, não significa um sim genérico a todo o programa do Governo nem a todas as intenções governativas do PS” (Almeida e Lourenço, 2015). Portanto, PS e PCP acabavam de fazer uma coligação tão sólida como castelos de areia, em que só estavam de acordo em determinadas propostas. Os acordos foram assinados até dia 9 de novembro, a tempo de derrubarem o Governo do PSD/CDS, o grande objetivo da esquerda.

Os partidos de esquerda anunciavam alegremente que o Governo do PSD/CDS era “a prazo”, contrariando os avisos feitos pelo Presidente da República de que um governo de esquerda

“não era estável, nem coerente e muito menos credível”. As críticas não tardaram a chegar, a direita acusou a esquerda de “ambição de poder” e de “estratégias de coligação de baixo nível político”. Ante esta situação, Passos Coelho pediu ainda “um exercício de humildade e de responsabilidade ao PS”, argumentado que o chumbo do programa de governo era da responsabilidade dos socialistas (Ropio, 2015).

Para Passos Coelho e Paulo Portas os dias 9 e 10 de novembro eram decisivos. Daí para a frente ou se mantinham unidos e a governar, ou acabavam com a coligação e sentados no parlamento enquanto oposição. Ambos sabiam que a esquerda estava unida para os derrubar. A proposta da nova coligação foi entregue ao Presidente da República argumentando, convictamente, que “acordo à esquerda é para uma legislatura” e que a moção de rejeição para dia 10 era certa. Neste sentido, o *Público* apresenta, segundo as informações que recolheu (não nomeia as fontes), que a coligação PSD/CDS já previa assumir um governo de gestão, ou seja, iria gerir de forma limitada os assuntos públicos até que um novo governo assumisse funções. Assim sendo, a Constituição prevê, segundo o artigo 186º, número 5, que “Antes da apreciação do seu programa pela Assembleia da República, ou após a sua demissão, o Governo limitar-se-á à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos”. Portanto, caso o programa do Governo fosse rejeitado, para além do Governo cair, fica em gestão com os poderes estritamente limitados, podendo apenas gerir “atos considerados urgentes para a Governação”. Convém ainda referir que neste caso a Assembleia da República tem mais poder do que o próprio Governo em gestão, isto porque a Assembleia da República reunia uma maioria parlamentar de deputados contra o PSD/CDS que podiam aprovar várias leis, excluindo as que impliquem custos económico-financeiros. Após esta breve explicação do que é e das funções de um Governo de gestão, cabe voltar à notícia do Público intitulada: “Pedro Passos Coelho disposto a ficar à frente de um governo de gestão”, do dia 4 de novembro. É abordada de forma indireta o facto de a Constituição prever no artigo 172º, alínea 1, que a “Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seis meses posteriores à sua eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República (...)” (Almeida, 2015). Veja-se, Cavaco Silva estava de facto no último semestre do seu mandato, tinha uma esquerda unida contra todas as expectativas, e Passos Coelho estava prestes a ver o seu programa apresentado com uma moção de rejeição pela maioria parlamentar. Portanto, um panorama completamente novo na democracia portuguesa, que dependia da decisão do Presidente da República. Cavaco Silva voltou a reunir-se com os partidos com o objetivo de perceber se o programa da esquerda era duradouro e capaz de honrar os compromissos europeus.

Chegado o dia “D” (dias 9 e 10), Passos Coelho e Paulo Portas apresentaram o programa de governo na Assembleia da República. No primeiro dia António Costa permaneceu calado durante o debate, enquanto a direita tecia fortes críticas à nova coligação. Foram acusados de “usurpação eleitoral” pelo facto de PS, BE, PCP/PEV terem mantido em segredo os seus acordos. A única garantia que havia era a da moção de rejeição ao Governo de Passos Coelho. Porém, há uma pergunta que fica no ar: Por que motivo estariam em segredo as propostas ajustadas pelos partidos de esquerda? Portanto, desde o início que o alvo a atingir era a direita, o foco da esquerda era o poder depois de alcançar a maioria parlamentar. A coligação tinha de estar concretizada antes do dia

9, para que todos pudessem chumbar o programa do PSD/CDS, o mais provável era que as linhas orientadoras do acordo ainda não estivessem todas definidas para garantirem a tão pedida “estabilidade governativa” pelo Presidente da República.

No dia 10 o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas caiu. Com uma duração de apenas 11 dias foi o Governo mais curto da democracia portuguesa. A moção de rejeição foi apresentada pela maioria de esquerda (123 deputados), tal como já era previsto. Abriu-se uma nova “guerrilha política”, a direita avisou a coligação (PS, BE, PCP/PEV) que iria chumbar tudo o que fosse proposto por eles, Paulo Portas dirigiu-se a Costa e ressaltou que se mais adiante não conseguisse gerir a “pressão exclusiva da demagogia em competição entre o Bloco e o PCP”, não viesse “pedir socorro” (Soares, 2015). Com o semblante pesado mas com um tom irónico à mistura, Passos Coelho abandonou a cadeira de Primeiro-Ministro para se sentar ao lado dos deputados da sua ala, e afirmou: “não é todos os dias que se sai do Governo com o voto do eleitorado”.

Nunca antes tinha acontecido em Portugal nada semelhante. A capa do *JN* no dia 11 de novembro era elucidativa do marco histórico que acabava de acontecer em Portugal. Em grande plano constava a foto de Passos Coelho onde expressava indignação, a manchete que a acompanhava resumia a duração do governo: “11 dias, 5 horas e 40 minutos”, tal como se pode verificar no Anexo 1 deste trabalho. Do mesmo modo, a capa do *Público*, (Anexo 2) era praticamente ocupada com uma fotografia de Paulo Portas e Passos Coelho em que ambos expressam incredulidade e admiração, acompanhada da manchete: “Caiu”, esta associação entre a imagem e a manchete em grande plano atrai o leitor para o que é o acontecimento importante do dia.

Não posso deixar de fazer referência à notícia do dia seguinte à queda do JN. Para além de referir que António Costa assinou um acordo “às escondidas”, revela ainda que os três partidos se coligaram sem terem as garantias de que “não haveria moções de censura” e de como seria o orçamento de estado (daí não terem apresentado as propostas nos dias 9 e 10).

Após a queda do Governo de Passos Coelho, mais uma vez, a decisão estava nas mãos de Cavaco Silva. Recomeçou a ouvir os partidos com assento parlamentar passados 10 dias, e também foi aconselhado por “personalidades” como presidentes de bancos e economistas.

5.3.1- As hipóteses do Presidente da República

Enquanto o Presidente da República não avançava com a decisão, Passos Coelho continuava a ser Primeiro-Ministro, porém com executivo em gestão. Tal como determina o artigo 186º, alínea 4, da Constituição da República “o Primeiro-Ministro do Governo cessante é exonerado na data da nomeação e posse do novo Primeiro-Ministro”.

O último mandato de Cavaco Silva ficou marcado pelas grandes decisões que teve de tomar perante um acordo político inédito em Portugal. As hipóteses possíveis eram: um governo de gestão até novas eleições, um governo de iniciativa presidencial ou indigitar António Costa Primeiro-Ministro. O *JN* recorreu a um professor catedrático e a um politólogo para explicarem estas hipóteses, o *Público* procurou elucidar os leitores através de constitucionalistas e politólogos

Um governo de gestão era um cenário possível devido ao facto de Cavaco Silva ter estado a frente de um em 1987, durante 5 meses. Porém, na reunião com o Presidente da República, Passos Coelho deixou claro que António Costa deveria apresentar uma solução governativa estável deixando de lado o governo de gestão. A par disto, Pedro Passos Coelho pedia uma revisão extraordinária da constituição para convocar novas eleições, negando claramente a maioria parlamentar que estava formada, acusando-os de um “golpe de estado”.

Um governo de iniciativa presidencial tinha poucas probabilidades de acontecer pois Cavaco Silva ia ser acusado de ser contra os partidos de esquerda. Para além disso Tiago Duarte, constitucionalista, disse ao *JN* que “a maioria da esquerda no Parlamento iria bloquear a ação do Governo” (*JN*, 2015).

A solução mais viável era indigitar António Costa Primeiro-Ministro, tal como se veio a confirmar no dia 24 de novembro. Passados dois dias realizou-se a tomada de posse de um Governo do PS com base em acordo com partidos de esquerda.

A cobertura da “queda do Governo” pelo JN e pelo Público

6. A cobertura da “queda do Governo” de Passos Coelho pelo JN

6.1. As notícias no JN

No período de análise sob a qual esta investigação se centrou (de 1 a 15 de novembro de 2015), foram contabilizadas 35 notícias com referência à queda do segundo Governo de Passos Coelho. Como se pode verificar na grelha de análise da Tabela 1, entre os dias 6 e 13, o tema foi de destaque pelo facto de serem notícias de “Primeiro Plano”. Convém explicar que nos dias em que a queda do Governo saiu em “Primeiro Plano”, teve sempre uma notícia de uma página inteira (excepcionalmente duas nos dias 8 e 10), sendo que as restantes [meia página e um quarto de página] são complemento deste. Ora veja-se, contabilizaram-se 7 notícias principais do “Primeiro Plano”, e como complemento destas, 9 de “meia página” e 8 de “um quarto de página. Portanto, em 8 dos 15 dias analisados o *Jornal de Notícias* procura explicar o tema, mas não o aprofunda de forma intensiva, mostrando as posições dos partidos durante as negociações (BE, PCP e PS), apresentando as propostas de cada um e os possíveis acordos entre eles (os acordos foram vedados aos media), antecipando as soluções que Cavaco Silva dispunha após o dia 10.

Como já foi referido na metodologia, o critério “Página Inteira” foi considerado pelo facto de existirem notícias de página inteira que não pertencem ao “Primeiro Plano”. O dia 14 foi o único onde se contabilizou uma notícia de uma página inteira. Cabe lembrar que no dia 13 de novembro, apesar da crise política portuguesa estar no seu auge, Paris tinha sofrido um ataque terrorista do Estado Islâmico onde mais de uma centena de pessoas perderam a vida, daí no dia 14 ser dado o “Primeiro Plano” ao atentado e depois uma página inteira ao tema da queda do Governo.

Nos dias em que o tema não foi de destaque (de 1 a 5 de novembro e dia 15) foram realizadas 2 notícias de “meia página” e 6 de “um quarto de página”. Estas notícias são mais curtas, apenas contextualizam o tema e o enquadram de forma pontual num acontecimento que esteja relacionado com o mesmo, como por exemplo um encontro para negociações entre os partidos de esquerda, possíveis propostas do PS para o BE e o PCP, ou achaques partidários.

As manchetes não implicavam necessariamente que o tema fosse “Primeiro Plano”. Portanto, apenas se contabilizaram cinco manchetes [e sete notícias no “Primeiro Plano”], sendo que a capa mais atrativa e apelativa foi a do dia 11 por evidenciar uma foto em grande plano de Passos Coelho. Assim, ao longo do período de análise apenas se contabilizaram 5 manchetes e quatro chamadas à capa. Atendendo à importância do tema, e à coligação “histórica” da esquerda, o JN não deu muita preferência à queda do Governo a nível de capa de jornal, mas sim a temas como a saúde, acidentes, tragédias e futebol.

No dia 12 de novembro não foi contabilizada a manchete bem como as duas páginas respeitantes ao “Primeiro Plano” porque não fazia referência direta à queda do Governo, mas sim às medidas que António Costa queria implementar. No entanto, a terceira página do “Primeiro Plano”, desse dia, era inteiramente dedicada à queda do Governo e por acréscimo continha os “cenários para Cavaco” explicados por um constitucionalista.

Tabela 1- Recolha de dados e categorias de análise do JN

Data	Manchete	Chamada à capa	Primeiro Plano	Página inteira	Meia Página	Um quarto de página	Partido mais destacado
Dia 1 (1-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	2 Notícias	PS, PSD
Dia 2 (2-11-2015)	Não	Sim	Não	Não	1 Notícia	Não	PS, PCP
Dia 3 (2-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	1 Notícia	PSD
Dia 4 (4-11-2015)	Não	Sim	Não	Não	1 Notícia	3 Notícias	PS, PSD
Dia 5 (5-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Dia 6 (6-11-2015)	Não	Sim	1 Notícia	Não	2 Notícias	1 Notícia	PS, PSD
Dia 7 (7-11-2015)	Sim	Não	1 Notícia	Não	1 Notícia	2 Notícias	PS, BE, PCP, PSD
Dia 8 (8-11-2015)	Não	Sim	1 Notícia (duas páginas)	Não	Não	Não	PS, PCP
Dia 9 (9-11-2015)	Sim	Não	1 Notícia	Não	2 Notícias	2 Notícias	PS, BE, PCP, PSD
Dia 10 (10-11-2015)	Sim	Não	1 Notícia (duas páginas)	Não	Não	Não	PS, PSD
Dia 11 (11-11-2015)	Sim	Não	1 Notícia	Não	4 Notícias	Não	PS, PSD
Dia 12 (12-11-2015)	Não	Não	Não	Não	1 Notícia	1 Notícia	PS, PSD
Dia 13 (13-11-2015)	Sim	Não	1 Notícia	Não	Não	3 Notícias	PS, PSD
Dia 14 (14-11-2015)	Não	Não	Não	1 Notícia	Não	Não	PS, PSD
Dia 15 (15-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Como se pode observar na Tabela 1, foi criada uma grelha onde se tem em conta os partidos com mais destaque. Contrariamente ao esperado, o PCP e o BE não têm a mesma visibilidade que o PS e o PSD. Durante a análise ao jornal (*JN*) rapidamente se percebeu isto. Através dos títulos publicados nas páginas interiores que faziam referência direta a “Costa e Passos”, aliados às fotos sobre os mesmos. Na visão de Carlos Jalali (2009:156 e 160), há um “padrão político” estabelecido “no sistema partidário português assente no PS e no PSD pelo facto de dominarem a governação desde a democratização”. Veja-se que a referência que acabei de fazer de Carlos Jalali data a um estudo realizado em 2005 onde analisa o “duopólio” político de PSD e PS; passaram 16 anos e o padrão ainda se mantém. O autor argumenta ainda (Jalali, 2009:161), que o CDS “foi uma presença constante nos governos constitucionais até 1983” (entre 1976 e 1983), “apoiando 1253 dias o PSD, durante 767 dias o PS e entre 2002 e 2005 a presença do CDS enfraqueceu”. Isto permite-nos realizar uma retrospectiva política desde 2005 até 2016. Portanto, entre 2002 e 2005 vigorou o Governo de Santana Lopes (PSD) que contava com o apoio de Paulo Portas (em 1979 aderiu ao PSD e em 1995 ao CDS). Findo o mandato do PSD, entre 2005 e 2009 é a vez de José Sócrates, do PS, chefiar o Governo de Portugal. Este não chega a cumprir dois mandatos e demite-se em 2011 devido a um chumbo do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento). Ficou à frente de um governo de gestão até que as novas eleições ditaram um novo Governo do PSD, que procurou coligação com o CDS conseguindo uma maioria parlamentar que não obteve nas urnas. O primeiro governo de Passos Coelho ficou marcado pela austeridade por causa da ajuda externa pedida ao FMI (Fundo Monetário Internacional), este desagrado reflectiu-se nas urnas em 2015. O PSD/CDS recandidatou-se mas apenas ganhou por uma maioria relativa, e o que se passou depois tem vindo a ser referido ao longo deste estudo.

Ainda no sentido de se constatar a visibilidade do PS e do PSD, Susana Salgado (2009:42,43) afirma que “os media acompanham sobretudo as iniciativas dos candidatos e dos partidos políticos com maiores possibilidades de ganhar a eleição, atribuindo-lhes mais espaço e tempo, logo mais visibilidade e saliência”. Portanto, quando o *JN* fazia referência ao PCP ou ao BE, as fotos eram menores, acompanhadas de pequenos títulos e textos curtos; normalmente eram peças de “um quarto de página” com fotos mais pequenas do que as dos líderes do PS ou do PSD.

6.2- Análise das Fontes

“A fonte é o sangue do jornalista”, sublinha Vasco Ribeiro (2008, por referência a Mencher). Uma boa fonte fornece novidades, explica acontecimentos e opina sobre determinadas matérias. Portanto, pode-se dizer que imortância das fontes para o jornalismo é grande. Neste estudo de caso analisaram-se e contabilizaram-se as fontes de forma a perceber quem tinha voz acerca da queda do governo de Passos Coelho.

Tal como já foi mencionado na Metodologia no que respeita às fontes serão contabilizadas as fontes oficiais, as fontes especialistas, as fontes documentais, as fontes anónimas e outros média quando forem referidos meios de comunicação. A tabela 2, em Anexo, revela quais as fontes usadas pelo *JN*.

Numa visão geral, os resultados encontrados na análise das fontes do *JN* destacam-se pelos seguintes factores: as fontes oficiais a que o *JN* recorreu, maioritariamente, foram partidos; as fontes especialistas mais procuradas para explicar o assunto foram constitucionalistas; não houve recurso aos documentos da Lei Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos, contrariamente ao esperado; as fontes anónimas (supõe-se fontes anónimas quando não são identificadas) eram maioritariamente do PS; o recurso a outros média não foi recorrente.

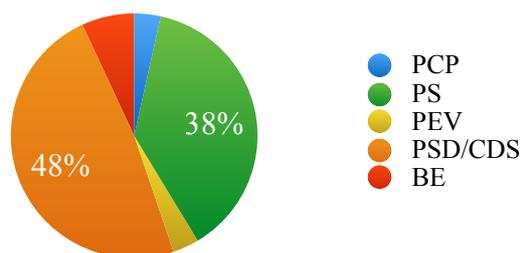
6.2.1- Fontes oficiais

As fontes oficiais que mais se destacaram foram António Costa, Pedro Passos Coelho, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa. Os líderes dos partidos foram os mais usados, porém os que mais se destacam são os dois primeiros. Esperava-se que Cavaco Silva fosse uma fonte a que os jornalistas recorressem em grande escala, porém não se verificou. Foram registadas notícias que abordavam as hipóteses do Presidente da República, mas com recurso a fontes especializadas ou fontes documentais.

Num total contabilizaram-se 29 fontes oficiais no JN. Estão ordenadas da seguinte forma na Tabela 2, em anexo: Cavaco Silva, seguem-se os políticos do PSD/CDS, nomeadamente Passos Coelho, Paulo Portas, Maria Luis Albuquerque (ex-ministra das Finanças), Luís Montenegro (Líder Parlamentar do PSD), Nuno Melo (euro-deputado e político do CDS), Paula Teixeira Cruz (ex-ministra da Justiça), Luis Marques Guedes (ex-ministro da Presidência, político do PSD), Marco António Costa (vice-presidente do PSD), Diogo Feio (vice-presidente do CDS-PP), Nuno Magalhães (líder parlamentar do CDS), Francisco Pinto Balsemão (fundador do PSD), Marques Mendes, Paulo Mota Pinto (PSD) e Carlos Costa Neves. Segue-se o PS, o Primeiro- Ministro António Costa, João Cravinho, Ana Catarina Mendes, Carlos César (Líder Parlamentar do PS), Francisco de Asis (não tem cargo no PS, mas tem ligação ao partido, neste momento é eurodeputado), Manuel Pizarro, Vera Jardim (comissão política do PS), José Junqueiro, Manuel Alegre, Ferro Rodrigues e Eurico Brilhante Dias. Relativamente ao BE, identificam-se a cabeça de lista Catarina Martins, Pedro Filipe Soares (líder da bancada parlamentar do BE). No PCP apenas foi mencionado Jerónimo de Sousa, tal como no PEV José Luis Ferreira. Para além destes, verificaram-se ainda os representantes das confederações, são eles: António Saraiva (Presidente da Confederação Empresarial de Portugal), João Lopes Vieira (Comércio e Serviços de Portugal), João Machado (Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal), Francisco Calheiros (Presidente da Confederação do Turismo Português).

Devido ao facto de serem 33 nomes de fontes oficiais, dos quais 29 são políticos e os restantes “personalidades”, de forma a simplificar a interpretação, optou-se por realizar o gráfico por partidos, ou seja, contabilizaram-se os políticos associados a cada partido.

Gráfico 2- Fontes oficiais, JN



o

Assim, tal como se pode verificar no gráfico 1, as fontes mais procuradas são do PSD/CDS com 48%, seguindo-se o PS com 38%, o BE com 7%, e PCP e PEV com 3%.

A maioria das fontes a que os jornalistas recorreram são do PSD/CDS e do PS, este resultado corrobora a análise efetuada na Tabela 1, relativamente aos partidos que mais se destacam nas fotos e nos títulos.

6.2.2- Fontes especialistas

As fontes com conhecimentos concretos em determinadas matérias ajudam o jornalista na redação de uma notícia informativa e explicativa para que o leitor perceba o que se passa na sociedade. A importância das fontes especialistas no derrube do Governo, devido a uma moção de rejeição do Orçamento de Estado pela coligação da esquerda apoiada pelo PS, concretiza-se na explicação fundamentada por leis ou artigos deste acontecimento. A integração do leitor no acontecimento político é mais rápida e faz com que crie perspetivas sobre o que poderá acontecer. Os constitucionalistas Pedro Bacelar Vasconcelos (secretário Nacional do PS) e Tiago Duarte foram, citados cinco vezes nos dias 6, 9 e 12 de novembro. No dia 9 de novembro os dois constitucionalistas defenderam que o Governo de Passos Coelho só entrava efectivamente em funções após a aprovação do orçamento de estado, até lá era um “governo de gestão”. Assim que Passos Coelho se viu forçado a abandonar o lugar de Primeiro-Ministro, no dia 10, Pedro Bacelar Vasconcelos admitiu, ao *JN*, que Cavaco Silva não deveria adiar as reuniões com os partidos e acabar com sugestão de diálogo entre PS e PSD. Contudo, cabe salientar que Pedro Bacelar Vasconcelos é secretário Nacional do PS e foi eleito deputado do PS pelo Porto. Obviamente que tinha interesse em ser uma fonte para argumentar as vantagens do “governo alternativo” liderado por António Costa. É então pertinente perguntar: porque é que o *JN* não procurou um constitucionalista sem ligação partidária e que fosse isento nas suas declarações?!

Relativamente ao politólogo António Costa Pinto, mencionado duas vezes, nos dias 9 e 11, apresentou as hipóteses de Cavaco Silva: “empossar António Costa (...) resolver deixar o legado ao

seu sucessor mantendo o Governo em gestão, ou ir atrasando o processo de decisão”. As suas declarações foram isentas, revelando apenas os cenários possíveis com uma visão crítica e futurista.

No período de análise apenas se verificou uma vez (dia 11), o recurso a declarações do professor catedrático da Universidade do Minho José Mendes. Importa referir que este académico se tornou Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente com a indigitação de António Costa, daí que o discurso dele ao *JN* se tivesse centrado na maioria parlamentar que se formou, e ser a única hipótese de formar um governo estável e credível. Salientou ainda que esperava que a direita não votasse “sistematicamente contra as medidas da Esquerda”. Convém referir que na análise de fontes do *JN* realizou-se a divisão entre “professores catedráticos” e “politólogos”, (como se considera na metodologia deste estudo de caso), pelo facto de José Mendes não ter qualquer ligação aos estudos das “ciências políticas”. Isto porque na análise das fontes especialistas do Público os “professores catedráticos” são “politólogos”, ligados ao ensino e investigação de “ciências políticas”.

Perante esta análise rapidamente se verifica a tendência do *JN* para consultar elementos pertencentes ao PS, exceptuando o politólogo e Tiago Duarte que não tem qualquer ligação política assumida. Para encontrar um equilíbrio e ser “pluralista” poderia ter consultado elementos do PSD, caso o tivesse feito mostraria-se um jornal que contrapõe as suas fontes e isento.

6.2.3- Fontes documentais

As fontes documentais que aqui se analisaram representam leis que têm como principal objectivo o bom funcionamento dos partidos políticos. Qualquer ato partidário ou político tem de ser coerente com a Lei dos Partidos Políticos, Lei Eleitoral e com a Constituição da República. Estes três documentos eram admitidos como indicadores pelo facto de mencionarem artigos acerca da coligação de partidos antes e após as eleições.

Ao contrário do expectável não houve qualquer recurso à Lei Eleitoral e à Lei dos Partidos, dos quais já se revelou a importância no sub capítulo 5.2. Já no que toca à Constituição, foi mencionada três vezes nos dias 6 e 12 de novembro, antes e após a queda do Governo. Os artigos usados foram o 186º, 167º e 172º, servindo para contextualizar, respetivamente, que após a demissão do Governo e até a exoneração do Presidente da República o governo se encontra em “gestão dos negócios políticos”; as “propostas de lei” do governo demitido caducam; por fim, o artigo 172º foi citado face às hipóteses de Cavaco Silva, que refere que “Assembleia da República não pode ser dissolvida no último semestre do mandato de Presidente da República”. Com o objetivo de expor, de forma clara, o assunto aos leitores as declarações de uma fonte oficial incluíram uma fonte documental. Portanto, os esclarecimentos fornecidos pelo constitucionalista Tiago Duarte foram baseados e fundamentados nos artigos 167º e 172º. Antes da queda do governo, no dia 6, o constitucionalista explica que, segundo o artigo 167º, após uma moção de rejeição ao programa do governo do PSD/CDS as propostas de lei do mesmo caducam. Na notícia de dia 12 Tiago Duarte apresenta as possibilidades de Cavaco Silva, o artigo 172º prevê a possibilidade de um governo de gestão até que a Assembleia da República possa ser dissolvida.

Durante a análise das notícias do *JN* encontrou-se o recurso aos documentos dos três acordos, são eles entre PS e BE, PS e PCP, e PS e PEV apesar de se poder ler em algumas notícias que “os acordos foram assinados às escondidas” e “com acesso vedado à imprensa”. Envoltos em tanto segredo estes acordos acabaram por se tornar públicos e alvo de um a pequena análise, em que foram mencionados 6 vezes, no dia 11, tal como se pode verificar na tabela 2 que consta em anexo. Nesta análise António Costa assume que poderão vir a ser realizadas “reuniões bilaterais” para decidirem um conjunto de questões como legislação, impacto orçamental ou censura ao Governo. Desde o início que o grande objetivo da esquerda era “abater” a governação da direita, logo seria esperado que os acordos fizessem referência à rejeição de “qualquer solução que proponha um Governo PSD/CDS” e impedir que estes partidos derrotem “a solução governativa alternativa”.

O *JN* cita ainda o comunicado emitido pela Comissão Política do PS, no dia 11, que também foi integrado nas fontes documentais e citado uma vez, onde se aborda o facto de o “governo alternativo” não aprovar “moções de censura da iniciativa do PSD/CDS”.

6.2.4- Fontes anónimas

As fontes anónimas assumem um papel fundamental no que toca à divulgação de informação importante sem que sejam diretamente relacionadas com o que disseram.

No dia 2 de novembro, o *JN* ainda não fazia nenhuma referência acerca das perspetivas da coligação PSD/CDS face aos dias que se avizinhavam, contrariamente, o *Público* já no dia 2 através de fontes anónimas revelou que as previsões da coligação PSD/CDS eram de queda do Governo. Porém, voltemos à análise das fontes anónimas do dia 2. O *JN* cita uma “fonte do BE”, e uma “fonte presente nas negociações” (entre PS e BE), para indicar possíveis soluções acordadas entre ambos, nomeadamente os benefícios sociais (tarifa social da luz, salário mínimo nacional, pensões). No dia 4, as citações das duas fontes anónimas não revelam informações de grande importância, ou seja, que pudessem antever a queda do Governo, que refletissem o estado do vice e do Primeiro-Ministro face às negociações diárias do PS com a facção radical esquerda. Note-se que estas fontes anónimas pertencem ao PS onde apenas referem que não se enquadram nos acordos com a esquerda. Apenas no dia 7 o *JN* “apurou” junto de uma fonte do PSD/CDS, que Passos Coelho já se preparava para abandonar o cargo de Primeiro-Ministro e “vir a liderar a oposição”. Veja-se que, comparativamente ao *Público*, o *JN* demorou mais tempo a revelar esta informação, pois só no dia 5 fez uma breve alusão aos poderes do governo caso ficasse em gestão. No dia 8 de novembro, contabilizam-se mais duas fontes anónimas do PS (que se supõe ser as mesmas do dia 4, por causa do conteúdo da informação). As fontes indicam que na reunião de dia 7 do líder do PS com a Comissão Nacional do partido a proposta de programa estava explicada em 138 páginas, e foi aprovada com 163 votos a favor, uma das fontes disse: “cheirava a poder”, e, ainda a outra: “muitas das vozes contestatárias abandonaram a reunião mais cedo”. O último dia em que se contabilizou outra fonte anónima do PS, foi no dia 10, onde garante uma moção de rejeição “autónoma” por parte do PS ao PSD/CDS.

6.2.5- Os média como Fontes

O *JN* procurou informações em outros média nos dias 1, 2, 4, 7, 8 e 13. Respetivamente os meios foram o Expresso, o Diário de Notícias, a Rádio Renascença, a SIC, a agência LUSA, por fim a Antena 1. O uso destas fontes consistiu em retirar explicações de entrevistas ou apenas declarações de políticos que tinham aceitado falar sobre os acordos do PS com a esquerda. A título de exemplo uma entrevista ao *DN* de Catarina Martins, ou uma entrevista à SIC de António Costa, que falavam sobre a queda do Governo de Passos Coelho.

7. A cobertura da “queda do Governo” de Passos Coelho pelo Público

7.1. As notícias no Público

Depois dos resultados obtidos da análise ao *JN*, cabe agora apresentar os do jornal *Público*, em igual período (1 a 15 de novembro de 2015), e seguidamente avaliar as diferenças. Tal como se pode constatar na Tabela 3 em anexo, o *Público* veiculou 41 notícias acerca da queda do segundo Governo de Passos Coelho. Aliás, não seria um erro, se dissesse que ao longo destes 15 dias o tema principal do diário foi este. Isto porque, para além do espaço dedicado ao tema, o *Público* realizou seis entrevistas (Luis Marques Guedes, Pedro Nuno Santos, Mariana Mortágua, Luís Montenegro, Álvaro Beleza e João Salgueiro) e três reportagens, contrariamente ao *JN* que apenas realizou duas entrevistas (Francisco de Asis e a José Luís Carneiro) não realizando qualquer reportagem (faz-se referência ao número de reportagens e entrevistas de cada jornal por mera contextualização, visto que não são alvo de análise). Para além disto, na análise efetuada à queda do governo foi tema de “Destaque” em 10 dos 15 dias examinados (no dia 3, e diariamente entre os dias 6 e 14, inclusive), contabilizaram-se 17 notícias de “página inteira” e como complemento destas, 7 de “meia página” e 10 de “um quarto de página”, (as notícias de complemento à peça principal também se verificaram no *JN*). Tal como aconteceu no *JN* verificaram-se notícias que não sendo “Destaque”, ocupavam páginas inteiras nomeadamente nos dias 4 e 5. Segundo o livro de estilo do *Público* o “Destaque”, serve para “despertar o interesse pela matéria”, logo, surge nas primeiras páginas.

Como se pode verificar na tabela 3, o *Público* nos dias 1 e 15 não noticiou nada acerca da queda do governo de Passos Coelho. Portanto, se em 13 dos 15 dias de análise se verificaram notícias que abordavam esta temática é pertinente a importância que este assunto político teve. Destaca-se também o facto de o *Público* ter dado mais visibilidade e ter explicado com profundidade o tema face ao *JN*. Exemplo disto, é que no dia 2 de novembro o *Público* refere que a expectativa do PSD/CDS era de um chumbo ao Programa do Governo, e que António Costa fosse nomeado Primeiro-Ministro por Cavaco Silva. Após os acordos com a esquerda o *Público* “apurou junto de fontes da coligação (PSD/CDS)” (não nomeia as fontes especificamente), que caso o

Governo destes caísse estavam prontos para defenderem Portugal na oposição, em bancadas parlamentares distintas, e apresentarem projectos em comum, ou caso fosse mais vantajoso para os partidos, separadamente. Note-se que já estavam iminentes os acordos entre a esquerda, mas ainda não havia nada assinado, apenas Catarina Martins tinha mencionado que já havia “acordo”, tal como a 12 de outubro afirmou convictamente: “o governo de Passos Coelho e Paulo Portas acabou hoje”, e mesmo assim o diário antecipou a queda do Governo.

Ao longo dos 15 dias de análise o Público preocupou-se em mostrar o rumo que a política nacional iria tomar. A posição da coligação PSD/CDS era sempre revelada como já estando preparada para a moção de rejeição e posterior queda do governo, e assim António Costa seria Primeiro-Ministro tal como desejava. Exemplo desta situação, é uma notícia do dia 7 de novembro onde se pode observar uma interpretação e um aprofundamento deste tema pelo jornal. Portanto, nessa notícia pode-se ler que a coligação PSD/CDS não aceitava o derrube do Governo, porque “ganhou as eleições”, porém já davam como certa a moção de rejeição, os acordos entre a esquerda e a hipótese de estar na oposição.

Através das várias notícias que este diário divulgou ao longo do período de análise, considera-se que preparou o leitor através de uma visão construtiva e realista para a queda do governo e consequentemente para um governo “alternativo”.

Tabela 3- Recolha de dados e categorias de análise do Público

Data	Manchete	Chamada à capa	Destaque	Página inteira	Meia Página	Um quarto de página	Partido mais destacado
Dia 1 (1-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Dia 2 (2-11-2015)	Não	Não	Não	Não	2 notícias	1 notícia	PS, PSD, BE
Dia 3 (2-11-2015)	Sim	Não	Sim (1 notícia, uma pagina)	Não	Não	1 Notícia	PS, PSD
Dia 4 (4-11-2015)	Sim	Não	Não	Sim (1 notícia 1 página)	1 Notícia	Não	PSD, PS
Dia 5 (5-11-2015)	Sim	Não	Não	2 notícias (duas páginas)	Não	Não	PS, PSD
Dia 6 (6-11-2015)	Sim	Não	Sim (2 notícias, duas páginas)	Não	Não	1 Notícia	PS, PSD, PCP

Data	Manchete	Chamada à capa	Destaque	Página inteira	Meia Página	Um quarto de página	Partido mais destacado
Dia 7 (7-11-2015)	Sim	Não	Sim (1 notícia, uma página)	Não	1 notícia	Não	PS, PSD, PCP
Dia 8 (8-11-2015)	Sim	Não	Sim (1 notícia, uma página)	Não	1 Notícia	Não	PS, PSD
Dia 9 (9-11-2015)	Sim	Não	Sim (1 notícia, uma página)	Não	Não	2 Notícias	PS, PSD, PCP
Dia 10 (10-11-2015)	Sim	Não	Sim (2 notícias, duas páginas)	Não	2 notícias	1 Notícias	PS, PSD, PCP, BE
Dia 11 (11-11-2015)	Sim	Não	Sim (3 notícias (quatro páginas)	Não	Não	2 Notícias	PS, PSD, PCP, BE
Dia 12 (12-11-2015)	Sim	Não	Sim (2 notícias duas páginas)	Não	2 Notícias	1 Notícia	PS, PSD, PCP
Dia 13 (13-11-2015)	Não	Sim	Sim 2 notícias (duas páginas)	Não	1 Notícia	1 Notícia	PSD, PS
Dia 14 (14-11-2015)	Não	Sim	Sim 2 notícias (duas páginas)	Não	Não	1 Notícia	PSD, PS
Dia 15 (15-11-2015)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

No que diz respeito à importância e ao aprofundamento do tema cabe ainda fazer outra comparação dos jornais acerca dos conteúdos de dia 14 de novembro. Como já foi mencionado no dia 13 de novembro terroristas atacaram Paris provocando dezenas de mortos, sendo um acontecimento catastrófico dentro da U.E. era expectável que as atenções dos jornais se centrassem nele. No caso do *JN* já se verificou que a manchete foi dedicada ao atentado, não houve uma chamada à capa, porém realizou uma notícia de uma página sobre a queda do Governo de Passos Coelho. O *Público* dedicou de igual forma a sua capa a Paris, mas com uma chamada à capa e a queda do Governo foi “Destaque” com duas notícias.

No que toca às manchetes foram contabilizadas 10, mas não dizem diretamente respeito aos 10 “Destaques” já mencionados, pois nem sempre o que é manchete é “Destaque”. Exemplificando, nos dias 4 e 5 de novembro as manchetes faziam referência ao Governo de Passos Coelho, mas não foram “Destaque”. Mais especificamente no dia 5, a manchete é a seguinte: “Governo aprova hoje medidas para manter austeridade em 2016”, aparentemente esta manchete não está relacionada com o tema, porém a notícia no interior do jornal aborda o possível chumbo do Orçamento de Estado e a iminência da “decisão do Presidente da República sobre a eventual nomeação de um novo governo”. Contrariamente nos dias 13 e 14 o tema não foi manchete mas já foi “Destaque”. Neste estudo não se analisa o tamanho dado a manchetes e chamadas na capa, no entanto considera-se que para o tema fazer parte destes é porque é importante.

7.2- Análise das Fontes

Os resultados das fontes encontradas no *Público* são distintas das do *JN*. A diversidade de fontes que o *Público* apresenta é importante para a interpretação dos artigos, torna evidente o rumo que a política vai levar, expõe aos leitores as propostas dos partidos e a posição dos políticos face ao acordo histórico da esquerda.

De uma forma geral destacam-se os seguintes factores: as fontes oficiais encontradas no *Público* são diversificadas: englobam políticos, o Presidente da República e personalidades de empresas; nas fontes especialistas os politólogos são professores catedráticos; tal como no *JN*, os documentos da Lei Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos não foram citados, em contrapartida foi realizada uma análise ao programa de governo do PSD/CDS e ao documento da comissão política do PCP; as fontes anónimas assumem um papel fundamental pelo facto de fornecerem informações em primeira mão; as fontes mediáticas são usadas para citar entrevistas, ou debates, ou até editoriais dos políticos intervenientes acerca do tema da queda do Governo.

7.2.1- Fontes oficiais

As fontes oficiais que mais se destacaram foram Passos Coelho (citado 29 vezes), António Costa (citado 19 vezes), Francisco de Asis (citado 15 vezes), Jerónimo de Sousa (citado 14 vezes) e Paulo Portas (citado 13 vezes). Contrariamente ao *JN*, Cavaco Silva foi citado quatro vezes nos dias 4 e 12 de novembro (dias antes da queda do governo onde se avizinhava a aliança de esquerda, que iria contrariar todo o “arco de governação” até à data, e dois dias após a queda do governo em que Portugal esperava por uma decisão do Presidente da República).

Num total identificaram-se 54 fontes oficiais, enquanto no *JN* foram apenas 29. Também aqui as fontes estão ordenadas sequencialmente por partidos, PSD/CDS, seguindo-se o PS, depois o BE, PCP e PEV. Serão ainda identificadas as personalidades de empresas que foram ouvidas por Cavaco Silva e, por fim, os candidatos, à data, a Presidente da República, que manifestaram a sua opinião sobre qual seria a sua decisão caso estivessem no lugar de Cavaco Silva. Sendo assim, as fontes oficiais são (apenas serão identificados os partidos das fontes que ainda não foram

mencionados nas fontes oficiais do JN no 6.2.1): Cavaco Silva (na altura Presidente da República), Passos Coelho, Paulo Portas, Maria Luís Albuquerque, Luís Montenegro, Nuno Melo, Paula Teixeira Cruz, Luís Marques Guedes, Carlos Abreu Amorim (PSD), Diogo Feio, Nuno Magalhães, Cecília Meireles (CDS), Pedro Pinto (PSD), Telmo Correia (CDS) e Carlos Costa Neves; do PS fazem parte António Costa, Álvaro Bezeza, João Cravinho, Ana Catarina Mendes, Carlos César, Francisco de Asis, Helena Roseta, Pedro Nuno Santos, João Galamba, Manuel Alegre, Jorge Lacão, Ferro Rodrigues e Rocha Andrade; do BE as fontes mencionadas foram Catarina Martins, Mariana Mortágua e Pedro Filipe Soares; no PCP não poderia faltar o cabeça de lista Jerónimo de Sousa e o deputado do mesmo João Oliveira; por fim os deputados do PEV José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia.

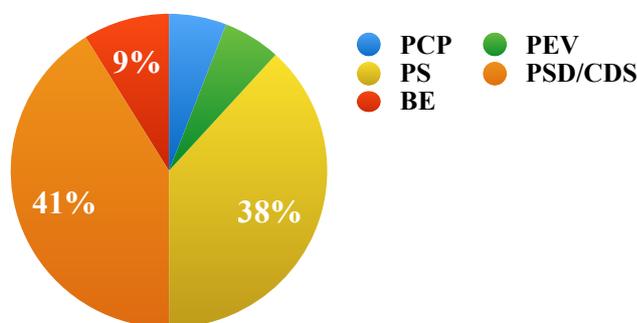
As personalidades das empresas que prestaram declarações ao *Público* e sugeriram qual o Governo a indigitar a Cavaco Silva foram: Henriques Gaspar (Presidente do Supremo Tribunal de Justiça), Luís Filipe Pereira (Presidente do Conselho Económico e Social), Peter Villax (Presidente da Associação de Empresas Familiares), Pedro Ferraz (Representante do Fórum para a Competitividade), João Machado (Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal), António Saraiva (Presidente da Confederação Empresarial de Portugal), Francisco Calheiros (Presidente da Confederação do Turismo Português), João Vieira Lopes (Comércio e Serviços de Portugal), Arménio Carlos (Secretário Geral da CGTP), João Proença (ex Secretário Geral da UGT) e Carlos Silva (Secretário Geral da UGT e sindicalista do PS); por fim, o *Público* citou Joseph Daul (Presidente do Partido Popular Europeu e político francês).

Interessa ainda identificar os candidatos, à data, a Presidente da República: Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República), Maria de Belém, Sampaio da Nóvoa, Edgar Silva, Henrique Neto e Paulo Morais.

Como se observa a diversidade de fontes é enorme, relativamente ao *JN* que se mostra muito mais restrito. Considera-se pertinente destacar que o *Público* nos dias 13 e 14 divulgou as opiniões das “personalidades” que tiveram audiência com Cavaco Silva. Como já foi referido, após a moção de rejeição da esquerda ao programa de governo do PSD/CDS, este caiu. A decisão de formar um novo governo estava nas mãos de Cavaco Silva. Para decidir em conformidade com a Constituição, o Presidente da República reuniu-se com os partidos que ganharam assento parlamentar e com as “personalidades”, já identificadas, com o objetivo de ouvir as suas opiniões. O *Público* para além de ter incluído esta temática em “Destaque”, revelou, inclusive, as opiniões das personalidades supra definidas. Veja-se, no dia 13 pode-se ler no diário: “(...) três das quatro organizações representativas do patronato dispararam de forma particularmente assertiva contra a possibilidade de um Governo do PS apoiado pelos partidos à sua esquerda” (Lourenço, 2015). O corpo da peça dá a conhecer as três opiniões contra e a única a favor do Governo “alternativo”. O *Público* aprofundou o tema e procurou explicações, garantindo (sem revelar a fonte), que já após as legislativas António Costa se tinha reunido com os representantes das organizações. Para além disto, a mesma fonte garantiu ao jornal que da parte do PS havia disponibilidade para se reunir novamente com os “patrões” e dissipar dúvidas e receios dos mesmos. Através desta informação o que se pode deduzir é que se António Costa já se tinha reunido com os “patrões” após as legislativas, e já andaria a

preparar o terreno sobre a possibilidade de um acordo à esquerda averiguando as opiniões de pessoas influentes. Ainda na mesma notícia o *Público* refere que “a verdade é que algo falhara na comunicação entre o PS e as confederações”. No dia seguinte (14 de novembro) o *Público* volta a dar “Destaque” ao tema em mais de uma página. Aqui, faz um balanço das reuniões, voltando a frisar a posição dos “patrões” que estiveram na reunião com o Presidente da República (na maioria desfavoráveis a um governo de PS apoiado pela esquerda). Já o *JN* no que diz respeito a esta matéria, realizou uma notícia curta, no dia 13, fazendo um ponto da situação onde cita as opiniões dos representantes empresarias, tal como no dia 14 que dedica ao mesmo tema uma notícia com tamanho de uma Breve. Quero com este exemplo vincar as diferenças entre o *JN* e o *Público* a nível de aprofundamento do tema, da explicação e da diversidade de fontes.

Gráfico 3- Fontes oficiais, Público



Relativamente ao gráfico das fontes oficiais, optou-se por realizar apenas um gráfico com os nomes dos partidos onde se incluem os respectivos políticos, tal como o Gráfico 2 das fontes oficiais do *JN*, já que as restantes fontes mencionadas só foram citadas uma ou duas vezes.

Tal como no *JN*, nota-se um maior recurso a fontes do PSD/CDS, o que comprova que são os partidos com mais visibilidade e destaque, tal como se pode verificar na tabela 3. Os partidos do “arco da governação” são os mais destacados, mesmo quando uma maioria parlamentar depende dos partidos de esquerda, o BE e o PCP.

7.2.2- Fontes especialistas

O *Público* no dia 12 de novembro recorreu a dois constitucionalistas com ligações ao PS, são eles Pedro Delgado Alves e Pedro Bacelar Vasconcelos. Ambos defenderam acerrimamente a indigitação de António Costa. Neste caso, pode-se dizer que o *Público* não foi isento pelo facto de divulgar a opinião de dois constitucionalistas ligados ao PS.

Passados dois dias o *Público* procurou mais dois constitucionalistas Jorge Miranda e Jorge Reis Novais. Sem ligações partidárias, e professores catedráticos, (foram contabilizados como constitucionalistas) explicam a impossibilidade da “revisão constitucional” pedida por Passos Coelho. Aproveitando ainda toda a agitação política que se faz sentir quatro dias após a queda do

executivo de Passos Coelho, antecipam que a única solução plausível é Cavaco Silva indigitar António Costa, caso contrário provocaria “uma situação caótica no país”.

Os professores catedráticos foram outra fonte que o *Público* citou no dia 8. Cabe referir que nas hipóteses foram admitidos politólogos e professores catedráticos pelo facto de, eventualmente, serem citados professores catedráticos que não fossem da área de política, porém no caso do *Público*, os três professores citados são politólogos visto que todos são da área política. Assim, os professores mencionados foram Azevedo Alves, professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, Ana Rita Ferreira, professora de ciência política da UBI e José Manuel Leite Viegas, professor do ISCTE-IUL e investigador de tolerância política. Na notícia onde estes académicos são mencionados o *Público* articula a política nacional com a política local, ou seja, reflete sobre as réplicas que a instabilidade governativa tem em algumas autarquias. Um dos professores confirma a possibilidade desta crispação a nível local como consequência da política nacional, defendendo que quando a indigitação do Primeiro-Ministro ficasse definitivamente resolvida também a instabilidade local acalmaria. Enquanto o professor do ISCTE apresentava algumas dúvidas.

7.2.3- Fontes documentais

Tal como se verifica no *JN*, e contrariamente ao expectável, nas notícias analisadas do *Público* não houve recurso à Lei Eleitoral e à Lei dos Partidos. A Constituição da República Portuguesa foi citada apenas uma vez no dia 6. Aqui não é definido o artigo da Constituição, é apenas referida em situação de contexto, ou melhor, para fazer um ponto de situação: “À luz da Constituição, as propostas de lei caducam com a eventual queda do Governo” (mais concretamente refere-se ao artigo 167º). O *Público* faz uma previsão de queda do Governo, alertando para o facto de um Governo de gestão ter os poderes limitados a nível legislativo (tal como já foi explicado na contextualização deste tema no sub-capítulo 5.3 “Do poder à queda”).

Relativamente ao comunicado da Comissão Política do PCP, (no *JN* o comunicado foi da Comissão Política do PS), foi mencionado no dia 7 três vezes. Este comunicado intitulado “Posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política”, foi divulgado pelo partido comunista no dia 6 onde afirmava estarem “reunidas as condições para pôr fim ao Governo PSD/CDS, assegurar um Governo de iniciativa do PS”. É através deste documento que os comunistas garantem a formação de um Governo de PS, bem como a sua entrada em funções representando “uma solução duradoura”. Note-se que mais uma vez o *Público* procura explicar o conteúdo do comunicado através de uma retrospectiva, complementando ainda com uma breve referência ao comunicado do BE de apoio ao PS.

Também no dia 7, o *Público* faz referência ao Programa do Governo do PSD/CDS, citando-o 9 vezes. Este documento foi incluído nas fontes documentais, contém propostas que o PS fez ao PSD/CDS que já tinham sido faladas nas negociações entre ambos. Ou seja, apesar dos acordos entre a esquerda já estarem praticamente fechados, o PSD/CDS ainda mantinha esperança, mesmo que remota, de que o PS o apoiasse na governação. O *Público* salienta que este documento é “uma

derradeira tentativa” para “abrir a porta a convergências” ao PS, que nunca chegaram a acontecer. Para além disto, o jornal explica ainda propostas relacionadas com as condições laborais, com o IRS, salário mínimo nacional, pensões saúde e educação.

Para além destes, destacam-se ainda no dia 11, os documentos assinados entre PS, BE, PCP e PEV em que o *Público* menciona quais são os principais pontos acordados. Os acordos são “quase iguais” entre o PS e os três partidos, sendo que relativamente ao PCP ficam alguns pontos sem acordo. Numa breve análise ao documento assinado pelo PCP e pelo PS pode-se ler que apesar das divergências de cada partido “PS e PCP identificam aspectos em que é possível convergir, independentemente do alcance programático diverso de cada partido, com vista a soluções de política inadiáveis”. Esquecem-se as divergências a encontram-se aspectos comuns para reagir “contra as políticas de empobrecimento do PSD/CDS”.

O que ficou bem definido para todos os partidos nos documentos assinados da “solução alternativa” foram as “reuniões bilaterais” que sejam “consideradas necessárias” e “cuja complexidade o exija”. Os motivos são: “legislação com impacto orçamental, moções de censura ao Governo, iniciativas legislativas de outros grupos parlamentares e outras iniciativas que sejam fundamentais à governação e ao funcionamento da Assembleia”.

Esta notícia que aborda os acordos assinados entre a esquerda dá a conhecer ao leitor parte das medidas de “convergência” dos partidos. Neste sentido, este é mais um exemplo que vai de acordo com uma das hipóteses consideradas neste estudo: o *Público* faz uma cobertura da queda do Governo mais interpretativa e extensa do que se verificou no *JN*.

7.2.4- Fontes anónimas

As fontes anónimas no *Público* assumem um papel essencial devido às informações que forneceram sobre os políticos e especificamente acerca de actos, decisões, opiniões que eles tentam esconder ou omitir. Ao longo do período analisado foram citadas 15 vezes fontes anónimas entre os dias 2 e 6, e nos dias 10 e 12.

Deste modo, é pertinente analisar as informações suscitadas por cada uma das fontes em cada um dos dias. No dia 2, fontes da coligação PSD/CDS avançaram que caso a moção de rejeição avançasse por parte do “governo alternativo” a coligação acabaria por se desfazer (o que aconteceu). Mesmo na oposição o objetivo era apresentarem projectos comuns, ou caso fosse mais vantajoso para os dois partidos defender propostas separadamente. Neste momento Passos Coelho encontra-se na oposição como líder do PSD, enquanto Paulo Portas se demitiu no final do ano passado de líder do CDS.

A fonte informativa do dia 3, pertencente à fatia do PS que discordava dos acordos à esquerda, mostrou-se indignada com a atitude do líder socialista e alertou para o risco da “pasokização e syrização” do partido. A mesma fonte avisou ainda que: “numa próxima disputa da liderança do PS” é preciso evitar “pôr as fichas todas em António Costa”.

Diariamente o *Público* recebia novas informações das suas fontes. A agitação que se sentia no seio da coligação PSD/CDS face às negociações do PS com o BE, o PCP e os “Verdes” foi

confirmada por uma fonte anónima. Assim, no dia 4, “segundo informações recolhidas pelo Público”, a fonte avançou que Passos Coelho tinha a consciência de que o seu Governo dificilmente passaria na “investidura parlamentar”, daí estar disponível para um Governo de gestão e para negociar com o PS.

No dia 5 de novembro, registaram-se, mais uma vez, fontes do PS contra os acordos com a esquerda, nomeadamente um ex-dirigente do partido e uma “fonte da ‘corrente alternativa’”. Estas expressam mais uma vez o seu desagrado pelas negociações de António Costa com o PCP e o BE. Uma delas afirma que: o PS “pode cair num precipício”; a outra que: “ser Governo com o apoio do PCP e do BE é uma aventura (...)”

Como já foi referido, antes do dia 10 de novembro a esquerda preparava-se para derrubar a direita, e por sua vez a direita já planeava como seriam as suas funções num Governo de gestão após o derrube “oficial”. Num Governo de gestão os poderes são limitados, porém numa das notícias do dia 6, pode-se ler que o PSD/CDS defendia que: mesmo assim era essencial “tomar as medidas necessárias para que Portugal (...) não entrasse em incumprimento e desequilíbrio”, já a oposição argumentava precisamente o contrário: “as medidas tomadas pelo Governo já não tinham ‘paternidade’”. Neste impasse em que cada partido defende a sua posição “o *Público* apurou” (não menciona a fonte), que Ferro Rodrigues poderia vir a “pedir um parecer aos serviços do Parlamento para esclarecer dúvidas”, caso fosse necessário. O Presidente da Assembleia da República, como se sabe, com ligações ao PS, com certeza que também queria tentar limitar os poderes do PSD/CDS e daí fazer o pedido do parecer. Ainda no dia 6, o *Público* conseguiu “apurar” informações acerca do apoio da Comissão Política e do Comité Central do PCP ao acordo com o PS. Isto significa que há uma envolvimento de todo o partido na decisão de formar Governo com o PS e se revela como sendo uma decisão “unificadora”. A aprovação do Comité para coligação com o PS foi efetuada no dia 6 (só no dia 8 foi confirmada). No entanto, segundo “a informação obtida pelo Público”: o PCP delimitou medidas concretas com o PS, “ou seja, não significa um sim genérico a todo o programa” do PS existem medidas que poderão ser analisadas e ponderadas posteriormente entre os partidos.

No dia 10 o Governo caiu, o PS assinou os acordos com o BE e o PCP e o “*Público* soube” que António Costa preferia “que comunistas e bloquistas” não tomassem “assento no Conselho de Ministros”. A mesma fonte garantia que o PS teria maior “liberdade de acção” e pelo facto da imagem de Portugal ficar mais “preservada com o Governo a ser integrado apenas pelo PS”. Considera-se esta informação pertinente, pois apesar das convergências encontradas da esquerda com o PS, António Costa não queria ninguém destes partidos no Conselho de Ministros. O que se confirmou na composição do Conselho de Ministros escolhidos pelo novo governante.

Por fim, as últimas fontes anónimas que se contabilizaram foi no dia 12. Uma das fontes é do PCP que diz não existir ainda qualquer acordo sobre o salário mínimo; mais uma vez é citada uma fonte socialista que faz referência às “garantias adicionais” que estão acertadas nas “posições conjuntas” do PS, PCP, BE que Cavaco Silva poderia a vir exigir.

Apesar de não serem revelados os nomes das fontes verifica-se que são diversificadas. O facto de pertencerem ao PS e à coligação PSD/CDS faz com que as informações fornecidas sejam fidedignas e se conheça um pouco mais do que se passa no interior dos partidos. As informações

dadas sob o anonimato tornam a matéria de uma notícia mais interessante, aliando o facto de o jornal poder ter o privilégio de apresentar determinados dados.

7.2.5- Os média como Fontes

Tal como aconteceu no *JN*, o *Público* usou outros média como fontes. No dia 2 os meios mencionados foram o *Expresso* e o *Diário de Notícias*. O primeiro foi usado para obter declarações de João Proença acerca da corrente do PS contra os acordos à esquerda, o segundo cita duas entrevistas de Catarina Martins e de Marco António Costa.

No dia 6 os media usados foram a TVI, o *Jornal de Negócios* e o *Avante*. Em entrevista à TVI a ex-ministra das finanças, Maria Luís Albuquerque admitiu que o PSD/CDS estava aberto “a alterações de proposta” [por parte do PS] relativamente às medidas de consolidação orçamental. Nesta altura a comitiva do Governo PSD/CDS ainda mantinha a expectativa de que o PS acabasse com as negociações à esquerda e enveredasse por um caminho à direita. No que toca ao *Jornal de Negócios*, foi citado pelo facto de referir que as pensões até 628 euros seriam revistas e poderiam ter um ligeiro aumento, isto porque era uma das medidas de negociação entre o PS e o PCP. Por último, no dia 7 de novembro foi mencionado um editorial do *Avante* (*Jornal do PCP*), onde confirmava a estarem estabelecidas as condições para um Governo com a iniciativa do PS.

Conclusões

Após a realização das análises previstas, e como tal atingido o objetivo inicial, cabe agora indicar as conclusões deste trabalho.

Em primeiro lugar, considero pertinente fazer uma avaliação geral do estágio de cinco meses no *Jornal de Notícias*. As expectativas iniciais não corresponderam ao que realmente se foi sucedendo na redação do diário, as horas mortas sem trabalho foram frustrantes e deixaram-me desiludida. Porém, quando assim é, o melhor é olhar as coisas por uma outra perspectiva. Caso o *JN* não me tivesse oferecido a hipótese do estágio não teria conhecido as rotinas diárias de uma redação, e de estar em contacto com jornalistas profissionais com largos conhecimentos. Para além disto, o contacto com as fontes ajudou a que ganhasse prática no terreno, ou seja, a fazer mais e variadas perguntas, a avaliar situações e contextos, a “correr” atrás da informação quando a que tinha não era suficiente. As horas mortas na redação serviram para observar o trabalho dos jornalistas, como: a troca de opiniões entre eles, o contacto telefónico com as fontes, o escrever e rescrever de uma notícia (engana-se quem pensa que um jornalista profissional escreve rapidamente um texto sem o alterar, aliás foi uma das coisas que aprendi. Até porque uma jornalista disse: “escrever é uma arte, é preciso estar sempre a aperfeiçoar os textos”). Deste modo, considero que o estágio no *JN* contribuiu para um crescimento curricular e pessoal, e para perceber o que realmente é o jornalismo.

Ainda durante o estágio ficou decidido que o tema do estudo de caso seria a queda do segundo Governo de Pedro Passos Coelho. Os momentos altos de toda a situação política atípica foram vivenciados dentro da redação. A dúvida estava instalada sobre quem seria indigitado por Aníbal Cavaco Silva. Os jornalistas corriam atrás de informações que poderiam ser úteis e aceitáveis para todo o contexto político. Foram dias intensos na política que os média acompanharam com grande atenção.

Tal como já foi mencionado, um dos objetivos consistia em descobrir como foi feita a cobertura da queda do Governo de Passos Coelho pelo *JN* e pelo *Público*. Para tal, tendo como base a análise de conteúdo, metodologia para interpretar o conteúdo das notícias, criaram-se grelhas de análise com os parâmetros que se pretendiam observar. Após a realização da análise de conteúdo foi possível verificar que apenas uma das três hipóteses, consideradas inicialmente, se confirmou.

A primeira hipótese, a única que se confirmou, fazia referência ao tipo de cobertura do *JN* e do *Público*, em que o primeiro tinha realizado uma cobertura menos extensa e menos interpretativa, contrariamente ao segundo. O *JN* realizou menos notícias durante o período de análise, comparativamente ao Público, procurou explicar o tema mas sem o aprofundar. Já o *Público*, realizou um maior número de notícias, o tema principal, durante o período de análise foi a queda do Governo de Passos Coelho, aliás Vasco Ribeiro (2010:236) defende que o *Público* contém uma “predominância de temas políticos”. O facto de o *Público* ser um jornal de referência, segundo Estrela Serrano (2005:270) significa que há um “esforço interpretativo aliado ao pendor informativo e ao distanciamento crítico”.

A segunda hipótese de que ambos os jornais anteciparam a indigitação de António Costa com base na Constituição da República, na Lei Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos, não se confirma. A análise efetuada revela que nenhum dos jornais recorreu à Lei Eleitoral e à Lei dos Partidos Políticos, ambos recorreram à Constituição da República para aferir as hipóteses que o Presidente da República tinha após a queda do Governo. A previsão de quem seria o futuro Primeiro-Ministro foi realizada por fontes oficiais que antecipavam os possíveis cenários da política portuguesa.

A terceira e última hipótese, surpreendentemente, não se confirmou. Supunha-se que os partidos considerados mais pequenos, BE e PCP/PEV, tinham a mesma visibilidade mediática que os partidos do “arco da governação”, devido à importância que tiveram na queda do Governo de Passos Coelho. Porém, em ambos os jornais o padrão manteve-se. O PSD e o PS foram os partidos com mais destaque. Observa-se esta situação através dos títulos que indicam estes partidos, ou os seus líderes, nas capas e nas páginas interiores dos dois diários. Para além disto, também se analisaram as fontes das notícias e verificou-se que são maioritariamente de PSD/CDS e do PS.

A análise das fontes foi uma forma vantajosa de interpretar o conteúdo das notícias. É através das fontes de informação que os jornalistas têm acesso, por vezes, a dados exclusivos e concretos. Assim, neste relatório, inicialmente classificaram-se as fontes, de seguida criou-se uma grelha onde se discriminou cada fonte individualmente, e posteriormente realizou-se uma análise das informações mais pertinentes fornecidas pelas fontes. Tendo em conta a situação inédita na política portuguesa, as fontes adquirem um sentido especial, devido ao facto de terem fornecido informações importantes aos jornalistas dos dois diários. Contudo, o *Público* foi o jornal que revelou informações mais pertinentes, realizou previsões acerca da queda do Governo atempadamente e usou uma maior quantidade de fontes face ao *JN*.

Com o objetivo de responder à pergunta inicial, isto é, perceber como foi efetuada a queda do Governo de Pedro Passos Coelho pelo *JN* e pelo *Público*, contabilizaram-se as manchetes, chamadas à capa, as primeiras páginas e as notícias no interior do jornal que fizessem referência ao tema. Portanto, conclui-se que o *Público* concedeu mais destaque ao tema. De uma forma geral, nota-se isto, através do número de manchetes realizadas (foram contabilizadas 10 manchetes no período de análise, enquanto no *JN* apenas se contaram 5). Para além disto, interessa destacar que as notícias de “Primeiro Plano”, no caso do *JN*, foram em menor número (contabilizaram-se 7), no caso do *Público*, as notícias de “Destaque” foram cerca de 17.

O tipo de análise aqui aplicado fornece informações a investigadores de ciências da comunicação, bem como a outros alunos que se interessem pelo tema, e de alguma forma tenham curiosidade em o aprofundar e aperfeiçoar através de outros estudos. Deste modo, sugere-se que para além dos jornais aqui analisados, o *Público* e o *JN*, se alargue a pesquisa ao Diário de Notícias pelo facto de ser um jornal diário de referência em Portugal. Importa ainda salientar que assim seria possível uma comparação fundamentada e justificada entre três jornais, e para além disso fosse também incluída uma análise às páginas online de cada um deles. Dado isto, poderia ser possível verificar que tipo de cobertura realizou o DN e se deu a mesma visibilidade a todos os partidos. Tendo em conta que a queda do segundo Governo de Pedro Passos Coelho gerou uma situação

política complexa em Portugal e foi seguida pelos jornais europeus com muita atenção, propõe-se que seja feita uma análise aos jornais El País, Le Monde e ao The Guardian, e assim obter uma perspetiva da visão dos principais diários sobre este tema. Assim, mais especificamente poderiam ser encontradas respostas para as seguintes questões: quais os critérios jornalísticos aplicados? que perspetivas eram apresentadas sobre a situação política portuguesa? A coligação de esquerda e posterior queda do governo levariam a uma crise política? Qual o impacto económico da queda do governo na economias de Portugal?

Bibliografia

Antunes, Joana; Lisi Marco (2015) Campanhas Eleitorais, Debates Televisivos e Propaganda. in: Santo, Paula Espirito; Lisi, Marco (coord.).

Baptista, Ana. (2012). Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses: Do século XIX ao Marcelismo. Escritório: Editora.

Cardoso, Carla. (2012). Seduzir ou Informar. Coimbra: Minerva Coimbra.

Castilla, Elena. (2004). Emisores de mensajes informativos. Características, tipologia y comportamiento de las fuentes especializadas.

Carvalho, Ricardo. (2000). Media e Cidadania na periferia portuguesa. in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-jricardo-media-cidadania.pdf> consultado a 2 de março de 2016

Carvalho, Ricardo. (2005). O triângulo bloqueado: media, política e cidadãos na democracia local. in Correia, João Carlos (org), Comunicação Política. Universidade da Beira Interior: Covilhã

Carvalho, José Alberto. (2016). Simplesmente Marisa. in: <http://www.tvi.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/videos/--/j8--videos/video/5701a89e0cf2288d448c4d2a/1> consultado a 2 de abril de 2016.

Coelho, Miguel. (2014). Os partidos políticos e o recrutamento do pessoal dirigente em Portugal: o caso do PS e do PPD/PSD”. Lisboa: Europress

Comissão Nacional de Eleições. (2016). in: <http://www.cne.pt/content/apresentacao>

Correia, Fernando. (1998). Os jornalistas e as Notícias. Lisboa: Editorial Caminho.

Correia, João Carlos. (2004). Comunicação e Cidadania. Os media e a fragmentação do espaço Público nas Sociedades Pluralistas. Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, João Carlos. (2010). Governos e Media: O Triunfo da Mediatização Política e a Autonomia do Jornalismo. in Taquina, Nelson (org.), Media, Jornalismo e Democracia. *Media e Jornalismo*. vol.9, nº 17.

Correia, João Carlos. (2005). O Jornalismo e o Sistema Político: Audiências e Manipulação (in Comunicação e Política).

Correia, João Carlos (2011) O admirável Mundo das notícias http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf

Cunha, Ferin Isabel. (2010). Televisão e cobertura das legislativas de 2009: Das Estratégias às Crises. *Media e Jornalismo*, nº17, Vol. 9, nº2.

Duarte, Jorge (et.al). (2006) - Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2ª edição. São Paulo: Atlas

Faustino, Paulo. (2004). *A Imprensa em Portugal: Transformações e Tendências*. Portugal: Xerox

Fontcuberta, Mar. (1996). *La Noticia - pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Editorial Paidós.

Gaia, Rossana (2011). *A politica na Mídia e a Mídia na Politica*. Brasil: EDUFAL

Gonçalves, Gisela (2007). Ética das relações públicas. A falta de responsabilidade social nos Códigos Éticos de Relações Públicas. in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/goncalves-gisela-etica-das-relacoes-publicas.pdf>, consultado a 6 de março de 2016.

Gordillo, Maria del Mar. (2013) *Periodismo Politico. Rasgos, ámbitos, peculiaridades y apuestas de futuro basadas en la calidad*. in León, Maritza Sobrados (org.), *Presente y futuro en el Periodismo Especializado*. Madrid: Editorial Fragua

Junior, Oswaldo; Souza, Juliete.(2015). O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais. in: http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1171/pdf_8 consultado a 11 de março de 2016.

Krippendorff, Klaus. (2004). *Content Analysis*. 2ª edição. E.U.A. Sage Publication

Ledo, Alejandro. (2004). *La información política*. in Moral, Javier Fernández (coord.) *Periodismo Político*. Barcelona: Editorial Ariel

Lima, Helena (2011) “O Jornal de Notícias e o Portugal democrático: luta política, deriva editorial e processo de renovação e conquista de públicos”, in Cabrera, Ana (org.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo - Séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte

Lobo, Costa Marina; Magalhães Pedro (org). (2009). *As eleições legislativas e presidenciais 2005-2006: campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencial*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lopes, Felisbela (et al.). (2012). Health policies in the news: communication strategies of the last three ministers in Portugal, in Tornero, José Manuel Pérez (dir). Media Literacy and Intercultural Dialogue - Strategies, Debates and Good Practices. Espanha: Gabinete Comunicación y Educación

Martins, Manuel Meirinho. (2010). Cidadania e Participação Política - temas e perspectivas de análise. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mendes, F.M. (2008). Memórias de Notícias do Jornal. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos e Jornal de Notícias.

Piedrahita, Manuel. (1993). Jornalismo Moderno - História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000. Lisboa: Paralelo Editora

Pinheiro, Miguel; Pinheiro, Bordalo Gonçalo. (2014). A Máquina do Poder - Os bastidores dos três maiores partidos políticos em campanha: PS, PSD e CDS. Lisboa: A Esfera dos Livros

Pinto, Mário. (2011). Função Crucial da Imprensa no Incremento e Consolidação da Cidadania. Edições UFP: ANTROPO lógicas. nº 12, 26-31. in: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3274/3/Pages%20from%20maquete26-31.pdf> , consultado a 9 de março de 2016

Polis Enciclopédia. (1983). Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado.

Quivy, Raymond. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 2ª edição. Lisboa: Gradiva

Randall, David. (2008). El Periodista Universal. 2ª edição. Madrid: Siglo XXI.

Reto, Luís Antero; Pinheiro, Augusto. (2011). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Ribeiro, Vasco. (2015). A matriz de comportamento do spin doctor no processo de comunicação política. Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS v. 16, n. 32.

Ribeiro, Vasco. (2010). Fontes Sofisticadas de Informação - Análise do Produto Jornalístico Político da Imprensa Nacional Diária de 1995 a 2005. Media & Jornalismo, no 17, Vol. 9.

Ribeiro, Vasco. (2015). O spin doctoring em Portugal: Perspectivas de governantes, jornalistas e assessores de comunicação que operam na Assembleia da República. Observatorio (OBS*) Journal, vol.9 - no2.

Rocha, Décio; Deusdará, Bruno. (2005). A Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma história. Alea, Volume 7:Número 2. in: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf> consultado a 28 de março de 2016

Rocha, Décio; Deusdará, Bruno. (2006). Análise de conteúdo e análise de discurso: o linguístico e o seu entorno. DELTA vol.22 no.1 São Paulo 2006. in: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000100002 consultado a 28 de março de 2016.

Rudim Richard; Ibbotson Trevor. (2008). Introdução ao Jornalismo. Brasil: Editora Roca.

Salgado, Susana (2007). As Presidenciais de 2006: reflexões sobre a interpretação da política nos Jornais. in <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/salgado-susana-presidenciais-2006.pdf> consultado a 29 de fevereiro de 2016

Santo, Paula Espirito; Figueiras, Rita. (2010) “ Comunicação Eleitoral”. in Correia, João Carlos et al, (org.), Conceitos de Comunicação Política. Covilhã: Labcom: em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110817-correia_conceitos_2010.pdf

Santos, Rogério. (2006). A fonte não quis revelar. Porto: Campo das Letras.

Schmitz, A. Antonio (2011) Fontes de Notícias: Ações e estratégias das fontes no jornalismo http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf

Schudson, Michael. (2011). The Sociology of News. 2ª edição. New York: W.W. Norton.

Serra, Paulo. (2007). Manual de Teoria da Comunicação. Livros Labcom: Universidade da Beira Interior, Covilhã

Serrano, Estrela. (2006). Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001). Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa

Serrano, Estrela. (2006). Para compreender o Jornalismo. O Diário de Notícias visto pela provedora dos leitores (2001-2004). Coimbra: Minerva Coimbra

Serrano, Estrela. (2011). *Spin doctoring* e profissionalização da comunicação política. in Correia, João Carlos et al, (org.), Conceitos de Comunicação Política. Covilhã: Labcom: em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110817-correia_conceitos_2010.pdf

Serrano, Pascual. (2010). El periodismo es noticia - Tendencias sobre comunicación. Barcelona: Icaria editorial.

Soares, Murilo. (2012). Os Direitos na Esfera Pública Mediática - A Imprensa como Instrumento da Cidadania. São Paulo: Editora Cultura Académica. in: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109235/ISBN9788579833540.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Sousa, Jorge Pedro. (2000). As notícias e os Seus Efeitos: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos”. Coimbra: Minerva.

Sousa, Jorge Pedro. (2001). Elementos do Jornalismo Impresso. Florianópolis: Letras Contemporâneas. in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

Sousa, Jorge Pedro. (s/d). Pesquisa e reflexão sobre jornalismo até 1950: a institucionalização do jornalismo coimo campo de conhecimento e campo científico. in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-pesquisa-e-reflexao-sobre-jornalismo-1950.pdf> consultado a 3 de fevereiro de 2016

Spark, David; Harris, Geoffrey. (2011). Pratical Newspaper Reporting. London:SAGE. 4ª edição

Stanyer, James. (2007). O *spin* em eventos: Campanha Permanente e Conferências Mediáticas nos Partidos Britânicos. Media & Jornalismo, no 10, Ano 6.

Traquina, Nelson. (1999). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega Editora.

Traquina, Nelson. (2007). O que é Jornalismo. 2ª edição. Lisboa: Quimera

Viana Correia, Karla M. (2007) – Análise de Conteúdo do Jornalismo Impresso Natalense. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-karla-jornalismo-impresso.pd> consultado a 28 de março de 2016

Vilches, Lorenzo. (1993). Teoria de la imagen peiodística. Espanha: Paidós Comunicación

Vizeu, Alfredo. (2006). Decidindo o que é Notícia. in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf> , consultado a 14 de março de 2016.

Wolf, Mauro (1987) Teorias da comunicação. Lisboa: Editorial Presença. 1ªedição

Bibliografia de jornais:

Almeida, São José. (2015) “Cavaco quer acordo entre coligação e PS”. Público, 7 de outubro de 2015.

Almeida, São José. (2015) “Clarificar à esquerda, negociar ao centro”. Público, 3 de outubro de 2015.

Almeida, São José. (2015) “Governo e Orçamento podem passar por acordo com PS”. Público, 6 de outubro de 2015

Almeida, São José. (2015) “Passos convida PS para negociações e para integrar o Governo”. Público, 19 de outubro de 2015

Almeida, São José. (2015) “Pedro Passos Coelho disposto a ficar à frente de um Governo de gestão”. Público, 4 de novembro de 2015

Almeida, São José. (2015) “No day after há cenários para todos os resultados”. Público, 30 de setembro de 2015

Almeida, São José; Lourenço, Nuno Sá. (2015). “Medidas acertadas com o PCP, acordo político à espera do fim-de-semana”. Público, 6 de novembro de 2015

JN. (2015) “A contar os últimos dias de Passos”. Jornal de Notícias, 13 de outubro de 2015

JN. (2015). Costa diz a Passos para se deixar de “pieguices”. in: <http://www.jn.pt/nacional/eleicoes/interior/costa-diz-a-passos-para-se-deixar-de-pieguices-4800468.html> consultado a 10 de abril de 2016

JN (2007) Recordar Manuel Pacheco de Miranda. in: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=691809&page=-1 (consultada a 23 de fevereiro de 2016)

Lopes, Maria. (2015). “PCP vai apresentar moção de rejeição”. Público, 7 de outubro de 2015.

Lopes, Maria; Lourenço, Sá Nuno. (2015) “Costa e Jerónimo fazem pressão sobre a direita”. Público, 8 de outubro de 2015

Lourenço, Nuno Sá; (2014) Um organizador de fóruns de debate, pai dos *spin doctor* portugueses ou vendedor de presidentes?. disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/um-organizador-de-forums-de-debate-pai-dos-spin-doctor-portugueses-ou-vendedor-de-presidentes-1666351>

Lourenço, Nuno Sá; Rodrigues, Sofia. (2015) “Costa e Passos com ‘poucoquinho’ para apresentar a Cavaco”. Público, 20 de outubro de 2015

Lourenço, Nuno Sá; Rodrigues, Sofia. (2015) “Costa vai ter de negociar com mais um ‘grupo’ parlamentar”. Público, 21 de outubro de 2015

Lourenço, Nuno Sá; Rodrigues, Sofia; Lopes, Maria. (2015). “Direita travestida de oposição, esquerda em pose de Governo”. Público, 10 de novembro de 2015

Observador. (2015) Cavaco resguarda-se no pós-eleições: não vai às comemorações do 5 de outubro. in: <http://observador.pt/2015/10/01/cavaco-silva-falta-as-comemoracoes-do-5-outubro/> consultado a 12 de abril de 2015

Pereira, Gina; Ropio, Nuno Miguel. (2015). “Passos não acredita na boa-fé de Costa”. Jornal de Notícias, 14 de outubro de 2015.

Rodrigues, Sofia. (2015) “PaF e o fantasma da coligação de esquerda”. Público, 29 de setembro.

Ropio, Nuno Miguel. (2015). “Reunião Inconclusiva’ entre PS, PSD e CDS”. Jornal de Notícias, in:<http://www.jn.pt/nacional/interior/reuniao-inconclusiva-entre-ps-psd-e-cds-4825279.html>

RTP 1 (2015). “Debate de Passos Coelho e António Costa.” in: http://www.rtp.pt/noticias/entrevistas-e-debates/passos-coelho-e-antonio-costa-em-debate-o-frente-a-frente-na-integra_v857282

Silva, Helena Teixeira. (2015). “Cavaco prefere Passos Coelho a Esquerda ‘inconsciente’”. Jornal de Notícias, 23 de outubro de 2015.

Soares, Carla. (2015). “Sem garantias para moções de censura e orçamento”. Jornal de Notícias, 11 de novembro de 2015

Soares, Carla; Silva, Helena Teixeira. (2015) “Passos prepara-se para apresentar hoje Governo”. Jornal de Notícias, 27 de outubro de 2015.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa. (2004)

Lei Eleitoral da Assembleia da República. (2016). in:http://www.parlamento.pt/legislacao/documents/legislacao_annotada/leieleitoral_simples.pdf consultado a 14 de abril de 2016

Lei dos Partidos Políticos. (2016). in: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiPartidosPoliticos_Anotado.pdf consultado a 14 de abril de 2016

Posição Conjunta do PS e do PCP sobre solução política (Novembro de 2015). in: http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/posicao_conjunta_pcp_ps_sobre_situacao_politica.pdf

Outros sites:

Associação Portuguesa Para o Controlo de Tiragem e Circulação (2016). in: http://www.apct.pt/Analise_simples.php

EDIÇÃO LISBOA QUA 11 NOV 2015 **A segunda obra mais cara do mundo é de Modigliani: 158,3 milhões p31**

Colecção Bernard Prince 12 álbuns do mítico herói criado por Greg e Hermann há muito desaparecidos do mercado português **HOJE** 1.º álbum: O General Sará **Por + 5.40€**



publico.pt

Passos e Portas prometem ser oposição sem tréguas
Reportagem: o dia em que os derrotados aplaudiram e os vencedores hesitaram
As chaves do debate difícil entre um futuro Governo PS e Bruxelas
Destaque, 2 a 13 e Editorial

Caiu

Angola sob pressão na festa dos 40 anos de independência
Crise, presos, insegurança. O país está em festa, mas não no melhor momento. Cobertura especial também em www.publico.pt p34

Estudantes acusados pela morte de colegas
Morte de três universitários em Abril de 2014, em Braga, na queda de um muro leva o MP a acusar colegas de homicídio por negligência p14

Há 149 mil famílias que não pagam empréstimo da casa
Número de agregados em incumprimento baixou pelo segundo trimestre consecutivo. Juros baixos ajudam a conter falhas p10

1918-2015 MORREU HELMUT SCHMIDT, UM ESTADISTA E FERVOROSO DEFENSOR DE UMA EUROPA UNIDA
Mundo, 25

SAPO JORNAL

Ass. XXXV, n.º 1341, 6,89€ Directora: Bárbara Reis; Adjuntos: Nuno Pinheiro, Pedro Sousa Carvalho, Ana Catarina; Directora Internacional de Publicações: Susana Duarte; Directora Criativa: Sónia Martins

Resumo dos temas de capa

Caiu: Passos e Portas prometem ser oposição sem tréguas; o dia em que os derrotados aplaudiram e os vencedores hesitaram; as chaves do debate difícil entre um futuro Governo PS e Bruxelas. Angola sob pressão na festa dos 40 anos de independência. Braga: estudantes acusados pela morte de colegas. Há 149 mil famílias que não pagam empréstimo da casa. 1918-2015: morreu Helmut Schmidt, um estadista e fervoroso defensor de uma Europa unida.

Tabela 2- As fontes, JN

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
Fontes oficiais															
Cavaco Silva															
Passos Coelho							5			4	3		3		
Paulo Portas	1										1				
Maria Luis Albuquerque						4									
Luis Montenegro				1											
Nuno Melo													1		
Paula Teixeira Cruz										1					
Marques Guedes						1									
Marco António Costa		1													
Diogo Feio									4						
Nuno Magalhães				1											
Francisco P. Balsemão				1											
Marques Mendes														2	

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
Paulo Mota Pinto														1	
Carlos Costa Neves		1	3												
António Costa							8	4	4	3	3		6		
João Cravinho														2	
Ana Catarina Mendes						1									
Carlos César				1			1			1			1		
Francisco de Asis	1			1			3		1						
Manuel Pizarro	1														
Vera Jardim				1											
José Junqueiro				2											
Manuel Alegre									1						
Ferro Rodrigues												1			
Eurico Brilhante Dias	1			2											
Catarina Martins		1					2		3		1				
Pedro Filipe Soares				2										1	
Jerónimo de Sousa				1			2	1	5		1				
José Luis Ferreira				1											
António Sariava													1		

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
João Vieira Lopes													2		
João Machado													1		
Francisco Calheiros													1		
Fontes especialist as															
Polítólogos									1		1				
Constitucio nalistas						2			2			1			
Professore s catedrático s											1				
Fontes Documenta is															
Constituiçã o						2							1		
Lei Eleitoral															
Lei dos Partidos															
Comunicad o da Comissão Política do PS											1				
Acordo PS, BE, PCP, PEV											6				
Fontes Anónimas		3		2			1	2	1						
Media	1	1		1			1	1					1		

Tabela 4- As fontes, Público

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
Fontes oficiais															
Cavaco Silva				2								2			
Passos Coelho				3			3			7	8		8		
Paulo Portas		1	1								9		2		
Maria Luis Albuquerque						2					4				
Luis Montenegro				2	1	1				1		1			
Nuno Melo													2		
Paula Teixeira Cruz										1					
Luís Marques Guedes						2									
Carlos Abreu Amorim										1					
Diogo Feio									1			3			
Nuno Magalhães				1											
Cecília Meiros										1					
Pedro Pinto													1		
Telmo Correia										1					

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
Carlos Costa Neves			6	1	1										
António Costa							5	5	1		3	1	2	2	
Álvaro Beleza								1							
João Cravinho									1						
Ana Catarina Mendes					1							1			
Carlos César										3			1		
Francisco de Asis			8		4	2			1						
Helena Roseta										1					
Pedro Nuno Santos										2					
João Galamba										1			1		
Manuel Alegre									1						
Jorge Lacão														4	
Ferro Rodrigues						1						4			
Rocha Andrade										1					
Catarina Martins							2			3	1				
Mariana Mortágua											1				
Pedro Filipe Soares										1		2			
Jerónimo de Sousa						1	1	1	8	2	1				

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
João Oliveira												4			
José Luis Ferreira				1		1									
Heloísa Apolónia										1					
Henriques Gaspar							1								
Luis Filipe Pereira														1	
Peter Villax														3	
Pedro Ferraz														2	
João Machado													3	1	
António Saraiva													3	1	
Francisco Calheiros													1		
João Vieira Lopes													1		
Arménio Carlos														1	
João Proença		3													
Carlos Silva															1
Joseph Daul											5				
Marcelo Rebelo de Sousa												1			
Maria de Belém												1			
Sampaio da Nóvoa												1			
Edgar Silva												1			

Dias - de 1-11-2015 a 15-11-2015	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13	Dia 14	Dia 15
Henrique Neto												1			
Paulo Morais												1			
Fontes especialist as															
Constitucio nalistas												3		9	
Professore s catedrático s								8							
Fontes Documenta is															
Constituiçã o						1									
Lei Eleitoral															
Lei dos Partidos															
Comunicad o da Comissão Política do PCP							3								
Programa do Governo PSD/CDS							9								
Acordo PS, BE, PCP, PEV											8				
Fontes Anónimas		1	1	6	3	3				3		3			
Media		4				3	2								

Notícias realizadas no estágio
curricular no
Jornal de Notícias
(de 14 de setembro de 2015 a 5 de
fevereiro de 2016)

Mundo



Espanha Refugiado pontapeado acolhido

O refugiado sírio Osama Abdul Mohsen, conhecido depois de ter sido agredido pela jornalista húngara Petra Laszlo, chegou ontem a Espanha para trabalhar na Escola Nacional de Treinadores de futebol em Getafe, Madrid. Mohsen já agradeceu a Espanha a oportunidade.



Eritreia Europa quer travar migrantes

A União Europeia admite desbloquear 200 milhões de euros para sustentar o êxodo de eritreus que fogem do regime de Asmara, declarou ontem o comissário europeu para o Desenvolvimento, Neven Mimica. Os eritreus constituem o terceiro contingente, após os sírios afegãos, que tentam alcançar a Europa.

Migrantes Em dois dias chegaram ao país sete mil pessoas e ontem o caos eclodiu na fronteira com a Sérvia

Croácia não quer mais refugiados

Leonora Paiva Watson*
leonorpaiva@jn.pt

► A Croácia está a tentar lidar com a chegada de mais de sete mil migrantes desde quarta-feira de manhã. O caos fez-se sentir ontem na fronteira com a Sérvia, depois de na terça-feira a Hungria ter fechado as suas fronteiras e de terem estalado violentos confrontos entre refugiados e a Polícia, impondo-se o desvio da rota tradicional para chegar à Alemanha. O ministro do Interior da Croácia, Ranko Ostojic, já veio dizer que o seu país deixou de ter capacidade para continuar a receber refugiados.

As tensões começaram quando os migrantes, vindos da Sérvia, tentaram furar a barreira policial. O Governo croata avisou que os migrantes devem pedir asilo naquele país, ou, caso contrário, serão tratados como imigrantes ilegais. O número de migrantes que a Croácia enfrenta é muito superior ao esperado. Segundo o ministro do Interior, Ranko Ostojic, “a Croácia pode responder a uma primeira vaga de 1500 pessoas por dia”. Ostojic avisou logo que seriam “implementados dispositivos adicionais”, se este número fosse largamente ultrapassado. No mesmo tom, Vesna Pusic, ministro dos Negócios Estrangeiros, advertiu que “o país pode fazer face à chegada de alguns milhares de refugiados, mas não de dezenas de milhares”.

Toda esta situação na Croácia foi precipitada pelas decisões da Hungria, que recentemente começou a aplicar a nova legislação anti-imigração e que tem feito tudo para evitar o seu país sirva de trajeto para chegar à Alemanha (a rota era Grécia, Macedónia, Sérvia, Hungria e dali até à Alemanha). Agora, chegados à Sérvia, fazem um desvio pela Croácia, só que a fronteira se-



Autoridades vigiam, na fronteira entre a Croácia e a Sérvia, migrantes vindos da Hungria e que tentam chegar à Alemanha

guinte é a Eslovénia e este país já informou que vai exigir que estes migrantes peçam lá asilo, mesmo que não queiram ficar. A ideia destes milhares de refugiados é conseguirem ir da Eslovénia até à Áustria e dali entrarem, finalmente, na Alemanha. Naquele país, só na quarta-feira entraram mais de nove mil migrantes, sendo que no dia anterior foram seis mil.

Recolocar mais 120 mil

Entretanto, o Parlamento Europeu votou favoravelmente a proposta da Comissão Europeia para a criação de um mecanismo para recolocar mais 120 mil refugiados pela totalidade dos estados-membros. Esta votação foi colocada na

Saber mais :

23

de setembro é o dia da cimeira extraordinária, com os líderes da União Europeia, para debater a crise dos refugiados. Um dia antes, os ministros do Interior da UE também vão reunir-se para debaterem os problemas dos fluxos migratórios.

agenda parlamentar, de forma extraordinária, e aprovou, por uma ampla maioria de deputados, a recolocação das pessoas que estão na Itália, Grécia e Hungria.

Recorde-se que os líderes da União Europeia (UE) vão reunir-se numa cimeira extraordinária, no dia 23, para debater a crise dos refugiados. A cimeira – que foi recentemente anunciada pelo presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk – tem início marcado para as 18 horas (menos uma hora em Lisboa) e acontece um dia depois de um conselho de ministros do Interior da UE, também marcado extraordinariamente para debater o problema dos fluxos migratórios.

* COM AGENCIAS



Paula Pinto doou, no Porto, peças de roupa para refugiados

Caravana solidária leva doações portuguesas

SÉRVIA A “Aylan Kurdi Caravan”, também conhecida por “Caravana da Solidariedade”, recolheu cerca de 50 toneladas de bens de primeira necessidade em 30 locais do país, entre sábado e ontem. Os donativos serão levados este fim de semana para os refugiados na Sérvia.

A morte de Aylan Kurdi, o menino sírio de três anos que fugia da guerra, comoveu o Mundo, tornou-se símbolo da crise humanitária e sensibilizou dez voluntários portugueses a realizar uma caravana solidária que irá transportar bens essenciais para a Sérvia. Roupas, calçado, brinquedos, alimentos, sacos-cama, medicamentos são os bens mais pedidos em nome dos que nada têm.

A divulgação desta iniciativa começou nas redes sociais, no passado sábado, e já conta com apoios de várias empresas públicas e privadas. Neste momento, foram recolhidas cerca de 50 toneladas de bens que serão transportadas por dois camiões amanhã para a Sérvia. A adesão a esta causa “está a ultrapassar as expectativas”, destacou Maria Ferreira, da organização da “Aylan Kurdi Caravan”.

Na UPTEC (Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto), os bens mais oferecidos são roupas, calçado e alguns brinquedos. Paula Pinto doou algumas peças de roupa e referiu que a iniciativa é “muito nobre” e que gostaria de “participar como voluntária na organização dos bens”. CÉLIA FONSECA

Nacional

Cancro Aulas gratuitas de reabilitação física para quem terminou tratamentos

Ginástica para pôr doentes em forma



A Associação Portuguesa de Leucemias e Linfomas lançou ontem o programa “De Volta à Forma”

Célia Fonseca
sociedade@jn.pt

► Os doentes oncológicos dos hospitais do Grande Porto podem agora frequentar aulas de reabilitação física gratuitas que vão ajudar na sua recuperação e atenuar os efeitos secundários dos tratamentos. “De volta à forma” é um programa pioneiro da APLL (Associação Portuguesa de Linfomas e Leucemia), em parceria com a empresa municipal Porto Lazer.

As aulas funcionarão com “uma terapia auxiliar farmacológica” para melhorar a qualidade de vida do doente e minimizar os efeitos dos tratamentos, explicou Tiago

Guedes, professor de educação física. “Há vários estudos que demonstram os benefícios da prática de exercício físico nos doentes oncológicos”, realçou o treinador, durante a apresentação do projeto em que participa como voluntário. Entre outras vantagens, o exercício físico atenua o crescimento das células tumorais e diminui a probabilidade de recidiva do cancro.

As aulas de ginástica estão abertas a todos os doentes oncológicos do Grande Porto que terminaram os tratamentos de quimioterapia. Para participarem, basta apresentarem uma autorização médica. Depois, os treinadores fazem uma avaliação para que “o exercício fi-

sico seja adaptado aos tratamentos de cada um”. As aulas decorrem três vezes por semana e são gratuitas, esforço que leva Isabel Barbosa, presidente da APLL, a apelar à necessidade de donativos e sócios para que o projeto possa ser sustentável.

Hugo Choupina, 24 anos, está a meio dos tratamentos, mas desejava voltar a praticar exercício físico. Foi atleta federado e ia ao ginásio todos os dias até que lhe foi diagnosticado um linfoma não Hodgkin. Ganhou peso e falta-lhe o ar quando sobe escadas. Terminadas as sessões de quimioterapia, Hugo tenciona regressar ao desporto “o mais rápido possível”. ●

Cabelo doado deu para 50 cabeleiras

CANCRO A Liga Portuguesa contra o Cancro (LPCC) vai disponibilizar “cerca de 50 cabeleiras a todos os doentes oncológicos que precisem”, resultado de doações de cabelo e de “um investimento de 20 mil euros” para a criação das cabeleiras.

Segundo o presidente da LPCC, Francisco Cavaleiro Ferreira, a iniciativa de doar cabelo foi “uma ação espontânea e individual de algumas pessoas”, tendo assumido

maior impacto depois de uma partilha na internet.

“Alguém divulgou de forma simples que estávamos a receber doações e, rapidamente, começámos a receber com bastante frequência pequenas mechas e tranças” de cabelo, informou o presidente da LPCC, em resposta à agência Lusa.

Neste momento, a instituição pretende “travar as doações e a iniciativa”, explicando que não precisa de mais cabelo natural, uma vez

que as cerca de 50 cabeleiras “são suficientes para colmatar as necessidades dos doentes oncológicos” apoiados pela LPCC e o objetivo é que sejam reutilizadas ao longo do tempo.

Enviam para estrangeiro

Um pouco por todo o país, foram várias as pessoas que contribuíram para esta causa. Por já não serem aceites doações no país, os portugueses estão agora a enviar o cabelo para instituições internacionais como a Little Princess Trust, no Reino Unido, e a Locks of Love, nos Estados Unidos, que apoiam crianças que sofrem de cancro e que perdem o cabelo devido aos tratamentos. ●

breves :

Alimentação Fruta e iogurte integram metade das lancheiras das crianças

● A esmagadora maioria das famílias prepara os lanches das crianças em casa, sendo que 66% faz dois lanches por dia. De acordo com um inquérito do programa “1 iogurte por dia”, lançado pelas associações dos Nutricionistas e de Medicina Geral e Familiar e pela Universidade Católica, a água e a fruta são os alimentos preferidos para o lanche, sendo os iogurtes consumidos em 57% dos casos. Quanto à preparação das merendas em casa, depois da água, o pão ocupa o segundo lugar (69%), seguido da fruta (57%), do leite com 43% e do iogurte, com 40%. Dos produtos ocasionalmente colocados nos lanches, o iogurte aparece abaixo dos sumos de fruta, do queijo e das bolachas ou biscoitos.



Ambiente Fundação distingue Portugal

● O Índice do Desenvolvimento Sustentável da Fundação Bertelsmann coloca Portugal entre os cinco países com melhor desempenho na luta contra as alterações climáticas, anunciou ontem o Ministério do Ambiente. Portugal é 4.º nas emissões de CO2 e 5.º em intensidade de energia primária e de eficiência energética.

Saúde Vacina da gripe em outubro

● A campanha de vacinação contra a gripe começa em outubro e decorrerá durante todo o outono. A vacina é gratuita para os cidadãos com 65 ou mais anos de idade, bem como para pessoas vulneráveis residentes ou internadas em instituições, sem necessidade de receita médica ou de pagamento de taxa moderadora.

Apostas Governo distribui imposto

● Os 42,5% de receita do imposto especial de jogo “online” de apostas hípcas canalizados para o setor equídeo serão repartidos pela Federação Equestre Portuguesa, Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e preservação do património genético dos equinos. Aportaria que define esta distribuição foi publicada ontem em “Diário da República”.



3 milhões de euros anuais é o custo para o Serviço Nacional de Saúde decorrente da inatividade e falta de exercício dos portugueses, segundo o Instituto Português do Desporto e Juventude.

Coração Novas regras antecipam diagnóstico

● As novas orientações clínicas da Sociedade Europeia de Cardiologia introduziram o conceito de algoritmo de uma hora para o teste cardíaco Troponina T de elevada sensibilidade, como forma de antecipar em duas a cinco horas o diagnóstico do ataque cardíaco, melhorando a gestão do doente nas urgências hospitalares.

Castanheiros Solução para doença da tinta

● A Universidade de Vila Real anunciou uma nova solução para travar a doença da tinta do castanheiro, com a plantação de árvores mais resistentes que sirvam de barreira à progressão da doença, provocada por um fungo. Segundo o docente José Gomes Laranjo, este ano, a tinta “está a provocar um problema dramático em Trás-os-Montes”.

Nacional

Superior Coimbra contrata cobradores pagos com verbas de investigação

Bolseiros vão cobrar dívidas da universidade

Emília Monteiro
sociedade@jn.pt

► A Universidade de Coimbra criou duas bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia destinadas a licenciados e mestres cuja função é “recuperar créditos de propinas e taxas” que os alunos ou antigos alunos não pagaram à instituição.

Com a duração de doze meses, as bolsas destinam-se a “licenciados ou mestres em Direito, Administração Pública, Gestão e áreas afins”. No anúncio, a universidade informa que “a atribuição de bolsa não gera nem titula uma relação jurídica-laboral” e “é exercida em regime de dedicação exclusiva”. Para os licenciados, a bolsa é de 745 euros e para os mestres aumenta para 980 euros mensais.

Na prática, os bolseiros devem analisar mais de dez mil processos individuais e verificar o valor das dívidas, bem como tentar proceder à sua cobrança.

Tarefa administrativa

“Como qualquer instituição pública, é obrigação da Universidade de Coimbra proceder à cobrança de todas as dívidas de ex-estudantes, processo que tem vindo a ser sistematizado desde 2011”, afirmou, em comunicado, a reitoria da instituição.

Para obrigar os alunos a regularizarem as contas, foi constituída uma equipa de projeto para a verificação dos processos individuais de todos os ex-estudantes “antes da emissão da certidão de dívida para envio à Autoridade Tributária, uni-

ca entidade competente para proceder à cobrança coerciva nos termos definidos na Lei”.

Desta forma, os estudantes devedores têm duas opções: ou pagam, ou é comunicada a dívida à Autoridade Tributária, decorrendo depois os trâmites legais, entre eles, a possibilidade de penhora de bens.

As muitas críticas feitas nas redes sociais



no correio interno da universidade sobre o recurso ao pagamento de bolsas para pagar a realização de tarefas que deveriam ser feitas por funcionários da UCoimbra, com contrato de trabalho, a reitoria respondeu que o processo de validação administrativa que envolve a verificação dos elementos é desenvolvido por uma equipa de técnicos superiores da universidade”.

Contudo, continua o comunicado, “pela sua dimensão e complexidade, é um projeto capaz de proporcionar a licenciados ou mestres, nomeadamente das áreas de direito ou gestão, um primeiro contacto com a realidade processual administrativa”.

A data-limite para a apresentação de candidaturas termina no dia 14 de outubro. “Vou candidatar-me a fazer a mesma coisa que um cobrador normal, mas na Universidade de Coimbra”, comentou online um licenciado em Direito, que vê na bolsa a possibilidade de, “durante um ano, ter trabalho e salário”.

Além da licenciatura ou mestrado, os candidatos têm que saber inglês e informática. ●

Professores contra cortes no Superior



Ação de protesto decorreu no Instituto Superior de Engenharia do Porto

GREVE Os cortes no financiamento às instituições do Ensino Superior, a precariedade e os despedimentos dos professores das universidades e politécnicos marcaram o protesto dos docentes do Ensino Superior no Porto.

A greve foi convocada pelo Sindicato Nacional de Ensino Superior (SNESup), para marcar o encerra-

mento simbólico do ano letivo. O objetivo foi protestar contra “a diminuição do financiamento em cerca de 30% desde de 2010” e a existência de “docentes doutorados a lecionarem nove horas sem receberem”, explicou António Vicente.

O presidente do SNESup apelou ainda à mudança através de “novos

projetos e coragem” para travar a degradação do Ensino Superior.

O setor vive uma situação de “desespero”. “Cerca de 55% dos professores dos politécnicos e 75% do Ensino Superior privado não têm contrato de trabalho” advertiu António Vicente.

Para Henrique Curado, também do SNESup, o subfinanciamento é outro problema que os politécnicos e universidades enfrentam diariamente, “o que se revela na falta de material para trabalho prático dos alunos”. O sindicalista disse ainda que a contratação estável, prevista na Diretiva Europeia 1997/70/CE, não está a ser cumprida.

Cláudia Barros, doutorada e professora do Instituto Politécnico do Porto, fez greve para reivindicar os seus direitos, que já não vê reconhecidos desde 2008. Garante que esta situação afeta a forma como as aulas são dadas devido à “insatisfação” dos professores, que se sentem “usados”.

No ISEP estiveram também alguns representantes de partidos políticos e candidatos às eleições legislativas, como Alexandre Quintanilha (PS) e José Soeiro (Bloco de Esquerda), que receberam propostas para melhorar as condições do setor apresentadas pelo SNESup.

CÉLIA FONSECA

Escolas com mau ar no Porto e em Bragança

QUALIDADE “A limpeza e a ventilação das salas têm grande impacto na exposição das crianças à poluição do ar em creches, jardins de infância e escolas básicas, interferindo com as probabilidades de terem asma”. Esta é uma das conclusões do estudo coordenado pela investigadora Sofia Sousa, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), em colaboração com a Faculdade de Medicina e do Centro Hospitalar de S. João.

Para aprofundar o conhecimento entre a exposição à poluição do ar no interior das salas de aula e o desenvolvimento da asma infantil, os técnicos avaliaram 25 escolas no distrito do Porto e 25 no distrito de Bragança, num total de 58 salas destinadas a receber crianças. Os resultados vão ser divulgados esta manhã na FEUP e prometem algumas surpresas.

“Há uma ligação entre a qualidade do ar no interior das salas e a asma, sendo que, quanto pior for o estado do ar, maior é a probabilidade de uma criança ter asma”, disse ao JN Sofia Sousa. Ao envolver es-

colas urbanas (Porto) e rurais (Bragança), os investigadores quiseram perceber se a qualidade do ar exterior influencia o que se respira dentro das salas frequentadas pelas crianças.

A diferença no interior

“No interior, a qualidade depende da ventilação, do número de crianças que ocupam o espaço, dos materiais de construção e até da limpeza das salas”, referiu a investigadora. Nas escolas de Bragança avaliadas, muitas vezes, “acima dos limites legislados”.

De acordo com Sofia Sousa, investigadora responsável do projeto, os resultados demonstram “a existência de uma série de problemáticas recorrentes na qualidade do ar em infantários e escolas primárias que merecem atenção, algumas das quais podem ser abordadas com a aplicação de medidas corretivas de fácil execução já transmitidas às instituições envolvidas”. E.M.

Grupo D
NOMEADOS
✓ Hospital de Braga
Centro Hospitalar Tondela-Viseu
Hospital Espírito Santo - Évora

Grupo E
NOMEADOS
✓ Centro Hospitalar do Porto
Centro Hospitalar de São João
Centro Hospitalar de Lisboa Norte

Grupo das ULS*
NOMEADOS
✓ ULS do Alto Minho
ULS de Matosinhos
ULS Nordeste
*Unidades Locais de Saúde

Ranking
Desempenho global, em 2014 realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública

1.º	Centro Hospitalar de São João
2.º	Hospital Beatriz Ângelo - Loures
3.º	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
4.º	Centro Hospitalar de Lisboa Norte
5.º	Unidade Local de Saúde de Matosinhos
6.º	Centro Hospitalar de Lisboa Central
7.º	Centro Hospitalar do Porto
8.º	Centro Hospitalar Lisboa Ocidental
9.º	Centro Hospitalar Tondela-Viseu
10.º	Centro Hospitalar Tâmega e Sousa



Centro Hospitalar do Porto Satisfação dos doentes

Qualidade de saúde

Célia Fonseca
sociedade@jn.pt

► Satisfação, qualidade e eficiência são os principais indicadores que fazem do Hospital de Santo António, integrado no Centro Hospitalar do Porto, um dos melhores do país o estudo “Top 5 - A Excelência dos Hospitais Portugueses”, destacou ontem, ao JN, o diretor clínico da unidade. “Para os doentes, este resultado é sinónimo de confiança e de qualidade na prestação de cuidados médicos”, garante Paulo Barbosa.

Pelo segundo ano consecutivo no “Top 5”, o Santo António “destaca-se pela eficiência por parte de todos os trabalhadores e no estímulo constante a médicos e enfermeiros”, diz Paulo Barbosa. Para realçar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, o diretor clínico cita o exemplo do rácio de doentes por enfermeiro: cada pro-



“Para os doentes, é sinónimo de confiança e de qualidade”, diz Paulo Barbosa

fissional trata 69 doentes, algo que diferencia esta unidade de todas as outras incluídas no estudo.

“Manter a qualidade é um desafio para o qual todos trabalham diariamente neste hospital, sempre

com o objetivo de “tratar melhor os doentes”, garantiu o diretor clínico, Paulo Barbosa sauda estes estudos, que considera serem úteis para a boa classificação do Serviço Nacional de Saúde. ●

Hospital S. João Serviço distinguido onze vezes

Cardiologia imbatível

Ana Teixeira
sociedade@jn.pt

► Pela 11.ª vez, o serviço de cardiologia do Hospital de S. João foi distinguido como o melhor da especialidade no SNS, nas avaliações feitas pela Escola Nacional de Saúde Pública. Apesar da falta de pessoal, e com um número de camas que não chega para tantos doentes, o serviço de cardiologia continua a ser, ao nível do internamento, aquele que tem um melhor desempenho global.

Maria Júlia Maciel, diretora do serviço de cardiologia do S. João há 11 anos, defende que este é o resultado de um trabalho em equipa, que se centraliza no doente: “Preocupamo-nos muito com a valorização do serviço humano. Estamos aqui por causa dos doentes, eles são a nossa prioridade”.

Otimizar o serviço de acordo com o que se faz a nível mundial,



Diretora de serviço pede mais camas para melhorar o desempenho

com “uma equipa coesa, conhecedora do estado de arte”, para tratar os utentes de acordo com as normas, é outro ingrediente de sucesso. O reconhecimento do ranking da ENSP “é um estímulo muito po-

sitivo”, refere Júlia Maciel, e uma “motivação extra para uma equipa que está sobrecarregada”. A especialista deixa um aviso: para melhorar este desempenho são necessárias “mais pessoas e mais camas”. ●

**“Marinho e Pinto indignado com a Campanha eleitoral”
(notícia online - do dia 25 de setembro)**



Falta de pluralismo e desigualdade partidária, críticas às sondagens e ausência de novidades na campanha eleitoral de PS e PSD, foram os principais temas que Marinho e Pinto (PDR) abordou esta sexta-feira durante uma ação no Norteshopping, Matosinhos.

A oito dias das eleições legislativas Marinho e Pinto, candidato do PDR a primeiro-ministro, mostrou-se indignado com a falta de pluralismo e desigualdade nos debates eleitorais. "As eleições parecem um jogo de ténis, é um ping-pong entre PS e PS", salientou.

Caracterizando-se como um partido de mudança e de "soluções", o cabeça de lista do PDR disse que "não há novidades políticas" e denunciou "a falta de debate público para a resolução de problemas" na campanha eleitoral.

Marinho e Pinto revelou ainda que "as sondagens são uma tentativa de fraude e manipulação por parte das agências de comunicação", o que fazem delas "um embuste".

O deputado do Parlamento Europeu está confiante num bom resultado no dia 4 de outubro, porque "os portugueses estão fartos de PS e PSD que lideram à cerca de 40 anos alternadamente".

Nacional



335

casas

Ronald McDonald foram construídas em 35 países, desde que Fred Hill criou a primeira em Filadélfia, em 1974. O projeto reúne mais de 30 mil voluntários em todo o Mundo e é financiado através de solidariedade.

12

famílias

podem residir em simultâneo na Casa Ronald McDonald do Porto, construída nos jardins do Hospital de S. João e inaugurada a 20 de janeiro de 2014. A Casa de Lisboa existe desde 2008 e tem capacidade para dez famílias.

Saúde Projeto “Caixinha de Música” auxilia crianças e famílias da Casa Ronald McDonald do Porto a ultrapassarem o dia a dia na doença

Musicoterapia ajuda crianças com cancro



um lar longe do lar :

A Casa

● O conforto que a Casa Ronald McDonald oferece é destinado a famílias que se deslocam da sua residência habitual para o hospital. “Uma casa longe de casa” é o lema que acolhe com um sorriso quem por lá passa.

A vida de Conceição

● Conceição Rua tem o neto prematuro internado e encontrou um novo lar na Casa Ronald McDonald enquanto a situação não se resolve. “Ter de ir e vir todos os dias para Chaves seria muito cansativo e dispendioso”, confessa a avó.

A vida de José

● José Fuentes viveu durante dois anos na Casa Ronald McDonald do Porto devido à doença do filho. Lá fez “amigos para toda a vida” que considera parte da “família”. Lembra que o filho chegava cansado e triste do hospital, mas “dentro da casa animava-se e era muito sociável”. Para este pai, iniciativas como a “Caixinha de Música” são muito importantes para todos os que se encontram em situações dolorosas.

O projeto “Caixinha de Música” promove momentos musicais mensais, em que pais e crianças participam para se “abstraírem um pouco da rotina hospitalar”

Célia Fonseca
sociedade@jn.pt

► O efeito da música em doentes oncológicos ajuda na “distração da doença” e as melhorias são “físicas e clínicas”. Entusiasmada com os resultados comprovados por estudos em musicoterapia, a estudante finalista de Medicina Ana Lídia Dias decidiu pôr em prática um projeto do seu avó. Chamou-lhe “Caixinha de Música”. E apresentou-a à Casa Ronald McDonald do Porto, que acolhe crianças internadas e as suas famílias.

“O bem-estar emocional pro-

vocado pela música melhora a resposta imunológica das crianças”, garante a “maestrina”, que já pôs miúdos reticentes a sorrir. A tranquilidade transmitida por “uma música calma, aliada à melodia e harmonia adequada”, faz com que as crianças relaxem. Além disso, há um estímulo “das sensações prévias e da memória musical associada à memória de factos”.

O projeto “Caixinha de Música” promove momentos musicais mensais, em que pais e crianças participam para se “abstraírem um pouco da rotina hospitalar”,

explica, do seu lado, Isabel Aragão, gestora da fundação no Porto. Porque, segundo Susana Almeida, psicóloga do IPO do Porto, “a música transporta as crianças para a fantasia e o imaginário”, depois de “terem sido privadas da realidade pela doença”. Após o

“O bem-estar provocado pela música melhora a resposta imunológica”

diagnóstico da doença e dos tratamentos, “as crianças passam muito tempo no hospital e com os profissionais de saúde” e quase deixam a infância de lado. “Com a música, voltam a brincar e a ser criativas”.

O mundo do sonho e da alegria que nem a doença apaga faz com que estas crianças se envolvam e se concentrem na música, a criatividade renasce e “fazem música com coisas improváveis, como trotinetes, tachos e painelas”, conta Isabel Aragão.

Depois de um tratamento de quimioterapia ou radioterapia,

nem sempre há vontade “para cantar ao ritmo da música que requer atenção”, explica por seu lado Ana Lídia, que realizou uma sessão musical e pressentiu um menino mais reticente. Após “alguma persistência a criança colaborou com muito entusiasmo”.

Depois, há a comunicação: na casa existem crianças de nacionalidade russa, moçambicana e francesa, que sentem dificuldades na comunicação devido aos entraves da língua. Através da música “começam a interagir, a comunicar e a conhecerem-se”, conta Isabel Aragão. ●



Redução dos salários dos trabalhadores de empresas públicas como a CP está de acordo com a lei fundamental

Queixa do Provedor Redução salarial nas empresas maioritariamente públicas “não é inconstitucional”

Tribunal Constitucional aceita cortes

► O Tribunal Constitucional (TC) considerou que não há razões para julgar inconstitucionais os cortes salariais aplicáveis aos trabalhadores das empresas maioritariamente públicas, recusando dar razão a um pedido do Provedor de Justiça entregue em dezembro de 2014.

No pedido que dirigiu ao Tribunal Constitucional a 16 de dezembro de 2014, o Provedor de Justiça defendeu que os cortes parciais dos salários dos trabalhadores das empre-

sas públicas eram inconstitucionais, por violação do princípio da proporcionalidade, já que “não satisfaziam integralmente” os fins de alívio da despesa pública e permitiam, além disso, uma “espécie de enriquecimento sem causa” dos acionistas privados daquelas empresas.

José Faria da Costa argumentou que a redução dos salários daqueles trabalhadores só serviria o fim da consolidação orçamental caso a lei prevísse a entrega “na sua inte-

gridade aos cofres públicos dos montantes correspondentes à diminuição salarial sofrida pelos trabalhadores em causa”.

Sublinhe-se que o pedido de José Faria da Costa diz respeito particularmente aos trabalhadores das empresas de capitais maioritariamente públicos e não aos da administração direta do Estado.

Num acórdão ontem publicado no seu site, o TC entendeu que “a diminuição dos custos operacionais destas empresas, por força das reduções salariais impostas na alínea r), n.º 9, do artigo 2.º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, contribui necessariamente para a respetiva autossustentabilidade financeira e, por essa via, para a diminuição de uma projeção negativa no equilíbrio orçamental do Estado”.

Apesar de admitir poder haver uma “contribuição indireta, difusa e parcial” que “comporta o risco de marginalmente poder beneficiar capitais privados”, o TC conclui, no entanto, que as reduções por si só podem constituir “um ganho de interesse público”. ●

Portuguesa recebe prémio em Londres

ALZHEIMER A portuguesa Rita Louro Guerreiro, investigadora na University College of London, foi ontem distinguida pelo comité científico Fondazione Gino Galletti com o prémio Neuroscience Prize 2015, pelas suas descobertas sobre a doença do Alzheimer.

A investigação sobre doenças neurodegenerativas levou à descoberta de que as mutações do gene TREM2 estão relacionadas com o desenvolvimento do Alzheimer. Durante 15 anos de trabalho, a investigadora foi a única a encontrar o primeiro gene desta doença.

“Uma estrela em ascensão” na área da neurociência, é assim que John Hardy, o especialista britânico mais importante da doença de Alzheimer, caracterizou a investigadora, em comunicado à agência Lusa.

Já não é a primeira vez que Rita Guerreiro é reconhecida por este trabalho: em janeiro ganhou o Prémio Europeu do Jovem Investigador, atribuído pela Associação francesa para a investigação sobre Alzheimer, e o



Rita Guerreiro vai receber 10 mil euros

prémio da Sociedade britânica de investigação de Alzheimer e Demência.

O prémio, no valor de 10 mil euros, vai ser entregue numa cerimónia, em dezembro, em Itália. A investigadora já anunciou que o dinheiro vai ser utilizado em “projetos pessoais” paralelos ao trabalho. CELIA FONSECA

Investigadores com bolsa de três milhões

CIÊNCIA Os investigadores do Instituto de Medicina Molecular (IMM Lisboa), Cláudio Franco e Vanessa Morais, foram premiados com bolsas Starting Grant do Conselho Europeu de Investigação e vão receber 1,5 milhões de euros cada, por cinco anos, para desenvolver os seus projetos nas áreas de biologia vascular e de neurociências e distúrbios neuronais.

Cláudio Franco tem como obje-

tivo perceber como é que os vasos sanguíneos adquirem a sua estrutura hierárquica característica, bem como o impacto desses mecanismos nas doenças vasculares.

Já Vanessa Morais vai investigar os mecanismos de controlo de qualidade e manutenção das mitocôndrias (vitais para o funcionamento do cérebro) no neurónio, o que pode ajudar na prevenção da disfunção e degeneração do neurónio. ●

Drama social UMAR homenageia 25 mulheres assassinadas este ano e DIAP Lisboa quer combater crime

Fim de ano com mais queixas de violência doméstica

Ana Vitória*
anavito@jn.pt

► As 27 mulheres, vítimas de violência doméstica, assassinadas este ano em Portugal foram homenageadas ontem com violetas pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), no Porto. E recordadas num encontro promovido pelo Departamento de Investigação e Ação penal (DIAP) de Lisboa, onde a procuradora Fernanda Alves disse que, neste fim de ano, entre outubro e novembro, aumentaram as queixas naquela região: 357 por violência doméstica, 18 por maus-tratos a menores e 15 por maus-tratos a idosos.

Fernanda Alves, na iniciativa “Violência nas relações íntimas e contra pessoas especialmente vulneráveis”, defendeu que se deve investir em ações de prevenção e na formação específica dos magistrados, mas real-



UMAR homenageou com violetas as mulheres assassinadas deste janeiro

çou uma preocupação: a do elevado número de processos arquivados. “Dos 2360 inquéritos de casos de violência doméstica abertos em 2014 foram deduzidas 252 acusações mas há 1527 casos arquivados. E isto preocu-

pa-nos. Temos de encontrar formas de ultrapassar esta situação”. Para a procuradora “a taxa é muito elevada. Ainda temos a cifras negras que não controlamos. Não podemos obrigar uma vítima a colaborar. Muitas vezes

não sabemos por que não o faz, ou se está a ser coagida a não o fazer”.

“Flores partidas” no Porto

No Porto, “Flores partidas nem uma mais”, foi o lema da iniciativa da UMAR que lembrou as vítimas. “Foram vidas interrompidas de uma forma trágica e queremos homenageá-las com flores vivas”, explicou Ilda Afonso, diretora técnica do centro de atendimento daquela instituição.

As vítimas sobreviventes aos maus-tratos físicos, verbais e psicológicos de relações que lhes deixaram marcas para toda a vida, sentem-se inseguras. Conceição, é uma sobrevivente. Depois de dois casamentos que só lhe trouxeram dor, contou ao JN que ainda vive com medo. “O meu primeiro marido está a terminar os nove anos de prisão por ter planeado matar-me. Estou muito atormentada porque ele pode voltar a procurar-me”, admitiu. *COM CELIA FONSECA

ASAE fecha pensão e GNR identifica os 119 hóspedes estrangeiros

BEJA O antigo Complexo Turístico das Picanheiras, atualmente e segundo a página do Turismo de Ferreira do Alentejo, Pensão-Residencial de 3ª categoria, na Estrada Nacional 121 (EN 121), foi encerrado na noite de anteontem por falta de condições sanitárias e de segurança. A decisão foi tomada na sequência de uma operação desencadeada pela GNR e por ordem do delegado de saúde daquela localidade, na presença da ASAE.

No interior do edifício, que tem cerca de quatro dezenas de quartos, estavam 112 adultos e sete crianças, todos estrangeiros (romenos, indianos e paquistaneses), que se dedicam à apanha da azeitona no Alentejo e foram identificados pela GNR para apurar se estão ilegais. Fonte da GNR revelou que pela estadia, cada estrangeiro pagaria “10 euros de estadia, mais 5 euros de gaz e luz”, por dia. TEIXEIRA CORREIA

“Gabriel cumpriu o sonho de ser polícia por um dia”



Mais de 500 balões foram atirados ao ar no dia em que João Dias (Nord) deveria estar a celebrar o seu 19.º aniversário

Porto Colegas lançaram balões brancos em dia de aniversário de grafitter falecido

Parabéns a Nord voaram pelo céu

Hermana Cruz

hermana.cruz@jn.pt

► Na Profitecla, onde João Pedro Dias estava a concluir um curso profissional de gestão, ainda ninguém superou a morte de Nord que, no passado dia 7, foi colhido por um comboio no apeadeiro de Águas Santas/Palmilheira, junto com dois grafitters espanhóis. Ontem, o jovem de Matosinhos faria 19 anos. Por isso, professores e colegas resolveram cantar-lhe os parabéns de uma forma muito especial, enquanto lançavam mais de 500 balões brancos. Muitos não aguentaram as lágrimas. “O João era um anjo”, justificaram os colegas da turma G3 do curso profissional de gestão.

“Era a melhor pessoa do Mundo, muito bem-comportado e empenhado”, garante a sua melhor amiga, Margarida Costa. Os professores confirmam. “Era impecável. Muito bem-comportado, humilde e respeitador. Nunca teve qualquer problema. Era um aluno com boas médias e que estava sempre disposto a ajudar os outros”, vinca Dolores Ferreira, orientadora educativa da turma de João Pedro Dias.

Por isso, foi com surpresa que a comunidade educativa da Profite-

cla soube das circunstâncias em que ocorreu o acidente. É que todos conheciam a adoração de João Pedro pelo desenho. Mas poucos sabiam que o jovem era grafitter e, muito menos, que praticava “backjump”, uma atividade que consiste em grafitar comboios enquanto estão parados em estações.

Margarida era das poucas pessoas que conheciam essa faceta de João. “Sabia que naquele dia ia para aquela zona pintar com uns espanhóis”, contou ao IN. Por isso, o

mundo de Margarida ruiu quando viu na televisão notícias que davam conta do acidente no apeadeiro de Águas Santas/Palmilheira.

“Fiquei com um aperto no coração. Vi logo que só podia ser ele. Eram coincidências a mais”, recorda, incapaz de controlar a emoção. Margarida correu para casa da mãe de Nord, na Senhora da Hora, e foi lá que teve a confirmação da pior notícia da sua vida. Tinha acabado de perder o seu melhor amigo. “Fiquei de rastos. Foi horrível. Nunca vou esquecer o João. Ele era superimportante para mim e vou gostar sempre imenso dele”, confessa.

O fim trágico de Nord correu num ápice entre os colegas da Profitecla. Por isso, quando as aulas retomaram na quarta-feira seguinte, já todos sabiam. “Estavam todos muito abalados”, revela Dolores Ferreira. A escola forneceu apoio psicológico e no quadro da sala de aula do G3 todos escreveram palavras que caracterizavam o João. E Margarida escreveu várias, como “incrível, fofo e sensível”.

“Gratidão por te conhecer” foi uma das mensagens que os colegas enviaram, ontem, em balões, na esperança de que cheguem ao cantinho onde João está a pintar pela eternidade “o céu de azul”. ●

vítima :



João Pedro Maia Dias

18 ANOS, MATOSINHOS

Era finalista do curso profissional de Gestão da Profitecla, no Porto, mas a sua paixão era o desenho. Residia na Senhora da Hora.

Gabriel cumpriu o sonho de ser polícia por um dia



Uma das “tarefas” do dia proporcionado pelo Comando foi estar com cães

PORTO “Tenho em mim todos os desejos do Mundo”, disse Gabriel com um brilho no olhar, depois de ter realizado, ontem, dois dos seus sonhos: estar em contacto com o corpo de intervenção da PSP do Porto e ter um iPhone.

Ainda em recuperação de uma doença grave que lhe alterou por completo a vida e todas as suas rotinas, Gabriel, de 15 anos, passou o dia de ontem na companhia de vários agentes da PSP, que lhe proporcionaram o contacto direto com o trabalho policial na esquadra da Bela Vista, no Porto.

Fardado a rigor, Gabriel participou em vários exercícios, na simulação de um assalto a uma habitação, “trabalhou” com os cães policiais e ainda teve a hipótese de aprender alguns dos princípios de treino dos agentes. Todos os exercícios foram previamente planea-

dos e organizados pelo Comando Metropolitano da PSP do Porto e pela Make a Wish, para que o Gabriel tivesse um dia “inesquecível”.

A mãe, Silvia Marques, confessa que, durante a doença, acompanhou Gabriel de perto e, “como estava desempregada, não tinha hipóteses de lhe oferecer o iPhone que ele tanto ansiava”. “O Gabriel está muito feliz. Este dia representa muito para ele, assim que atinja a maioridade vai concorrer para ser PSP”, acrescentou.

No final do dia, depois de tantas surpresas, Gabriel não escondia o entusiasmo que sentia e dizia-se “orgulhoso”. “Há males que vêm por bem”, afirmou, referindo-se à doença e ao facto de ver agora um sonho realizado. Com um sorriso radiante, revelou ao IN que agora tem “mais motivação para estudar”.

CELIA FONSECA

Entrega da gestão do hospital em causa

S. JOÃO DA MADEIRA A transferência da gestão do Hospital de S. João da Madeira do Estado para a Miseriecórdia local, prevista para 1 de janeiro, poderá sofrer um atraso, na sequência de um pedido de visto prévio ao Tribunal de Contas (TC) feito pelo novo Governo socialista.

Só na passada sexta-feira é que José Pais Vieira, provedor da Santa Casa, foi informado pela Administração Regional de Saúde do Norte

(ARS-N). O TC tem até 40 dias úteis para se pronunciar, o que “pode atrasar uns dias” o processo, esclarece. O provedor acredita que o procedimento seja um equívoco do secretário de Estado Adjunto da Saúde, Fernando Araújo, tendo em conta que, “na altura em que [este] era presidente da ARS-N, a lei exigia o visto prévio do TC, mas a legislação de 2010 altera-o, ao dizer que os serviços prestados ao Estado pelas IPSS estão isentos disso”.

O acordo da transferência da administração foi assinado já no final de julho passado e mantém o hospital no Serviço Nacional de Saúde, alargando até a sua área de referência à Feira e a Arouca. “Já assumimos uma série de compromissos e despesas, a contar com o dia 1 de janeiro”, sublinhou o provedor.

MILENE MARQUES

Nacional

Apenas 10% das startups sobrevivem a três anos

EMPREENDEORISMO Apenas 10% das startups portuguesas conseguem ultrapassar o “vale da morte”, período de três anos necessário para que o projeto se torne viável no mercado, e só 1% se torna em grandes empresas. Com o objetivo de contrariar esta tendência e dar às ideias portuguesas uma “escala global”, a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) organiza a Feira do Empreendedor que, até amanhã, reúne “a nata do empreendedorismo tecnológico português”, na Alfândega do Porto.

Mesmo com atual conjuntura financeira, “é viável criar empresas, porque, para as boas ideias, há sempre mercado e financiamento”. É preciso “pensar global”, salientou Rafael Rocha, do Conselho de Gestão da ANJE, acrescentando que estas iniciativas podem ser boas “para quem está desempregado, mas tem uma ideia de negócio”. Contudo, em “Portugal, ainda há a ideia de que a falência de uma startup é algo que leva o investidor a “esconder-se”, quando em “Silicon Valley os investidores não têm



Nuno Pereira com um skate inovador

qualquer problema em assumir”, considera Rafael Rocha

Para que uma startup tenha sucesso, é preciso passar por várias fases, num período de três anos, que são acompanhadas pelos investidores “decididos a apoiar o crescimento e desenvolvimento” de uma futura empresa, explica o responsável da ANJE.

Na feira, estão 50 startups repletas de novidades, como bicicletas com cobertura para o inverno, skates que tratam e previnem lesões ou uma plataforma que cria guias

turísticos à medida de cada pessoa. Nuno Pereira, um dos criadores dos skates, garantiu que o evento “é benéfico para a divulgação dos produtos” e para a obtenção de contactos e financiamento.

Portugal é a capital europeia do empreendedorismo 2015, o que faz com que se “equipare aos melhores como Silicon Valley ou Telavive”, aliando o facto de estar a “viver um período de empreendedorismo qualificado e tecnológico” garantiu Rafael Rocha.

CÉLIA FONSECA

Doctor Gummy Projeto começou pela necessidade de criar medicamentos sem açúcar. Lucros vão financiar ações de solidariedade

Gomas saudáveis chegam a híperes a tempo do Natal



O administrador Nuno Santos precisou de cinco anos para criar as guloseimas. No ano passado, abriu a empresa social

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► O percurso iniciado por Nuno Santos há seis anos terá um ponto alto no Natal, quando as gomas saudáveis da Doctor Gummy serão postas à venda. Criada em 2014, a empresa social já recebeu uma encomenda de 3,1 milhões de euros, da grande distribuição nacional e da Pepsi, para o pequeno retalho. Ainda, um distribuidor francês propôs encomendar 42 milhões de euros para vender em toda a Europa, mas Nuno Santos está a ponderar se tem capacidade de produção.

A ideia de fazer guloseimas 0% (de açúcar ou adoçante, glúten, lactose e aromas, corantes e conservantes artificiais) surgiu para resolver um problema social com que Nuno Santos se deparou na Associação

Portugal ganha dois dos cinco prémios da CBC :

Esta semana, dois projetos inovadores “fabricados em Portugal” foram reconhecidos na Dinamarca, nos Desafios de Inovação da Creative Business Cup.

Inovação na Saúde

● A DoctorGummy venceu a categoria da saúde graças à invenção de uma base excipiente à qual a indústria farmacêutica poderá adicionar o princípio ativo. Assim se fazem medicamentos para crianças e idosos sem açúcar ou aditivos.

Miss Can

● Reinventou as conservas e ganhou o prémio de inovação alimentar. A Miss Can vende packs de três latas de conserva em várias versões: da tradicional (sardinha, cavala atum em azeite) à delux (ovas de sardinha em azeite picante).

Príncipe assiste

● O príncipe Joaquim da Dinamarca esteve presente na cerimónia de entrega dos prémios aos vencedores, tal como 400 investidores de todo o Mundo. O Creative Business Cup é um campeonato mundial de empreendedores criativos.

ção das Escolas Jesus, Maria, José, no Porto: o açúcar adicionado aos medicamentos para que as crianças os tomem (nos mais vendidos chega a 90%) está a criar cáries, obesidade e diabetes infantil.

Para resolver o problema, o engenheiro químico associou-se a laboratórios e universidades europeus e passou cinco anos a testar folhas, cascas e raízes e a tentar produzir um excipiente saudável, ao qual adicionou o princípio ativo. Nuno Santos explicou que nenhum ingrediente é doce, mas a conjugação de componentes com uma certa raiz “engana o cérebro e leva-o a acreditar que é doce”. O produto já está pronto, mas ainda decorrem negociações com farmacêuticas. Enquanto isso, e para sustentar financeiramente a ideia, Nuno Santos avançou com as guloseimas. Tem rebuçados, chocolates, pastilhas elásticas, mas serão as gomas a chegar primeiro às prateleiras. Já estão a ser feitas por uma farmacêutica.

A ideia da Doctor Gummy nasceu na esfera de uma entidade social, mas a concretização implicou criar uma empresa, que já registou duas patentes nacionais e uma internacional. Os lucros serão reinvestidos no negócio ou entregues a organizações sociais. “Um negócio pode gerar receitas que servem para apoiar o setor social de forma sustentada”, explicou Nuno Santos.

No último ano, o projeto acumulou prémios e reconhecimentos. Esta semana, ganhou o concurso Creative Business Cup, na Dinamarca, na área de inovação na saúde, e ontem ficou em segundo lugar no prémio do jovem empreendedor da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE). Nos dias 25 e 26, vai a Paris discutir com 17 outros projetos a possibilidade de se apresentar em Silicon Valley. Só oito atravessarão o Atlântico. ●



Aos 17 anos quer inovar “phones”

PATENTE Entre as aulas e o voluntariado na Associação de Escolas Jesus, Maria, José, Pedro Spranger encontra ainda tempo para resolver problemas usando a imaginação. Uma das suas ideias (patenteada) acabou de ser apresentada na Creative Business Cup: “phones” com sensores de pressão, que param o áudio quando são tirados do ouvido e o reiniciam quando voltam a ser colocados. A ideia não ganhou um prémio, mas o jovem de 17 anos (o mais novo de quatro irmãos) trouxe na carteira contactos de investidores, com quem reunirá via Skype. A participação mereceu-lhe, ainda, um pedido de entrevista da “National Geographic”. Amanhã, estará no painel de investidores da ANJE.

“Rita vai ter dois quartos novos no Natal”

Especial Sorrisos de Natal 1



Rita, com a mãe, no quarto antes da remodelação. É frio, húmido, as portas e o chão estão deteriorados e os móveis são muito velhos

RITA VAI TER DOIS QUARTOS NOVOS NO NATAL

► O sorriso doce e o brilho no olhar de Rita não revelam as cicatrizes de três cirurgias a que foi submetida com apenas um ano de vida. Desde o seu nascimento prematuro, a vida não tem sido meiga com esta criança que tem passado a maioria dos seus dias no Centro Hospitalar de São João, no Porto, e a casa dos pais carece de condições mínimas de habitabilidade. Porém, este Natal a Rita e a família vão celebrar esta época festiva com mais alegria. O projeto “Sorrisos de Natal” do “Jornal de Notícias”, em parceria com os grupos Clever House e LasKasas vão remodelar dois quartos de um T2 onde vivem quatro pessoas, já que dois dos irmãos vivem com familiares.

“Os primeiros nove meses de vida da Rita foram passados no hospital”, lembra Sandra, uma mãe preocupada e disposta a tudo para

que a filha tenha uma vida digna. Foi então que se realizou a “primeira cirurgia ao estômago”, meses mais tarde seguiram-se “duas ao coração”. Tem uma saúde muito frágil, tem trissomia 21, insuficiência respiratória e cardíaca e problemas nos rins”, contou.

Com tantas doenças, a Rita vive num T2 pequeno, húmido e frio, piorando o seu estado de saúde. Com o berço ao lado da cama dos pais, é lá que Rita passa as noites, por vezes atribuladas com a falta de ar. Os seus irmãos dormem no quarto ao lado, numa cama muito pequena, e com a tinta da parede a cair. Sobrevivem com o rendimento social de inserção, “que por vezes nem dá para comer e para pagar os medicamentos” da criança, revela Sandra que é desempregada de longa duração, tal como o marido.

O JN pediu aos serviços sociais do Centro Hospitalar de São João do Porto que sinalizasse uma criança doente, cuja a família fosse carenciada, para lhes proporcionar um Natal confortável remodelando o seu quarto.

Foi com alegria que toda a família recebeu a notícia de que iriam ter os dois quartos remodelados. Sandra revelou “que este Natal vai ser diferente”: quer reunir a família para “comemorar e

esta oferta”. Alegre, confessa que anseia por “aconchegar a Rita num novo berço”, recordando que “no ano passado no Natal a menina estava internada”.

A trissomia 21 de que Rita é portadora foi diagnosticada numa ecografia. Os médicos propuseram um aborto a Sandra, que o recusou rapidamente. “Eu sabia que era uma gravidez de risco e da deficiência da menina” mas “foi uma filha desejada e nunca me passou pela cabeça abortar”, salientou a mãe. Devido a estes problemas, a criança não se senta, tem um atraso na fala e é alimentada por uma sonda “porque enrola constantemente a língua”, acrescentou.

Semanalmente, esta criança tem terapia da fala e fisioterapia no Centro Hospitalar de São João e em casa. Segundo a mãe, os médicos apresentam boas perspetivas relativamente à evolução da saúde da Rita. ●

Rita tem trissomia 21, insuficiência cardíaca e respiratória

CLEVER HOUSE E LASKASAS OFERECEM “CONFORTO”

► “Ajudar” é um dos principais lemas da Clever House e do grupo LasKasas, daí terem abraçado esta causa solidária para ajudarem a família da Rita. Inicialmente, o projeto “Sorrisos de Natal” só ia remodelar o quarto de Rita, contudo após se verificar o estado “degradante do outro quarto decidiu-se que ambos seriam alvo de intervenção” explicou um dos responsáveis da iniciativa. A criança vai poder usu-

fruir de um quarto acolhedor com mobília nova, papel de parede, pintura e outros acessórios, oferecidos pelos grupos Clever House e LasKasas.

“A mãe da Rita precisa mesmo de ajuda. Quando lhe contamos o que íamos oferecer, a gratidão dela foi visível no olhar”, revelou Ricardo Teixeira, do grupo LasKasas.

Dar qualidade de vida e conforto a uma criança

doente como a Rita é “uma obrigação social”, garantiu Ricardo Paiva, diretor-executivo da Clever House. Esperam com este contributo “dar o exemplo a outras empresas” para que se “aliem a causas como esta. Só assim vamos conseguir atingir o equilíbrio social”, acrescentou.

A casa da família da Rita está muito degradada, parece “uma realidade diferente da que estamos habituados.



O contributo de duas empresas ajuda a mudar a situação familiar

Estamos dispostos a mudar isso”, adiantou Ricardo Teixeira. Estas iniciativas servem “como alerta para causas sociais que podem mudar a vida de muita gente”, defendeu Ricardo Paiva.

Este ano, o Natal vai ser diferente para esta família, com mais alegria e emoção por saberem que Rita vai ter o conforto necessário para se restabelecer das suas idas contínuas ao hospital e até, quem sabe, melhorar. ●

“Rita já tem o primeiro quarto novo”

Jornal de Notícias 20 de dezembro de 2015

Especial Sorrisos de Natal 2



Funcionários da LasKasas a pintar os quartos da casa da família de Rita

RITA JÁ TEM O PRIMEIRO QUARTO NOVO

► Foi com olhares curiosos e cheios de alegria que a família da Rita recebeu, ontem, as novas mobílias para os quartos do apartamento que está a ser intervenção em S. Mamede de Infesta, no âmbito da campanha “Sorrisos de Natal” do JN, que visa ajudar a melhorar as condições de vida de uma criança doente. A família recebeu ainda um cabaz de Natal de alimentos e brinquedos.

A remodelação dos dois quartos começou ontem. Os trabalhadores do grupo LasKasas aceitaram o serviço solidário fazendo questão de não serem remunerados. Quando entraram pela primeira vez na casa, ficaram “chocados” com a falta de condições, comentavam enquanto pintavam as paredes. “Gostamos de ajudar quem mais precisa. É óbvio que esta família vai beneficiar deste conforto”, referiu o responsável de produção, Alfredo Leal. A casa “não tem água quente”; na cozinha, não há torneiras nem banca da louça e “os poucos eletrodomésticos que temos mal funcionam por serem muito velhos”, lamentou Sandra Carvalho, a mãe da Rita. Perante este cenário, os trabalhadores disseram que só sairiam dali contentes se pudessem “remodelar outras partes da casa”, deixando a ideia de que tudo fariam para realizar esse objetivo. Começaram por levar as portas partidas, o que não estava planeado, “para as porem como novas”, revelou Filipe, um dos funcionários.

A Rita, a bebé de um ano que sofre de trissomia 21, deixou-se vencer pelo cansaço e adormeceu, apesar do frio da casa. Acordou, quando o primeiro quarto acabou de ser montado. Os trabalhos vão ser finalizados a tempo do Natal, que vai ser muito “feliz e especial”, contou Sandra.



Sandra, com os filhos Eduardo e Rita, no quarto que começou a ser remodelado

Porto Alunos queixam-se de longas filas nas cantinas



Uma refeição completa na Faculdade de Ciências do Porto custa 2,55 euros

Universitários querem melhorar ação social

Célia Fonseca
locais@jn.pt

▶ As intermináveis filas de espera nas cantinas, residências limitadas e atrasos na atribuição de bolsas de estudo são alguns dos problemas que levaram os alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) a aderir a um abaixo-assinado a nível nacional.

Um inquérito realizado pela Federação Académica do Porto (FAP), divulgado no final do ano passado, concluiu que a cantina da FCUP tem um alto nível de insatisfação. “Os estudantes que têm uma hora para almoçar passam metade desse tempo na fila ou acabam por ir almoçar fora da instituição”, afirma Ricardo Ferraz, um dos organizadores do protesto. “Há poucos funcionários na cantina, um dos balcões está fechado e a máquina de aquisição de senhas do almoço está avariada”, acrescenta.

A situação agrava-se com “o preço dispendioso das senhas de almoço [2,55 euros]. Os alunos com

dificuldades, que pagam propinas e alojamento, ainda têm de suportar este custo diário da alimentação. Ao fim do mês, os gastos são muito altos”, salientou o aluno de Biologia.

A prestação dos serviços da ação social também tem graves falhas na demora de atribuição de bolsas e de alojamento. “Apenas 1% dos estudantes da Universidade do Porto têm acesso a residências. Já foi pedido ao reitor para aumentar o número de camas e ainda nada foi feito”, garantiu Ricardo Ferraz.

Este universitário garante que estas situações “prejudicam os alunos” e promete continuar a reivindicar por melhores condições.

Entre os alunos, porém, as opiniões dividem-se. Armando Martins não subscreveu o abaixo-assinado e explicou porque: “É um pouco exagerado”.

Já Inês Barbosa aderiu à iniciativa, lembrando que as instalações da cantina de Ciências “são frias” e que demora “mais de 30 minutos na fila de espera” para almoçar. ●

Crianças feridas com gravidade em colisão no IC2

OLIVEIRA DE AZEMÉIS Duas crianças e quatro adultos ficaram feridos numa colisão entre três automóveis no IC2, em Macinhata da Seixa, Oliveira de Azeméis, ontem de manhã. Um menino, de três anos, foi quem sofreu ferimentos graves, “com de-

formações, hemorragia e hematomas abrasivos nas pernas”, segundo o comandante dos bombeiros, Paulo Vitória. Foi transferido para o hospital S. João, no Porto.

Os dois feridos de média gravidade são uma menina de sete anos “com suspeitas de hemorragia interna, na zona abdominal”, e uma mulher de 44 anos, “com dores na coluna, que foi projetada”, acrescentou. O acidente ocorreu no sentido sul-norte, quando chovia. A GNR investiga. MILENE MARQUES

breves :

Gaia Junta de Mafamude já tem orçamento

● A União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, em Gaia, já tem orçamento aprovado para este ano. O documento foi viabilizado na Assembleia de Freguesia com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD/PP, da CDU e do BE e o voto contra do movimento independente. Em comunicado, o presidente da Junta, João Paulo Correia, sublinha que o orçamento totaliza 1,28 milhões de euros, destacando o investimento na reabilitação da rede viária (190,6 mil euros), na Ação Social e na Educação (73 mil euros) e na Cultura (51 mil euros). O autarca elege como prioridades para o mandato, entre outras, a requalificação da feira de Vilar do Paraíso e a criação de uma carreira de autocarro entre a estação do metro de Santo Ovídio, Laborim de Baixo, Alameda do Cedro e Alto das Torres, em Mafamude.

Gondomar Despiste próximo da barragem

● Um homem, de 55 anos, despistou-se ontem na EN 108, ao km 13, junto à barragem, em Gondomar, tendo o veículo capotado. O condutor seguia no sentido Porto/Entre-os-Rios, quando perdeu o controlo do carro. Os Bombeiros Voluntários de Valbom transportaram a vítima ao Hospital de Santo António, no Porto.

Porto Carro capota em choque na VCI

● Um acidente aparatoso entre um camião e um automóvel condicionou, ontem de manhã, o trânsito na VCI do Porto, no sentido Arrábida-Freixo. O embate seguido de capotamento lateral do carro ocorreu pelas 11.10 horas, junto à saída da A3, mas não fez feridos. Os Sapadores do Porto prestaram auxílio no local do sinistro.

18

imagens de arte sacra, da igreja do Corpo Santo de Massarelos, estão a ser restauradas pela Confraria das Almas do Corpo Santo. Para reparar os estragos, o investimento rondará os três mil euros.

Santo Tirso Evento de moda neste sábado

● A Câmara promove, depois de amanhã à noite, a final do ‘Moda Thyro’, na Fábrica de Santo Thyro. O evento é pensado para impulsionar sinergias e ajudar a desenvolver a indústria de moda. Luís Buchinho, Micaela Oliveira e Miguel Vieira são alguns dos nomes nacionais presentes como jurados na 2.ª edição do concurso.

Matosinhos Arquiteto recebe homenagem

● A Casa da Arquitetura, com apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), presta homenagem ao arquiteto João Alvaro Rocha, hoje, pelas 18.30 horas, no salão nobre da Câmara de Matosinhos. A sessão conta com a participação dos arquitetos Eduardo Souto de Moura e Manuel Graça Dias.

Maia : Apelo a votos para empresa inovadora



CONCURSO Através de uma votação que está a decorrer na Internet, a Castelo, que cria artigos de beleza, no Castelo da Maia, pode vir a ganhar o título de empresa mais inovadora e bem sucedida da Europa. Até as funcionárias têm votado. O endereço é: <http://www.businessawardseurope.com/vote/detail-new/portugal/15668>.

passoio público :



Gomes Fernandes
Arquiteto e professor

Lamentável

É o mínimo que um cidadão honesto e cumpridor dos seus deveres com o Estado pode dizer sobre a decisão dos senhores juizes do Tribunal Constitucional (TC), de darem provimento ao pedido de alguns deputados sobre as “subvenções vitalícias” pelo exercício do cargo. Mais um encargo dos cidadãos pagantes e daqueles que, não tendo nada, não recebem os mínimos de apoio porque há destes desvios de dinheiros públicos. O cronista foi deputado sete anos e autarca mais de cinco, num total de mais de 12 anos de serviço público, não cuidando de beneficiar disso nem recebendo, por vontade própria, qualquer subsídio de reintegração. Parvo, diziam alguns camaradas seus a quem tinha de explicar que o não fizera. Daí ficar chocado, como os políticos sérios e o comum dos cidadãos, com esta deliberação do TC e a desavergonhada solicitação dos deputados que a tal conduziu. Devia haver mínimos de pudor e isto é a expressão máxima do contrário, um “corporativismo” vergonhoso de interesses. Não se trata de uma reação moralista, simplesmente de “ética republicana” e alerta de cidadania, pois falamos de um órgão representativo da República, a Assembleia representativa dos cidadãos, sem a qual não havia TC.

Queixam-se os políticos que os portugueses se ausentam cada vez mais da participação eleitoral, viram-lhes as costas, mas com casos destes que se pode esperar? Que aplaudam o oportunismo egoísta de quem se serve do país quando diz que o está a servir?

Há limites para tudo e creio que isto passa todos os limites, é uma provocação à cidade e à cidadania, num país pobre, endividado e que pede cada vez mais sacrifícios aos cidadãos, exceto alguns para quem a ética é uma batata.

gomes.fernandes@eurolan.pt

Jornal de Notícias

Marcelo continua à frente mas vantagem é menor

Sondagem da Universidade Católica dá-lhe maioria dos votos. Segunda volta começa a ser uma possibilidade

Páginas 4 a 6

evasões

HOJE GRÁTIS SUÍTES À ALTURA DE UM PRESIDENTE

52%	22%	8%	8%	3%
Marcelo R. Sousa	Sampaio da Nóvoa	Maria de Belém	Marisa Matias	Edgar Silva

● Hospital e centros de saúde de Matosinhos forçados a alertar pelo menos 18 mil doentes após terem conhecimento de um aviso fraudulento de cobrança por multibanco ● Ministério Público já está a investigar a denúncia página 18

Exclusivo
Jornal de Notícias

Burla por SMS com taxas moderadoras

Pinto da Costa arrasa Lopetegui

Escolhas de jogadores foram todas do treinador que não se adaptou ao futebol português

Presidente portista anuncia recandidatura e quer ver de novo o estádio cheio

Páginas 40 e 41

Câmara de Gaia Secretária e motorista de Menezes afastados

Ela ganhava 2415 euros, ele auferia 1594. Tinham carro de serviço

Página 20

Jogo Placard Pais querem apostas longe das escolas

Página 7

Ribeira de Pena Ambulância choca com camião e doente morre

Página 24

Crédito ao consumo e petróleo vão ser mais taxados

Mário Centeno prevê um crescimento de 2,1% e défice de 2,6%. Orçamento levado hoje a Bruxelas

Página 12



Pub

EXPO ZOO

10ª Exposição do Mundo Animal

23 - 24
J A N
2 0 1 6



Em simultâneo:

Exposição Canina

Partners: Apoio: Patrocinio Editorial: **ICaes**

Campeonato do Mundo de Ornitologia

Não é permitida a entrada de animais não inscritos nas exposições e/ou concursos

EXPONOR EOP AEP

Porto



Crédito “aprovado” levou-lhe 125 euros

Filipe Lopes conta no “Portal da Queixa” como foi burlado, em 2014, em 125 euros. Tinha pedido um crédito bancário. Recebeu uma chamada de um telemóvel a dizer que era do banco, a dizer que o crédito fora aprovado e que deveria pagar aquele montante para o processo ter seguimento. Pagou. Era burla.

“Entrevista” de emprego custou-lhe 23 euros

No Facebook, Ângela Santos relatou, ontem, como uma entrevista de emprego em aviões particulares lhe custou 23 euros pagos por entidade e referência. Desta feita, porém, foi via e-mail da gomesrh@sapo.pt. que recebeu a novidade de ter sido pré-selecionada. Para isso tinha de pagar pelo processo.

75

mil utentes

A população servida pela Unidade Local de Saúde de Matosinhos ultrapassa as 75 mil pessoas. Nem todas serão avisadas. Apenas as que tiverem exames e consultas já marcados.

Matosinhos Hospital e centros de saúde alertaram 18 mil utentes depois de ter sido lançado um aviso fraudulento de cobrança. Ministério Público já está a investigar

Burla com taxas moderadoras feita por SMS

Margarida Fonseca *
margaridaf@jn.pt

► Bastou uma utente queixar-se, para a Unidade Local de Saúde (ULS) de Matosinhos atuar e lançar alertas: alguém anda a mandar, indevidamente, SMS para cobrar taxas moderadoras em dívida, usando entidade e referência.

A burla já mereceu uma queixa no Ministério Público por uso indevido do nome da instituição, que abrange o Hospital Pedro Hispano e todos os centros de saúde do concelho, que desde terça-feira até ontem tinha enviado 18 mil mensagens a quem terá consultas ou exa-

mes marcados para os próximos dias. A intenção é avisar que aquela unidade não faz cobranças de taxas em dívida por SMS. “É sempre por carta”, diz fonte hospitalar. E é pedido a quem for vítima deste esquema que não apague a mensagem. “Denuncie”.

A Deco, contactada ontem pelo JN, diz que é a primeira vez que ouve falar deste tipo de burla ligada a taxas moderadoras. A Polícia terá agora de averiguar como se chegou à base de dados do hospital e dos centros de saúde. Por ora, a regra é a prevenção. Por isso, exis-



Alerta do hospital, via SMS, está a ser enviado aos utentes desde terça-feira

tem no site institucional e nos LCD (de chamada de utentes) avisos contra o SMS fraudulento.

Foi saber ao segundo aviso

Foi no início do mês que uma utente recebeu a primeira mensagem a cobrar taxas moderadoras em nome da ULS de Matosinhos. Pediu-se uma pequena quantia e ameaçava-se com coimas. O pagamento devia ser feito via multibanco – para tal, era fornecida uma entidade e uma referência bancária. A mulher pagou.

Dias depois, nova mensagem e nova cobrança. Desta feita, o valor era mais elevado. O endereço e o texto eram os mesmos, bem como a entidade e referência para onde deveria liquidar a dívida.

Desconfiada, dirigiu-se, no dia 15, ao hospital. A denúncia foi encaminhada para o departamento jurídico e o Conselho de Administração deu seguimento ao caso e apresentou queixa no mesmo dia.

“Não queremos alarmar ninguém, apenas alertar que não há cobranças por SMS. Achamos por bem avisar e prevenir os utentes para eventuais situações idênticas”, salientou fonte do hospital. A prioridade foi dada a quem recebeu lembretes para consultas e exames desde 1 de janeiro. * COM CELIA FONSECA

Brisa Cobrança de falsas portagens em tribunal

● Em finais de 2014, a Brisa e a Via Verde lançavam alertas contra a cobrança fraudulenta de portagens através de SMS. A concessionária de autoestradas tinha sabido que as mensagens de telemóvel, de origem anónima, estavam a chegar a utilizadores solicitando regularização de dívidas. Falsas. Na altura, a Brisa afirmou em comunicado que eram indicadas referências multibanco para pagamento, mas, tal como agora fez a Unidade Local de Saúde de Matosinhos, não revelou quais. E também fez saber que quaisquer avisos de cobranças são feitos por carta. Tal como em Matosinhos, a Brisa e a Via Verde recorreram à via legal.



Perigo está na facilidade de criação de contas online

EUROPA A integração contínua dos sistemas de pagamentos na União Europeia (UE) e o crescimento do comércio eletrónico têm vindo a facilitar o aparecimento de soluções de pagamento online acessíveis a todos. Alguns, como a Luso-pay ou a Hipay, disponibilizam contas gratuitas para particulares e

só cobram uma comissão na transferência dos fundos para as contas bancárias dos clientes, igual para qualquer localização dos bancos na UE. É uma solução que pode ser utilizada, portanto, para transferências bancárias praticamente sem custos dentro da União.

As entidades que disponibilizam

o serviço de criação de referências multibanco têm de estar registadas como instituição de pagamento autorizada pelo Banco de Portugal, mas não é fácil confirmar, no site do BdP, se estão efetivamente autorizadas.

Ainda assim, o perigo não está nas empresas que fornecem o ser-

viço gratuito a particulares, com benefícios evidentes para pequenos comerciantes ou lojas online. Um dos potenciais pontos fracos do sistema estará na facilidade com que se abre uma conta online em minutos, podendo receber-se os fundos na conta bancária após a validação dos dados. Isso é feito atra-

vés do envio dos documentos por email, o que permite adulterar dados. Em caso de problemas, só com ordem judicial poderá aceder à identidade do proprietário da conta bancária que recebeu o dinheiro, podendo não corresponder ao registo na empresa de pagamento e nem estar em Portugal. EN

Nacional Economia

Função pública Hospitais, centros de saúde e escolas foram os locais mais afetados pelo protesto de ontem

Sindicatos reivindicam adesão à greve de 80%

Lucília Tiago
ltiago@edinhervivo.pt

► Os dados que foram chegando à Federação Nacional dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais indicam que a adesão à greve esteve ontem entre os 70% e os 80%. Estes dados foram avançados, ao final da manhã, por Ana Avoila, que justificou a elevada adesão pelo facto de os trabalhadores que ainda estão obrigados a cumprir 40 horas de trabalho semanais terem querido dar um “sinal claro da sua rejeição” à medida.

Aquele número geral reflete situações distintas, precisou a coordenadora da Frente Comum, admitindo que possa ter sido superado na larga maioria dos centros de saúde e hospitais, onde as urgências funcionaram “em serviços mínimos”. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses referiu uma adesão à greve de 77%.

Outro dos setores mais afetados, referiu, foi a educação, com centenas de escolas encerradas.

Ana Avoila lembrou as críticas que PS, PCP e BE fizeram ao regime das 40 horas, quando estavam na Oposição, e as promessas eleitorais de reversão desta medida.

Promessas que, afirmou a sindicalista, não têm reflexo na proposta



Alunos ficaram sem aulas em várias escolas por falta de pessoal auxiliar

das 35 horas que foi entregue pelo PS. A questão não está tanto na data de entrada em vigor – “se não puder ser abril e for em maio, não vem daí mal ao Mundo” –, mas na parte da redação do diploma que defende a necessidade de regulamentação e para um “horário mínimo de 35 horas”.

Ana Avoila receia, assim, que acabe por não ser feita a regulamentação o que, a acontecer, obrigaria a remeter as 35 horas para acordos coletivos que prevejam bancos de horas e adaptabilidade. “Na Administração Pública, as regulamentações são altamente pe-

rigosas. O prazo de 90 dias é indicativo e a prova é que hoje ainda temos leis do tempo do eng.” António Guterres por regulamentar”, afirmou.

A adesão à greve superou as duas paralisações anteriores, afirmou Ana Avoila. ●

breves :

CP Carga Empresa paga sem cortes

● Os novos donos da CP Carga vão pagar o salário de janeiro já sem os cortes impostos às empresas públicas, apesar da privatização da empresa só ter sido efetivada a 21 de janeiro. Numa carta aos trabalhadores, o responsável da MSC Portugal, Carlos Vasconcelos, explicou que “a empresa entende que essa situação deve ser reposita com efeitos a 1 de janeiro”.

INE Investimento das empresas subirá 3,1%

● O investimento empresarial deverá aumentar 3,1% em 2016, que compara com um crescimento de 0,1% em 2015, de acordo com o Inquérito de Conjuntura ao Investimento do Instituto Nacional de Estatística (INE) ontem divulgado. Os resultados deste inquérito apontam ainda para um aumento de 0,1% do investimento em 2015.

Chumbo Recuperação da ex-dona do BPN

● O veículo estatal Parvalorem, o maior credor da Galilei (antiga Sociedade Lusa de Negócios) que era a dona do BPN até à sua nacionalização, chumbou ontem o Processo Especial de Revitalização (PER) da holding, empurrando-a para a insolvência. A Galilei reagiu, manifestando uma “profunda incompreensão”.

Porto Sem alunos mas com professores

► O silêncio e a ausência de alunos, ontem, nos corredores da Escola Filipa de Vilhena, no Porto, refletiam mais uma greve dos funcionários públicos. Sem eles, as aulas não decorreram e as escolas viram-se obrigadas a funcionar a “meio gás”. A diretora da escola, Lurdes Ruivo, não esperava o impacto desta greve, que não envolveu o sindicato dos professores. Por esse motivo, os docentes compareceram no estabelecimento de ensino para o que seria mais um dia normal de trabalho.

No entanto, na Filipa de Vilhena, apenas “10 dos 25 assistentes operacionais” compareceram ao trabalho. Com essas au-



Lurdes Ruivo, na Filipa de Vilhena

sências, a diretora, em declarações ao IN, assumiu: “Não havia condições para a ocorrência normal de aulas e mandámos os alunos embora”.

Os funcionários que foram trabalhar recusaram prestar declarações à Imprensa.

CÉLIA FONSECA

Lisboa Enfermagem a meio gás nos hospitais

► Os efeitos da greve fizeram-se sentir de forma muito ligeira nos hospitais e centros de saúde da Grande Lisboa, onde os cuidados de enfermagem foram os mais afetados. Já relativamente às escolas, houve algumas que fecharam portas por falta de funcionários. No Hospital de Santa Maria, o IN falou com alguns utentes e confirmou que os maiores problemas incidiram nos cuidados de enfermagem.

Foi o caso de Orlando Almeida, que veio acompanhar o pai de 79 anos a Lisboa e que viu a intervenção adiada. “Foi um dia perdido no trabalho e agora, segunda-feira, vou ter de perder outro”, lamentou, confes-



Orlando Almeida, no Santa Maria

sando que “não imaginava” que havia greve. Em termos de enfermagem, as pessoas contaram que conseguiram, na maioria dos casos, fazer pensos, mas houve, por exemplo, quem se queixasse de esperar três horas para tirar sangue. PAULO LOURENÇO



Combustíveis Preços voltam a aumentar

● A partir da próxima segunda-feira, há condições para um agravamento dos preços dos combustíveis, que será mais expressivo no gasóleo. Neste caso, o litro deverá sofrer um aumento de entre dois a 2,5 céntimos. Já no caso da gasolina, o litro deverá subir entre um e 1,5 céntimos. Os acréscimos irão refletir a subida verificada na gasolina e no gasóleo nos mercados internacionais na semana que agora termina.